



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII Nº 107, SEXTA-FEIRA, 4 DE AGOSTO DE 2017

BRASÍLIA - DF



## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

### **Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**

Presidente

### **Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)**

1º Vice-Presidente

### **Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)**

2º Vice-Presidente

### **Senador José Pimentel (PT-CE)**

1º Secretário

### **Senador Gladson Cameli (PP-AC)**

2º Secretário

### **Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)**

3º Secretário

### **Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)**

4ª Secretário

---

#### SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

#### **Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

#### **Roberta Lys de Moura Rocha**

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

#### **Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro**

Coordenadora de Elaboração de Diários

#### **Deraldo Ruas Guimarães**

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

#### **Ilana Trombka**

Diretora-Geral do Senado Federal

#### **Quésia de Farias Cunha**

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

#### **Alessandro Pereira de Albuquerque**

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### PARTE I

#### 1 – ATA DA 107ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 3 DE AGOSTO DE 2017

|   |           |
|---|-----------|
| 1.1 – ABERTURA .....  | 7         |
| 1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO  |           |
| Destinada a homenagear os 159 anos da Polícia Militar do Estado de Goiás, nos termos do Requerimento nº 165/2017, do Senador Wilder Moraes e outros Senadores. .... | 7         |
| <b>1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro .....</b>   | <b>7</b>  |
| <b>1.2.2 – Oradores</b>   |           |
| Senadora Lúcia Vânia .....  | 8         |
| Sr. Paulo Sérgio de Rezende, Prefeito de Hidrolândia .....  | 9         |
| Sr. Alessandri da Rocha Almeida, Presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado de Goiás .....                          | 10        |
| Sr. Divino Alves de Oliveira, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás .....  | 12        |
| Sr. Ricardo Brisolla Balestreri, Secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado de Goiás, representando o Governador Marconi Perillo ..... | 13        |
| <b>1.2.3 – Fala da Presidência (Senador Wilder Moraes) .....</b>  | <b>15</b> |
| <b>1.2.4 – Execução do Hino da Polícia Militar do Estado de Goiás .....</b>   | <b>17</b> |
| <b>1.2.5 – Exibição de filme em homenagem aos 159 anos da Polícia Militar do Estado de Goiás .....</b>  | <b>17</b> |
| 1.3 – ENCERRAMENTO .....  | 17        |
| <b>2 – ATA DA 108ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 3 DE AGOSTO DE 2017</b>   |           |
| 2.1 – ABERTURA .....  | 19        |
| 2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE   |           |
| <b>2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II) .....</b>  | <b>19</b> |



**2.2.2 – Oradores**

|  |    |
|--|----|
| Senador Paulo Paim – Destaque para os resultados obtidos pela CPI da Previdência a respeito da atual situação da Previdência no Brasil; e outros assuntos. ....  | 19 |
| Senadora Fátima Bezerra – Críticas à decisão da Câmara dos Deputados que negou a autorização da análise da denúncia contra o Presidente da República pelo STF; e outro assunto. ....   | 25 |
| Senador Valdir Raupp – Destaque para a importância da sanção do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2017, que irá legalizar a posse de milhares de imóveis rurais e urbanos no País, contribuindo para a diminuição da violência e para o aumento da atividade econômica. .... | 29 |
| Senador José Medeiros – Defesa da construção de um amplo debate entre os agentes políticos e a sociedade para a superação da atual crise política, social e institucional; e outro assunto. ....   | 32 |
| Senadora Simone Tebet – Reflexão a respeito da atual crise político-institucional. ....  | 34 |
| Senador Wellington Fagundes – Registro dos falecimentos dos Srs. Amador Ataíde Gonçalves, Aldemar Araújo Guirra, Gilson Lira e da Sra. Doralice Silva Cardoso; e outros assuntos. ....   | 43 |
| Senador Jorge Viana – Preocupação com a situação na Venezuela; e outros assuntos. ....   | 47 |
| Senador Cristovam Buarque – Reflexão a respeito de alternativas para a superação da atual crise no Brasil. ....  | 54 |
| Senador Raimundo Lira – Reflexão a respeito de alternativas para a superação da atual crise no Brasil. ....  | 60 |
| Senador Alvaro Dias – Exposição de mensagem por meio da qual um cidadão brasileiro desabafa acerca da decisão da Câmara dos Deputados que arquivou a denúncia contra o Presidente da República; e outro assunto. ....  | 65 |
| Senadora Gleisi Hoffmann – Lamento pelo resultado da votação ocorrida ontem na Câmara dos Deputados que rejeitou o prosseguimento da denúncia do Presidente da República, Michel Temer; e outros assuntos. ....  | 68 |
| Senador Elmano Férrer – Destaque para os mecanismos de transparência e governança que a Lei de Responsabilidade das Estatais trouxe ao regime jurídico. ....   | 75 |
| Senadora Ana Amélia – Comentários a respeito do editorial de <b>O Estado de S. Paulo</b> publicado hoje, sob o título “A política radical de Lula”; e outros assuntos. ....  | 78 |
| 2.3 – ENCERRAMENTO .....   | 80 |

**PARTE II****3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 108ª SESSÃO****3.1 – EXPEDIENTE****3.1.1 – Comunicações**

|   |    |
|---|----|
| Da Senadora Gleisi Hoffmann, de participação de S. Ex <sup>a</sup> em missão realizada em 5 e 6 de abril último ( <b>Ofício nº 146/2017</b> ). ....                                   | 82 |
| Da Senadora Gleisi Hoffmann, que justifica a não participação de S. Ex <sup>a</sup> em missão programada para o período de 22 a 24 de maio último ( <b>Ofício nº 147/2017</b> ). .... | 83 |



**3.1.2 – Discursos e documento encaminhados à publicação**

|   |    |
|---|----|
| Senadora Ângela Portela – Críticas ao corte orçamentário promovido pelo Governo Federal na área da educação. .... | 86 |
| Senador Paulo Paim – Íntegra do discurso de S. Ex <sup>a</sup> , nos termos do art. 203 do Regimento Interno. .   | 88 |
| Senadora Ana Amélia – Documento encaminhado à publicação, nos termos do art. 210 do Regimento Interno. ....       | 91 |

**3.1.3 – Prejudicialidade**

|  |    |
|--|----|
| Prejudicialidade das Mensagens n <sup>os</sup> 24 e 32/2014 e 50 e 77/2015. .... | 94 |
|--|----|

**3.1.4 – Recurso**

|   |    |
|---|----|
| N <sup>o</sup> 10/2017, interposto no prazo regimental, para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado n <sup>o</sup> 354/2014. <b>Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao referido projeto.</b> .... | 96 |
|---|----|

**3.1.5 – Requerimentos**

|  |     |
|--|-----|
| N <sup>o</sup> 607/2017, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de criação de comissão destinada a verificar <i>in loco</i> a situação da Venezuela. .... | 99  |
| N <sup>o</sup> 608/2017, do Senador Alvaro Dias, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Cordoni Júnior. ....  | 103 |

**3.1.6 – Término de prazo**

|  |     |
|--|-----|
| Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado n <sup>os</sup> 632/2015; 18 e 150/2016. .... | 108 |
|--|-----|

**PARTE III****4 – ATA DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-ARGENTINA**

|  |     |
|--|-----|
| Ata da 1 <sup>o</sup> Reunião, realizada em 7 de junho de 2017. .... | 111 |
|--|-----|

|   |     |
|---|-----|
| <b>5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL</b> ..... | 125 |
|---|-----|

|  |     |
|--|-----|
| <b>6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA</b> ..... | 128 |
|--|-----|

|                             |     |
|-----------------------------|-----|
| <b>7 – LIDERANÇAS</b> ..... | 129 |
|-----------------------------|-----|

|  |     |
|--|-----|
| <b>8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS</b> ..... | 133 |
|--|-----|

|   |     |
|---|-----|
| <b>9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b> ..... | 141 |
|---|-----|

|   |     |
|---|-----|
| <b>10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES</b> ..... | 144 |
|---|-----|

|                                      |     |
|--------------------------------------|-----|
| <b>11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS</b> ..... | 190 |
|--------------------------------------|-----|

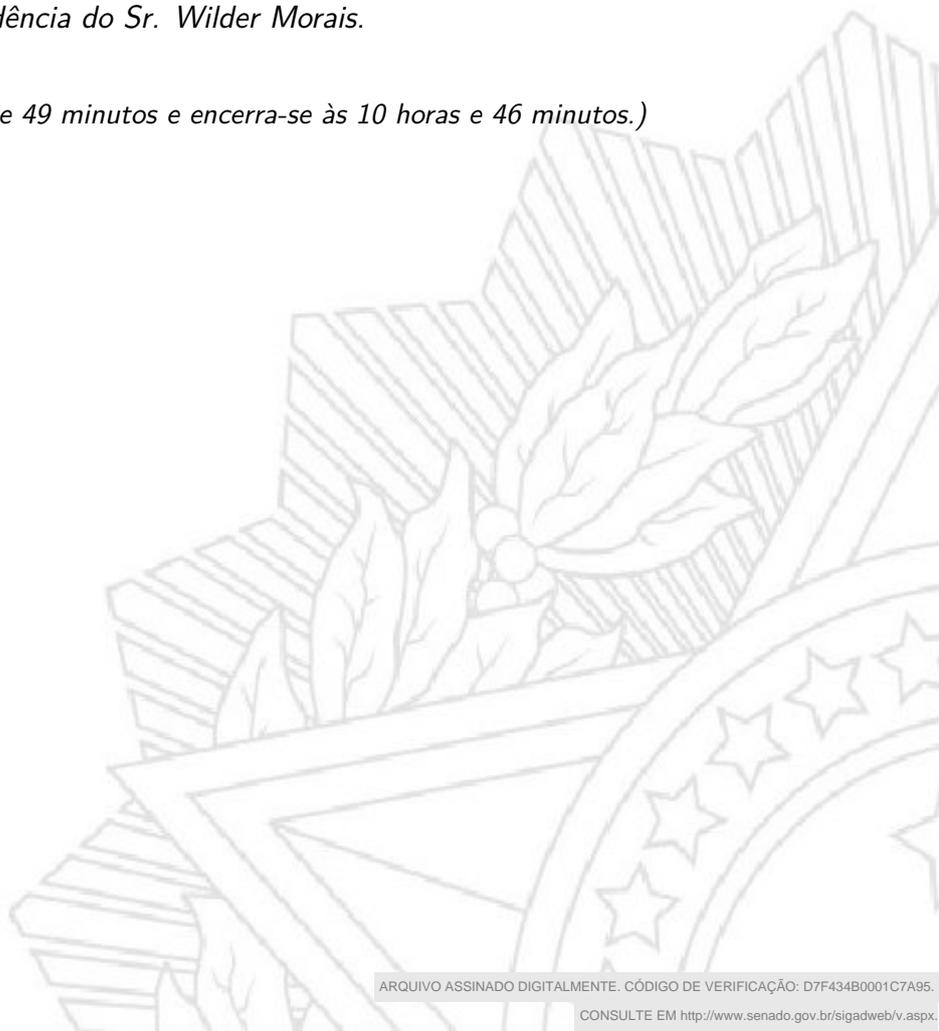


Ata da 107ª Sessão, Especial,  
em 3 de Agosto de 2017

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência do Sr. Wilder Morais.*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas e 49 minutos e encerra-se às 10 horas e 46 minutos.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Moraes. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO)

– Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a homenagear os 159 anos da Polícia Militar do Estado de Goiás nos termos do Requerimento nº 165, de 2017, do Senador Wilder Moraes, juntamente com outros Senadores – e cumprimento também a Senadora Lúcia Vânia, que também fez parte do nosso requerimento.

Desde já, gostaria de agradecer ao Presidente do Senado, Senador Eunício Oliveira, por ajudar a aprovar o nosso requerimento para que pudéssemos realizar esta sessão de hoje.

Gostaria de dar um bom dia a todos os presentes, agradecer pela presença de todas as autoridades e oficiais presentes à sessão.

Hoje, celebramos o aniversário da nossa saudosa PM de Goiás, que completou, no último dia 28, 159 anos de existência.

Eu gostaria de uma salva de palmas a todos os policiais presentes. (*Palmas.*)

Gostaria também de cumprimentar o Ministro Plenipotenciário e Vice-Chefe da Missão da Embaixada da República do Sudão, Sr. Muhanned Omer Abbas Ajabna.

Também cumprimento o Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal, Sr. Renato Borges Dias, goiano que nos orgulha muito; o representante do Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, Coronel Benjamim Martins de Assunção Filho; também o representante do Comandante da Marinha, Capitão de Fragata José Paulo Machado de Azevedo Junior; as senhoras e os senhores policiais militares da Polícia Militar do Estado de Goiás; os senhores bombeiros militares do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás; os senhores integrantes da Banda Musical do 10º Batalhão da Polícia Militar de Luziânia; e também a nossa amiga e querida Senadora Lúcia Vânia. Gostaria de convidar para compor a Mesa o Secretário de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária, Sr. Ricardo Balestreri – para compor a nossa Mesa. Também convido o Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás, Sr. Coronel Divino Alves de Oliveira. (*Palmas.*)

O Presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado de Goiás, Tenente-Coronel Alessandri da Rocha Almeida. (*Palmas.*)

E também convido, para representar todos os prefeitos do nosso Estado de Goiás, o Presidente da AGM, Sr. Paulo Sergio de Rezende, que é Prefeito de Hidrolândia. (*Palmas.*)

Gostaria também de registrar a presença do Prefeito de Santo Antônio do Descoberto, Sr. Moacir Machado, e do 1º Secretário da Câmara Municipal de Santo Antônio do Descoberto, Sr. Marcio Moreira.

E, logo em seguida, gostaria de conclamar a Banda da PM de Goiás a nos prestigiar, tocando o Hino Nacional Brasileiro.

*(Procede-se à execução do Hino Nacional.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Moraes. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO)

– Antes de conceder a palavra aos oradores, eu gostaria de conceder a palavra à Senadora Lúcia Vânia. (*Palmas.*)



**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Cumprimento o Senador Wilder Moraes, que preside esta solenidade, requerente e Presidente desta sessão.

Cumprimento o representante do Governo do Estado de Goiás, Secretário de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária, Sr. Ricardo Brisolla Balestreri.

Cumprimento o Comandante-Geral da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás... Aliás, quero cumprimentar, primeiro, o Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás, Sr. Coronel Divino Alves de Oliveira; o Presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, Sr. Tenente-Coronel Alessandri da Rocha Almeida.

Cumprimento o Prefeito do Município de Hidrolândia e Presidente da Associação Goiana de Municípios, Sr. Paulo Sergio de Rezende.

Cumprimento as senhoras e os senhores presentes aqui nesta sessão.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores e demais presentes a esta solenidade, temos a oportunidade, o privilégio e a honra de participar desta sessão especial que celebra os 159 anos de existência da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Neste pouco mais de um século e meio, a instituição tem demonstrado o seu contínuo e permanente compromisso de proteção à vida e ao patrimônio de cada cidadão goiano. Tornou-se motivo de orgulho para cada habitante de nosso Estado, bem como instituição pela qual temos o maior respeito e admiração.

"Servir e proteger" é a síntese perfeita do papel da corporação ao longo de sua história, em que se tornou porta-voz dos mais altos valores morais, como o respeito à ética, o compromisso com um rígido código de honra, bem como a sintonia com as necessidades do cidadão.

A corporação tornou-se patrimônio do povo de Goiás e se caracteriza por uma autêntica irmandade profissional, em que homens e mulheres se comprometem – repito, eu – a servir e proteger os cidadãos, especialmente nos momentos mais cruciais, mais difíceis, em que a sua vida ou seus bens estão sob risco.

Nessas horas de ameaça, é ao policial militar que o cidadão recorre. Nos momentos em que se vê diante de um criminoso que o ameaça ou a sua família, a pessoa comum recorre ao 190, na ânsia de ser socorrido em uma situação que pode ser trágica.

Quando chamamos, lá vão os homens e mulheres da Polícia Militar. Essa autêntica irmandade dedica-se de corpo e alma à instituição e acaba por passar mais tempo com seus colegas do que com seus próprios familiares.

No entanto, o sacrifício do policial militar não se esgota somente nesse tempo dedicado ao seu ofício. Vai muito além. Todos sabemos os riscos que corre cada membro da corporação. A cada minuto, a cada instante, há o risco de não se voltar para casa. Servir ao público é, muitas vezes, dedicar a própria vida à comunidade.

Na internet, há diversos vídeos que homenageiam a instituição. Em um deles, produzido pela própria corporação, a filha de uma policial diz uma coisa que emociona a quem assiste. A jovem Lara Carvalho de Camargo afirmou – abro aspas: "Como nós não temos super-heróis, nós temos a Polícia Militar." Uma criança, em sua inocência, foi capaz de sintetizar exatamente qual é o significado da



polícia para nós cidadãos. E os policiais não se esquivam de sua missão: proteger e servir ao cidadão, mesmo que isso lhes custe a própria vida.

E aqui, neste momento, creio que é nosso dever prestar esta homenagem a cada um dos policiais militares que tombaram em serviço. Em nosso País, infelizmente, temos altíssimos índices de violência. São muitas as razões que nos levam a ter quase 60 mil mortos por ano e que nos tornam um dos países mais violentos do mundo.

No Brasil, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, todo ano morre aproximadamente a mesma quantidade de pessoas que na Guerra Civil da Síria. Essa alta fatura tem sido, infelizmente, paga pelos policiais militares, que trabalham em um nível de estresse altíssimo. Em todo o Brasil, entre 2009 e 2015, foram mortos 721 policiais. Nos Estados Unidos, um país com 120 milhões de habitantes a mais do que o nosso, foram mortos 344 policiais no mesmo período. Somos, infelizmente, uma sociedade violenta, que, com infeliz frequência, resolve os seus problemas com agressividade e brutalidade. O combate à violência deve ser prioridade de qualquer governo, seja qual for o seu matiz ideológico.

Quero, assim, aproveitar este momento para deixar a minha homenagem mais respeitosa aos policiais que deram as suas vidas ao cumprimento do dever. Aos policiais deixo o meu agradecimento e a minha mais sincera admiração.

Parabéns à Polícia Militar de Goiás pelos seus 159 anos de existência! Muito obrigada pela dedicação, pela coragem, pelo respeito aos valores éticos e morais que vem demonstrando ao longo da história da corporação.

Quero aqui, para finalizar, cumprimentar cada um. Eu caminho por todo o Estado de Goiás, onde eu tenho visto o papel dos policiais militares de Goiás e assistido a ele. Como Parlamentar representante do Estado neste Senado, eu quero aqui dizer do meu orgulho de ver a Polícia Militar enfrentando dificuldades, enfrentando desafios, mas sempre presente e sempre acolhedora em todos os Municípios.

Portanto, a todos os policiais militares eu dedico o meu respeito. Quero dizer que jamais poderia deixar de participar desta homenagem, porque, desde o início da minha carreira, quando o meu ex-marido foi Governador do Estado de Goiás, aprendi a respeitar esses cidadãos que dedicam a sua vida a salvar vidas.

Parabéns à Polícia Militar, orgulho do Estado de Goiás!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Moraes. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO)

– Gostaria de agradecer à Lúcia Vânia pelas palavras.

Concedo a palavra ao Sr. Paulo Sérgio de Rezende, Prefeito do Município de Hidrolândia e Presidente da Associação Goiana dos Municípios, falando em nome de todos os Prefeitos do nosso Estado de Goiás.

**O SR. PAULO SÉRGIO DE REZENDE** – Bom dia, senhoras e senhores.

Eu quero primeiramente agradecer a Deus por esta oportunidade.

Quero cumprimentar o requerente e Presidente desta sessão de homenagem, o Sr. Senador Wilder Moraes, que tanto nos orgulha no Estado de Goiás – obrigado, Senador, mais uma vez, por poder estar aqui junto com o senhor, homenageando esses homens tão lutadores da Polícia Militar do Estado de Goiás –, representando o Governo do Estado de Goiás, o Secretário de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária, Sr. Ricardo Brisolla Balestreri. Cumprimento também o Comandante



Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás, o Sr. Coronel Divino Alves de Oliveira; Presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, Sr. Tenente-Coronel Alessandri da Rocha Almeida.

Senhoras e senhores, sintam-se todos cumprimentados, todas as lideranças e autoridades aqui presentes.

Parabenizo os integrantes da Banda do 10º Batalhão da Polícia Militar de Luziânia pela linda execução do Hino Nacional Brasileiro.

Senador, mais uma vez, eu faço parte de uma linda homenagem, representando todos os nossos prefeitos goianos.

Quero cumprimentar também a minha querida Senadora Lúcia Vânia, parabenizá-la pelas lindas palavras. Quero cumprimentar a minha esposa, Luciana, o Sargento Dirceu, que cuida da minha integridade física hoje, que me acompanha nas viagens, e o Capitão Montalvão, que tem feito um lindo trabalho na cidade de Hidrolândia. Obrigado, Capitão Montalvão, pelo trabalho prestado à nossa comunidade.

Eu falo aqui hoje, em nome dos prefeitos goianos, da satisfação de ser amigo e parceiro da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Hoje, quando acordei, senti um sentimento muito forte no meu coração e, naquele momento, eu me lembrei dos 10 Mandamentos que Deus nos deixou: amar a Deus sobre todas as coisas, não levantar seu nome em vão... Mas um deles tocou meu coração ainda mais, que é o que a Polícia Militar do Estado de Goiás tem feito pelo cidadão goiano: amar ao próximo como a si mesmo.

Parabéns, Polícia Militar do Estado de Goiás, pelos 159 anos! Parabéns por tudo o que vocês têm feito pelo lindo Estado de Goiás!

Eu trago também um abraço do Governador Marconi ao senhor, Senador Wilder. Eu estive com ele ontem e ele disse: "Leve um grande abraço ao Wilder e diga a ele que o Estado de Goiás é muito grato por tudo o que ele tem feito lá no Senado Federal." E transmito também um abraço do Vice-Governador para o senhor e também para vocês, da Polícia Militar.

Muito obrigado, Polícia Militar do Estado de Goiás! E parabéns pelos 159 anos, que completou na semana passada.

Meu muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Moraes. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço a palavra do Prefeito de Hidrolândia, Paulinho, e concedo a palavra ao Sr. Tenente-Coronel Alessandri da Rocha Almeida, Presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás.

**O SR. ALESSANDRI DA ROCHA ALMEIDA** – Senhores, bom dia.

Queria cumprimentar o Senador Wilder, na pessoa de quem cumprimento todos os presentes.

Só há uma forma de se reconhecer o presente e de se trabalhar com efetividade para o futuro, e esse caminho é conhecer a sua história.

A história da Polícia Militar do Estado de Goiás, já contada em fatos históricos pelos meus antecessores, é permeada de heroísmo. Sempre fizemos muito com pouco.

Os policiais militares de Goiás são conhecidos em todo o País pela sua bravura. Em Goiás, bandido não se cria, nem ganha asas. Contudo, a recente história da Polícia Militar do Estado de Goiás conta com fortes ataques aos policiais militares e a toda a instituição. Cito, como exemplo, a fatídica



Operação Sexto Mandamento da Polícia Federal, que prendeu 19 policiais militares, e, ao final, todos foram absolvidos, a maioria por inexistência do fato acusado. Uma vergonha para o nosso Estado, uma vergonha para a segurança pública!

Mas, como uma instituição composta de bravos e altivos militares, nós superamos. Os índices de criminalidade que aumentaram após esse injusto ataque aos militares voltaram a abaixar, porque sabemos que, se recuarmos, quem paga é a sociedade, e por ela nos sacrificamos e nos doamos dia após dia.

Outros ataques vieram. Por exemplo, a exposição massacrante da mídia com o Capitão Sampaio, feita inclusive pelo programa Fantástico da Rede Globo, que ignorou os fatos, ignorou os ataques aos policiais, ignorou o número de policiais feridos e colocou um terrorista travestido de estudante, fazendo um papel de falso herói da sociedade.

Chega de inversão de valores! Vamos valorizar os nossos policiais militares. Vamos valorizar a nossa história. Reconhecer e dar valor à Polícia Militar do Estado de Goiás é valorizar cada cidadão do Estado de Goiás.

E, falando em valorizar cada policial, deixo aqui meu amplo e irrestrito apoio ao estimado Senador Wilder Moraes, do nosso Estado de Goiás, que apresentou o Projeto de Lei do Senado 439, de 2016. Por esse importante projeto, põe-se fim a uma grave ingerência política que tem gerado grandes gastos aos cofres públicos e vitimado incontáveis cidadãos.

O PLS 439, de 2016, reafirma a competência e determina que o primeiro policial que comparecer a uma ocorrência de menor potencial ofensivo – que corresponde a 80% dos acionamentos da Polícia Militar – irá registrar no local a ocorrência e liberar as partes no local, saindo os envolvidos já com a data de comparecimento em juízo agendada. Essa medida, que já ocorre em alguns Estados do Brasil com excelentes resultados pelo fato de a Polícia Militar não ter que se deslocar a uma delegacia em todas as suas ocorrências, além de gerar uma economia milionária aos cofres públicos, tem mantido os policiais em sua atuação de patrulhamento no local de serviço e não em longos e demorados deslocamentos às delegacias, evitando grande fila de espera para atendimento só para registrar o fato em uma delegacia, o que abandona o cidadão que tanto carece da presença da Polícia Militar.

Apesar de já poder realizar essa atividade, mesmo com o apoio do nosso Secretário de Segurança Pública, Dr. Ricardo Balestreri, uma ingerência política e apego de funções têm impedido a Polícia Militar do Estado de Goiás de colocar em prática esse importante avanço. Contudo, com a aprovação do PLS 439, de 2016, não haverá mais margem para essa suja atuação, que, além de não valorizar a Polícia Militar, vitimiza o cidadão de Goiás.

Obrigado, Senador Wilder Moraes, por ser esse incansável defensor da Polícia Militar do Estado de Goiás, em nome da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás. E tenho certeza de que posso, nesse aspecto, falar por todos os militares que buscam prestar um serviço mais eficiente: o nosso muito obrigado.

Viva a Polícia Militar do Estado de Goiás! Vivam os nossos bravos e incansáveis heróis! Avante, Polícia Militar! Avante, Goiás!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Moraes. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO)

– Agradeço as palavras do Tenente-Coronel Alessandri da Rocha Almeida.



Concedo a palavra ao Sr. Coronel Divino Alves de Oliveira, Comandante Geral da Polícia Militar do nosso Estado de Goiás.

**O SR. DIVINO ALVES DE OLIVEIRA** – Senhoras e senhores, bom dia!

Quero cumprimentar o Senador Wilder Moraes e, na oportunidade, agradecer-lhe por esta sessão especial, que reconhece os feitos, que reconhece o valor de uma instituição que completou, no último dia 28 de julho, 159 anos de existência. Rendo, então, ao senhor os nossos agradecimentos.

De igual forma, agradeço também as palavras da Senadora Lúcia Vânia. Muito obrigado, Senadora, pelo carinho que a senhora tem com a nossa instituição. E solicito à senhora permissão para que o Tenente Müller possa procurar a sua assessoria, a fim de que o seu discurso possa ser disponibilizado em nosso *site* da Polícia Militar, para que toda a nossa instituição tome conhecimento do carinho e do respeito que a senhora tem pela nossa instituição. Muito obrigado.

Cumprimento também o nosso Secretário de Segurança Pública, Prof. Ricardo Balestreri, pessoa que tem, dia a dia – eu tive oportunidade ontem de falar isso a ele e falo hoje aos comandantes da Polícia Militar da região do entorno que aqui se encontram –, como nunca, demonstrado um profundo zelo, um profundo carinho pela nossa instituição nos inúmeros e inúmeros embates por que a nossa instituição tem passado por esses tempos. Rendo, portanto, Sr. Secretário, os agradecimentos também da instituição ao senhor por esse zelo, por esse carinho que tem conosco.

Quero agradecer a presença do Prefeito de Hidrolândia, Paulinho. Muito obrigado pelas suas palavras.

A Polícia Militar, de fato, Prefeito, se faz presente nos 246 Municípios do nosso Estado. Gostaríamos de ter, em alguns Municípios, um contingente até maior. E, buscando esse desiderato, o Sr. Governador do Estado, Marconi Ferreira Perillo Júnior, já determinou abertura de concursos públicos. Estamos com a inclusão agora de 2,5 mil novos policiais militares e já com a abertura de um novo concurso para mais 2 mil. Com que finalidade? Fazer com que os Municípios sejam assistidos de forma cada vez mais próxima pela Polícia Militar. É um compromisso do Sr. Governador Marconi Perillo. E nós estamos com um firme propósito de fazer acontecer e cumprir isso.

Muito obrigado pela presença.

Agradecer também a presença do Tenente-Coronel Alessandri, Presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. O Tenente-Coronel Alessandri tem por característica o espírito de coragem, o espírito de estar à frente, defendendo a nossa instituição, apontando situações que precisam ser tratadas. Obrigado por esse seu zelo pela nossa instituição.

Quero dizer que a PM, com 159 anos, de fato, é feita de homens e mulheres extremamente valorosos, que estão nas ruas, nas avenidas, combatendo o bom combate, fazendo a diferença.

Para que tenham noção, apenas ontem, em 24 horas de serviço, a PM apreendeu, em diversas situações de ocorrência por todo o Estado, duas toneladas de drogas – duas toneladas apreendidas em menos de 24 horas pela nossa instituição. Ao longo deste ano de 2017, quase 20 toneladas de drogas foram retiradas das ruas pela PM. Imaginem, senhores e senhoras, quantas vidas foram preservadas, quantas vidas não pereceram aí em decorrência do tráfico, em decorrência de homicídios causado pelo tráfico de drogas.

Embora seja a Polícia Militar que complete aniversário, somos nós policiais militares que queremos renovar e ofertar à população de nosso Estado o nosso compromisso de servir, e servir cada vez melhor e cada vez mais. Sabemos que, depois de um obstáculo vencido, com certeza, temos outros a vencer.



E temos um, no qual estamos focados, que é justamente isto que o Alessandri comentou: a questão do Termo Circunstanciado de Ocorrência, do ciclo completo de polícia.

Informo aqui aos meus oficiais que já se encontra, lá no Estado de Santa Catarina, uma comissão de oficiais nossos – o Coronel Vasconcelos, Chefe do Estado-Maior; o Tenente-Coronel Karison, PM3; e um outro oficial –, já verificando como aquele Estado equaciona a realização do Termo Circunstanciado de Ocorrência.

E temos certeza absoluta de que isso em breve será uma realidade também aqui no Estado de Goiás na sua plenitude.

Finalizo as minhas colocações, como disse, agradecendo ao Sr. Senador Wilder pela oportunidade, pelo reconhecimento à nossa instituição, ao Sr. Governador Marconi por ter nos confiado o comando dessa instituição.

E renovamos com o povo goiano – e renovo com os meus oficiais que aqui se encontram – o compromisso de estar à frente da nossa instituição, lutar pelos nossos direitos, lutar por uma instituição cada vez melhor, lutar pelo aumento da nossa AC-4, lutar pelo aumento no valor dessa verba e pelo pagamento de horas extras remuneradas.

Enfim, contem conosco. Conte comigo, tropa. Sr. Senador, conte comigo também. Dentro das nossas limitações, estamos e estaremos de pé e à ordem e à disposição.

Bom dia e obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço as palavras do Sr. Coronel Divino Alves, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Gostaria também de cumprimentar a amiga Deputada Federal Magda Mofatto, do nosso Estado de Goiás, que também vem, neste momento, prestigiar os 159 anos nesta sessão especial.

Obrigado pela presença.

Também cumprimento o Prefeito de Barro Alto, Luciano, aqui presente nesta homenagem.

Concedo agora a palavra ao Sr. Ricardo Balestreri, Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, neste ato também representando o nosso Governador Marconi Perillo.

**O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI** – Muito bom dia, senhoras e senhores.

Em nome do Governador Marconi Perillo e em nosso próprio nome, me permitam saudar, ainda que com este resto de voz, todos os Srs. e as Sr<sup>as</sup> Senadoras em nome do Senador Wilder Morais, que é um querido amigo da Polícia Militar e da segurança pública do Estado de Goiás e do Brasil.

Saúdo a nossa querida Senadora Lúcia Vânia, que tem, na sua trajetória, sempre priorizado a questão da segurança pública como uma questão concernente ao desenvolvimento nacional, com muita lucidez.

Saúdo todos os Parlamentares federais em nome da nossa Deputada Magda Mofatto.

Saúdo o Comandante Alves, Comandante-Geral da nossa Polícia Militar do Estado de Goiás, sempre em prontidão, sempre disponível, um homem, como eu sempre digo, do serviço, com a consciência clara de que é no serviço que glorificamos a nossa instituição.

Quero saudar igualmente o meu querido amigo Dr. Renato, Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal, uma parceira nossa de todos os momentos. O Dr. Renato é hoje um dos maiores líderes nacionais no campo da segurança pública.



Saúdo igualmente o Prefeito Paulo, de Hortolândia; o Coronel Alessandri, da Associação dos Oficiais, todas as senhoras e todos os senhores membros da nossa gloriosa Polícia Militar do Estado de Goiás.

Essa oportunidade que nós temos de celebrar os 159 anos da nossa Polícia Militar é, antes de tudo, uma oportunidade de celebrar a capilaridade, a presença capilar do Estado democrático de direito que se faz no dia a dia através dos nossos bravos homens e das nossas bravas mulheres da Polícia Militar. O Estado democrático de direito, com os seus valores, não se ausenta jamais da vida popular, porque, em qualquer beco, em qualquer viela, em qualquer rua, em qualquer logradouro das cidades, lá nós temos a presença marcante e constante dos nossos policiais militares.

Isso se acentua em importância na medida em que o nosso País vive uma grande crise de liderança moral, mas essa crise de liderança moral não tem eco na nossa Polícia Militar. O mais humilde, Senador Wilder, o mais humilde dos policiais militares, na mais simples das vielas, é um gigante de liderança e representa os melhores valores da solidariedade, da democracia e do Estado de direito.

Com a nossa Polícia Militar goiana não é diferente. A nossa Polícia Militar de Goiás é uma cuidadora do povo. A nossa Polícia Militar de Goiás, com muita firmeza, atua também como deve atuar em momentos de repressão qualificada e atua com firmeza, atua com dureza, mas com respeito à legalidade e à moralidade. Mas, muito mais do que isso, a nossa Polícia Militar é uma cuidadora e é uma educadora do povo no dia a dia, particularmente daquelas comunidades mais pobres e mais abandonadas, mas jamais abandonadas do carinho, na atenção e no zelo dos nossos queridos e das nossas queridas policiais militares.

Portanto, cumpre a função pedagógica e cumpre a função de liderança no seu fazer, na sua lide cotidiana, do mais humilde ao mais graduado dos policiais militares. Esses são os valores que nós celebramos no dia de hoje.

Nós precisamos lembrar ainda que a nossa Polícia Militar de Goiás é uma das principais responsáveis, Srs. e Sr<sup>as</sup> Senadores, pela redução, nos últimos sete meses, pela redução dos doze índices de criminalidade acompanhados em Goiás. Enquanto, lamentavelmente, no conjunto do Brasil, a tendência é o aumento dos índices de criminalidade, os nossos bravos policiais são responsáveis pela redução, entre doze índices, pela redução muito expressiva dos doze índices integralmente. Isso nós comemoramos no dia de ontem, essa notícia. Isso não é pouco coisa num País vive o drama que vive o Brasil cotidianamente.

Eu diria, portanto, nesse sentido, que os nossos policiais militares são uma fronteira legítima e extremamente visível entre a civilização e a barbárie. Os nossos policiais militares evitam que o nosso País, mesmo mergulhado numa crise econômica e moral, que o nosso amado Brasil mergulhe na barbárie.

Lá estão os nossos policiais no dia a dia, garantindo, desde o mais simples até o mais sofisticado, que esse mergulho na barbárie não aconteça. E aí de nós se saíssem de cena os policiais militares – nós viveríamos o mais absoluto caos. E a população brasileira e a população goiana sabem disso.

Finalmente, quero dizer, Senador Wilder, em agradecimento ao seu convite e ao seu carinho com a nossa Polícia Militar, assim como fui antecedido com uma fala semelhante, que o nosso grande mestre Jesus sempre dizia que ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida pelo seu irmão. Esses nossos policiais militares que aqui estão hoje e mais os outros 12 mil que se encontram trabalhando



têm o maior amor que se pode conhecer, porque não apenas doam a vida pelos seus irmãos, eles arriscam diariamente o seu bem maior, a sua própria vida, pelos seus irmãos.

Que o bom Deus continue abençoando todo dia cada um dos senhores e das senhoras para que tenham o mesmo entusiasmo, a mesma paixão, a mesma vontade de servir o povo, do qual os senhores são originados, os senhores são o povo. A Polícia Militar do Estado de Goiás é uma polícia do povo.

Muito obrigado, e parabéns. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Moraes. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço as palavras do Sr. Ricardo Balestreri, Secretário de Segurança do Estado de Goiás. E agradeço a presença de cada um. E também agradeço a presença de todos os comandantes do Entorno.

Senhoras e senhores, eu acredito que, para haver segurança nas ruas, tranquilidade nos bairros e paz nas cidades, é indispensável uma força policial eficaz, dedicada e comprometida.

Digo cheio de orgulho: Goiás dispõe de uma organização com todas essas qualidades e muitas outras. Eu estou falando da Polícia Militar do meu querido Estado de Goiás.

Essa corporação, cujo aniversário de 159 anos ocorreu no último dia 28, carrega a um só tempo as marcas da tradição e do avanço.

Nascida no século XIX, ela chega ao século XXI sintonizada com a modernidade, buscando o aprimoramento constante em favor das cidadãs e dos cidadãos de Goiás.

Quando foi fundada, em 1858, a PM goiana contava com um grupamento de 47 militares para cuidar de três cidades.

Atualmente, dispõe de quase 12 mil homens e mulheres empenhados na proteção dos 246 Municípios de nosso Estado.

O crescimento do efetivo, a ampliação da abrangência territorial e a evolução dos tempos tornaram as demandas de trabalho mais complexas, mas nossa Polícia Militar soube manter-se à altura desse desafio.

Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, eu já havia feito uma sessão de homenagem dessa em 2015, aqui neste mesmo Plenário.

No entanto, tendo visto tudo o que ocorre hoje em nosso País, percebo que há extrema importância em valorizarmos essa grande instituição de nosso Estado!

Todos os dias a população se depara com seus bens sendo furtados ou roubados; todos os dias os pais de família acordam preocupados com a segurança de seus filhos; todos os fins de noites agradecemos a Deus por nos livrar de tantas desgraças que se abatem por tantos cidadãos inocentes.

Eu digo isso não porque alguém me disse. Eu digo isso porque presenciei e também fui vítima de uma tragédia que abateu nosso ex-Prefeito de Itumbiara, Zé Gomes; feriu o Vice-Governador de Goiás, José Eliton, que nessa época era o Secretário de Segurança Pública; atingiu o Advogado Célio, da Prefeitura. Isso mostra que o crime e a violência do nosso País não escolhe cor, profissão, faixa etária ou qualquer outro critério de seleção.

E, naquela ocasião, só não houve um massacre ainda maior devido à eficiente e corajosa atuação da Polícia Militar, que esteve presente imediatamente, em especial o Policial Vanilson João Pereira, que morreu como herói, como alguém que deu sua vida em prol de evitar um acidente ainda maior.

Daí eu pergunto: quantos Vanilsons ainda teremos em nosso País para que as pessoas e instituições valorizem o trabalho da Polícia Militar?



É por isso, senhoras e senhores, que eu vi a necessidade de, todos os anos, homenagear e dar graças a Deus pelo trabalho desempenhado pela nossa Polícia Militar. É por isso que hoje o plenário do Senado Federal se abre para recepcionar e homenagear o heroísmo e a bravura da PM do nosso Estado de Goiás.

Não basta apenas homenagear. Temos que buscar solução para que a insegurança e a criminalidade não reinem mais em nosso Estado e em nosso País. Para isso, acima de todas as coisas, acredito que temos que dar condições para que o policial possa trabalhar, dar segurança ao PM para que ele tenha condições de agir sem medo; sem medo de ser punido pelos criminosos, perdendo a sua vida; medo de ser punido pela justiça, sendo punido pela má interpretação da lei.

Digo isso porque vejo que há casos em que o policial, mesmo agindo em estrito cumprimento do dever legal, agindo de maneira a evitar tragédias como essa, agindo energicamente para se evitar uma tragédia, e a favor da vida da sociedade, mesmo assim, ainda corre o risco de ser punido pelo Estado ou de ser demitido de seu cargo.

Isso é um absurdo!

Devemos ser guiados pelas leis que nos protegem do retrocesso, mas não também não devemos inviabilizar o trabalho de quem está em condições totalmente perigosas e adversas, buscando agir de maneira correta no exercício da função.

Muitas coisas ainda temos que mudar para este País voltar a ser um país mais seguro. Um país como o Brasil, de dimensões continentais, mesmo a polícia atuando constantemente, aumentando a patrulha e o efetivo, é impossível garantir a segurança de todos.

Por isso, eu, como Senador, acredito que, em áreas de menor condições de patrulhamento, como em áreas rurais e afastadas, devemos dar o direito ao cidadão de se armar e de se proteger.

Hoje o que temos é uma situação do "lobo invadindo um curral de ovelhas". A população está totalmente refém de bandidos armados e sem qualquer receio de sofrer uma reação na mesma proporção. Isso tem que acabar!

Por isso, estou trabalhando para que possamos constituir, no Senado Federal, a Subcomissão Permanente de Segurança Pública, reinstalar seus trabalhos, avaliar a política pública e reformar a legislação de modo que a lei seja aplicada para aperfeiçoar os procedimentos policiais.

Já conseguimos apresentar muitos projetos, mas ainda assim precisamos do apoio de vocês, homens e mulheres que estão na rua, lidando com a realidade como ela é, para que se possa fazer uma legislação mais condizente com o momento atual do País!

Senhoras e senhores, os policiais podem fazer muito mais pela sociedade quando contam com a cooperação dos cidadãos.

A PM goiana realiza um bom trabalho no atendimento ao cidadão, mas poderia fazer ainda mais, se não houvesse uma polêmica ligada à lavratura de Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCOs).

Desde a publicação da Lei nº 9.099, de 95, os TCOs são uma alternativa à prisão em flagrante de pessoas acusadas de cometer delitos com menor potencial ofensivo.

Caso o infrator seja encaminhado imediatamente ao Juiz ou se comprometa a comparecer quando convocado, não é necessária a sua prisão ou o pagamento de fiança.

Nesse sentido, tanto os policiais civis quanto os militares estariam aptos a lavrar tal documento. Acabaria com a burocracia nos procedimentos policiais. Temos aqui a burocracia redundando em desperdício de tempo e de recursos.



Nesse cenário, todos perdem: os cidadãos gastam tempo precioso aguardando o atendimento; os policiais militares deixam de fazer parte de sua ronda para estarem na delegacia; e os policiais civis alocam tempo e material numa ocorrência cujo registro poderia ser feito pelos PMs.

Vale lembrar que as Polícias Militares do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul já realizam essa tarefa.

Sr. Secretário, temos que implementar o TCO também em nosso estado de Goiás!

Por todas as realizações da PM e por tudo que ainda temos que realizar, dedico a vocês, hoje, minha salva de palmas e homenagem a essa grande corporação. Uma salva de palmas à nossa corporação! (*Palmas.*)

Encerro, cumprimentando todos os valorosos integrantes desta inestimável corporação, homens e mulheres que honram Goiás com seus serviços, dedicando suas vidas a fazer de nosso Estado um lugar melhor para se viver. A essa corporação dirigimos o nosso mais profundo agradecimento, oferecendo todo o nosso apoio, e desejamos mais 159 anos de grandes realizações.

Contem comigo, sou aliado de vocês e parceiro no que for melhor para garantir a segurança da população e garantir o trabalho da Polícia Militar do nosso Estado de Goiás.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Convido a todos a ouvirem, em posição de respeito, o Hino da Polícia Militar do Estado de Goiás.

*(Procede-se à execução do Hino da Polícia Militar do Estado de Goiás.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Uma salva de palmas à nossa bateria, com o Hino da Polícia Militar. (*Palmas.*)

Eu gostaria de agradecer a presença do nosso Prefeito do Município de Barro Alto, mais uma vez, o Prefeito Luciano; do ex-Prefeito da Cidade Ocidental, Alex; do Presidente da Câmara de Barro Alto, Sr. Elismar Barbosa; do Vereador do Município da Cidade Ocidental, Sávio Meireles, aqui presente.

Eu gostaria de agradecer a presença de cada um de vocês e queria pedir à nossa equipe do Senado que pudesse colocar o vídeo institucional para que possamos assistir-lhe neste momento.

Depois do encerramento do vídeo e do encerramento desta sessão, eu gostaria de convidar cada um de vocês para que possamos ir ao meu gabinete tomar um café, porque começamos cedo. É uma honra receber cada um de vocês em meu gabinete, na Ala Afonso Arinos, gabinete 13. (*Palmas.*)

Cumprida a finalidade da sessão, agradeço as personalidades que nos honraram com o seu comparecimento, encerro esta sessão, passando o nosso filme institucional em homenagem aos 159 anos da nossa querida Polícia Militar do Estado de Goiás.

*(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Então, estou convidando todos a irem ao gabinete agora; nosso Comandante-Geral; nosso Secretário; nosso Paulinho, e cada um de vocês aqui presente.

*(Levanta-se a sessão às 10 horas e 46 minutos.)*

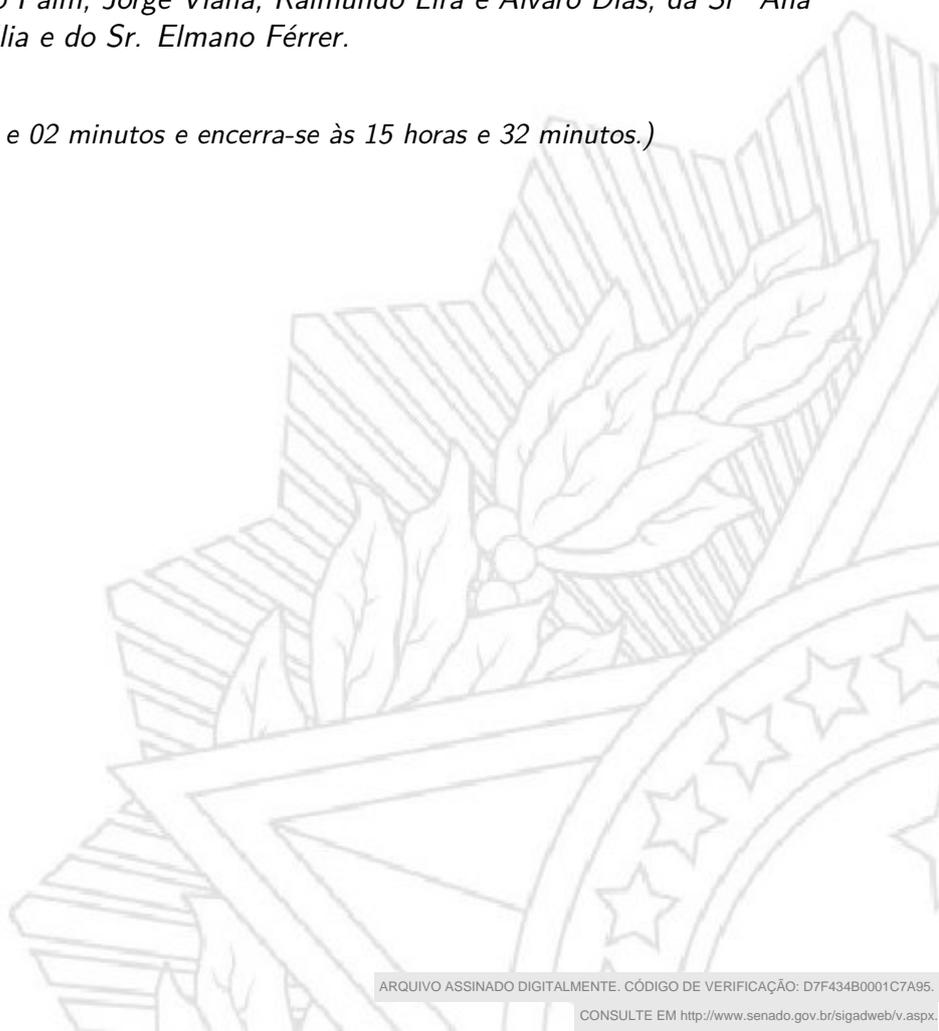


Ata da 108ª Sessão, Não Deliberativa,  
em 3 de Agosto de 2017

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Valdir Raupp, Paulo Paim, Jorge Viana, Raimundo Lira e Alvaro Dias, da Srª Ana Amélia e do Sr. Elmano Férrer.*

*(Inicia-se a sessão às 11 horas e 02 minutos e encerra-se às 15 horas e 32 minutos.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

Passamos a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Paulo Paim.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pelo tempo regimental.

Está inscrita para comunicação inadiável a Senadora Fátima Bezerra após a fala do Senador Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, (*Fora do microfone.*) Senador Valdir Raupp, Senadora Vanessa Grazziotin, eu diria que o Brasil, hoje, está um pouco mais triste e está de ressaca pela decisão tomada ontem pela Câmara dos Deputados.

As pesquisas mostravam que 95% do povo brasileiro queria uma mudança, queria e quer a saída do atual Presidente da República. Eu digo "atual", porque aqui nós estamos vivendo um momento conjuntural em que poderíamos ter cinco Presidentes da República em dois anos: tivemos a Presidenta Dilma; temos agora o Presidente Temer; poderíamos ter, se ele for afastado, o Presidente provisório Rodrigo Maia, que, poderá, via eleição indireta, eleger outro Presidente deste Congresso; e, nas diretas, em 2018, um quinto Presidente.

Eu tenho defendido, Sr. Presidente, que o caminho melhor para o País, que está sangrando, está sofrendo uma insegurança total dos investidores, causando um aumento ainda maior do que há hoje – existem 14 milhões de desempregados –, seriam as eleições diretas, ou seja, que a gente permitisse que o povo escolhesse, pelo voto direto, de uma vez por todas, o seu Presidente da República ou a sua Presidente, se assim for o caso.

Mas não bastasse o que aconteceu ontem, aqueles que defendem a sua permanência no poder, além de terem atacado com a reforma trabalhista, já falam que vão ressuscitar a reforma da previdência. Eu espero que não. A reforma da previdência vai ser muito difícil para eles aprovarem, porque é emenda à Constituição. Eles precisam de 308 votos e já não tiveram ontem – ficaram bem longe de 308. Por isso, eu sou daqueles que acredita que essa reforma não será aprovada.

A reforma trabalhista nós sabíamos que era difícil, porque era metade mais um: bastariam 42 Senadores, por exemplo, aqui no plenário, e, com 22, estaria aprovada. Mas a reforma da previdência é diferente: são três quintos. Eles não têm, nem lá nem aqui, três quintos.

A mobilização em relação à previdência é muito maior. Eu viajei, nesse recesso, por cerca de 30 Municípios no meu Estado e era unânime, Sr. Presidente, a visão de que a reforma da previdência não pode passar. É unânime, é unânime!

Eu fiz um relato lá – vou resumir aqui de forma improvisada – do trabalho da CPI da Previdência. A CPI da Previdência foi instalada, eu estou na Presidência, e o Senador Hélio José é o Relator. Já divulgamos alguns dados do trabalho até o momento.

Primeiro, anunciamos que ela será prorrogada por mais quatro meses: em vez de terminar em setembro, vai terminar em dezembro, para que a gente consiga fazer o cruzamento de todos os dados que recebemos e apresentar ao País o que nós entendemos que seria adequado para transformar a gestão da Previdência numa gestão viável, porque falta de dinheiro não é.



Até o momento, Sr. Presidente, nós já ouvimos mais de cem convidados, entre eles os grandes devedores da Previdência. E não pensem que é com alegria que eu cito aqui alguns. Gostaria de dizer que está tudo em dia, que está tudo certo, mas tenho que dizer que já ouvimos grandes devedores da Previdência como o Itaú, o Bradesco, o Banco do Brasil – já ouvimos! –, a Caixa Econômica Federal, essa tal de JBS, que teve um lucro no ano passado que ultrapassou R\$100 bilhões – uns falam até 150, mas eu vou dizer que ultrapassou 100 – e deve R\$3,5 bi para a Previdência.

Nós ouvimos dos procuradores da Fazenda que há uma dívida pronta para ser executada, e não sei quais são as forças ocultas que não permitem a execução, que já deve estar em torno de R\$600 bilhões – R\$600 bilhões! Estou falando em dívida recente, não estou falando aqui das dívidas históricas.

Podíamos falar, como eu sempre digo: construíram, com a Transamazônica, inclusive Brasília. Aqui nesse prédio há dinheiro dos trabalhadores. Não deviam, mas assim o fizeram. Só que prometeram devolver para a Previdência e nunca mais devolveram. E agora querem, via essa reforma, que o trabalhador de novo volte a pagar a conta.

Não estou falando aqui de Transamazônica, de Volta Redonda, da Ponte Rio-Niterói, Itaipu, não estou falando das grandes obras que, segundo estudos do próprio BNDES e do Ipea, com certeza chegam a trilhões. Porque era um dinheiro que só entrava, as pessoas iam se aposentar dali a 40 anos, no mínimo, porque entravam lá com 16, trinta e poucos anos de contribuição – ininterrupta ninguém consegue, porque a média de emprego do brasileiro é 9,1. Por exemplo, se pegarem a reforma que querem hoje, de 49 anos de contribuição, o cidadão, para ver quando vai se aposentar – quando dou esses dados eles se assustam, e eu repito –, se começou a trabalhar com 16, tem que somar com 64 e vai dar 80 anos para poder se aposentar.

No passado não era diferente. O número era menor, mas como a média de emprego do brasileiro, durante 12 meses, – repito –, é 9,1, se começou a trabalhar com 30, vai se aposentar com 94 anos.

Então, o dinheiro só entrava, e por isso eles foram se acostumando a meter a mão no dinheiro da previdência, que é o dinheiro dos trabalhadores.

Mas vamos atualizar, vamos trazer para o momento atual. O que acontece agora? O que está acontecendo agora é que eles continuam usando o dinheiro da previdência para outros fins.

Eu perguntei para um representante da previdência que foi falar na CPI: onde estão as contribuições de faturamento sobre lucro, PIS/Pasep, jogos lotéricos e contribuição de empregado e empregador, que deveriam estar na previdência? Ele: "Não, não está. Nós só computamos a contribuição de empregado e de empregador." Mas e as outras? Eu fui Constituinte, eu escrevi, eu ajudei a redigir. Estava lá. "Não. No nosso entendimento, não é bem assim." Onde está aquela contribuição, senhor que está me assistindo agora na sua casa? Quando você fez a sua casa, você não teve que pagar um percentual para a previdência? Digo: onde está esse dinheiro? "Ah, isso a gente não manda para a previdência". Mas está lá escrito que é para a previdência. Onde estão as contribuições do talão de nota? Me dá aqui as grandes empresas da área do campo. E não estou condenando todos, mas aqueles que não pagam. Que o chapéu sirva para quem não paga, porque, no talão de nota, vai ali.



Eu estive em uma pequena propriedade – já contei essa história outra vez –, onde vi o talão; depois fui checar aqui, e a empresa não tinha repassado para a previdência o dinheiro que ela tinha descontado do trabalhador que vendeu o produto para ela. No caso ali, seria leite.

Se checarmos todos os dados, o escândalo na previdência dá duas Lava Jato dessa. É claro que ninguém divulga nada, ninguém fala nada. Só falam que tem que fazer a reforma.

Agora mesmo, na campanha do atual Presidente para se manter no cargo, ele mandou para cá uma medida provisória que, praticamente, diminui pela metade o percentual que deveria ser pago pelo Funrural para a previdência. Depois, eles dizem que o culpado é o agricultor. O culpado não é o agricultor.

**A Sr<sup>a</sup> Vanessa Grazziotin** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, nobre Senador?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Posso conceder, naturalmente, Senadora Vanessa, até porque hoje é uma sessão de debate. Não há Ordem do Dia. Então, nós podemos fazer um debate aprofundando nessas áreas que preocupam muito, muito a todos nós. Passaram na marra a trabalhista. E assistia ontem a V. Ex<sup>a</sup>, que cobrava: cumpra o acordo com os seus. Não é nem com os meus, eu diria. Mas nem com os deles eles cumprem o acordo, porque não vetaram os artigos que iam vetar, e o Rodrigo Maia disse que lá não passa medida provisória nenhuma, que a reforma é essa, acabou e parem de mentir.

Por isso, nós tivemos o cuidado de apresentar já dois projetos: um, revogando a lei trabalhista e, outro, o estatuto do trabalho, porque o atual eles mutilaram, violentaram, botaram fogo e não existe mais. Então, nós temos que apresentar outro. O que existe aí é um código do empregador. Código do trabalhador não existe mais. Existe um código do empregador, porque foram eles que fizeram, aprovaram e mandaram aprovar como eles queriam. Então, eu apresentei o estatuto do trabalho, numa visão de que sejam ouvidos... Porque, ali naquela construção, o que nós vínhamos fazendo há muito tempo foi ouvir empregado e empregador. E vamos fazer tantas audiências públicas quanto for necessário para ajustar o texto na grandeza que um texto como esse exige, e não como eles fizeram: apresentaram um texto aqui no Senado e mandaram aprovar na marra. Não importa se leu ou não leu. É isso e acabou.

Por isso, é com alegria que concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**A Sr<sup>a</sup> Vanessa Grazziotin** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu agradeço, Senador Paim, o aparte que V. Ex<sup>a</sup> me concede e tenho certeza de que o Presidente, Senador Valdir Raupp, terá bastante benevolência com V. Ex<sup>a</sup>, porque eu, inclusive, estou inscrita, mas já estou indo ao aeroporto porque tenho que voltar ao meu Estado. V. Ex<sup>a</sup> sabe – o Brasil inteiro sabe – que nós vivemos, no Amazonas, um processo de eleições diretas. No próximo domingo, agora, dia 6, a população do Estado do Amazonas voltará às urnas para eleger o Governador do Estado. Aliás, Senador Paim, o Amazonas é o exemplo para o Brasil de que, quando nós vivemos uma crise política, Senador Raupp, uma crise institucional, um momento de supressão democrática, não há outro caminho senão buscar na própria democracia a solução para os problemas. Se nós tivéssemos, à época em que a própria Presidenta Dilma acenava com a possibilidade de abrir mão do seu mandato, ido às eleições diretas, o Brasil não viveria o problema que está vivendo hoje. O que V. Ex<sup>a</sup> fala, Senador Paim, é muito grave. Então, eu tenho que ir ao Amazonas agora. Lá, nós estamos coligados com o Senador Eduardo Braga, apoiando a candidatura ao governo de Eduardo Braga, que já



apoiamos nas eleições de 2014. O PCdoB assim determinou, assim estabeleceu, mediante um acordo que fizemos com o Senador de que o Senador não apenas teria que votar contra as reformas que suprimem direitos dos trabalhadores, mas teria que nos ajudar. E, efetivamente, o Senador Eduardo Braga, ao nosso lado, ao lado de V. Ex<sup>a</sup>, tem sido um lutador – foi contra a reforma trabalhista e está na luta conosco contra...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A reforma da previdência.

**A Sr<sup>a</sup> Vanessa Grazziotin** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... essa reforma previdenciária e tudo mais. Então, é muito importante. Agora, Senador Paim, V. Ex<sup>a</sup> levanta algo extremamente grave, que eu rapidamente ontem levantei. Primeiro, mais uma vez, eu o cumprimento pelo projeto que deu entrada na última...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ontem.

**A Sr<sup>a</sup> Vanessa Grazziotin** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... na última terça-feira, antes de ontem, um projeto que já muda a legislação trabalhista. Segundo, lembro que hoje já são 21 dias, Senador Raupp, que o Presidente Michel Temer não cumpre o acordo de editar a medida provisória, lembrando que o acordo não era só a edição de medida provisória, mas eram veto...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Veto.

**A Sr<sup>a</sup> Vanessa Grazziotin** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... e edição de medida provisória. Não houve um veto sequer. Ainda estamos na esperança de que tudo seja tratado na medida provisória, mas hoje são 21 dias. Quem tem que cobrar isso, Senador Valdir Raupp, é V. Ex<sup>a</sup>, porque foi com V. Ex<sup>a</sup> e com a Base que o apoia aqui que ele fez esse acordo. E nós estamos aguardando a edição dessa medida provisória para debatermos, novamente, as relações de trabalho no Brasil, para não permitir que mulher grávida trabalhe em ambiente insalubre, que mulheres lactantes trabalhem em ambiente insalubre. Enfim, eu cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela iniciativa. E, ontem, o Brasil assistiu envergonhado àquela sessão da Câmara. Envergonhado! O resultado, todos nós sabemos o porquê dele. Aliás, ele vem perdendo a sua Base de Apoio. Para ele chegar ao poder, foram trezentos e sessenta e poucos votos; agora, foram duzentos e sessenta e poucos – quase cem votos ele já perdeu.

**A Sr<sup>a</sup> Fátima Bezerra** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Foram 263.

**A Sr<sup>a</sup> Vanessa Grazziotin** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Foram 263. Ele já perdeu quase cem votos, desidratando. Isso à custa de quê? De muita concessão. O Brasil é um País que está fechando as farmácias populares, Senador Paim, que está exigindo 49 anos de contribuição, Senadora Fátima, do pobre do trabalhador para ter o direito de se aposentar e que edita uma medida provisória que perdoa juros de uma dívida desde 2009!

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De juros, 100%. De juros e multa, 100%.

**A Sr<sup>a</sup> Vanessa Grazziotin** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perdão de dívida de 100%!

**A Sr<sup>a</sup> Fátima Bezerra** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – As universidades ameaçadas, não é, Senadora?



**A Sr<sup>a</sup> Vanessa Grazziotin** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – De serem fechadas.

**A Sr<sup>a</sup> Fátima Bezerra** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim, sim.

**A Sr<sup>a</sup> Vanessa Grazziotin** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Aí há uma edição de uma medida provisória fazendo um Refis e ainda dando 14 anos para pagarem uma dívida. E dizem que a previdência é deficitária!? Olhe, Senador Paim...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E, quanto às contribuições daqui para frente, vão pagar praticamente a metade.

**A Sr<sup>a</sup> Vanessa Grazziotin** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A metade. De 2% para 1,2% é a metade. E querem 49 anos de contribuição, tempo igual para mulher e homem, desconhecendo, Senadora Fátima, que nós acumulamos uma dupla ou uma tripla jornada de trabalho. Senadores, não dá para continuar do jeito que está. Não dá! A população está assistindo. Dizem que a população não está mobilizada. A população está entristecida.

**A Sr<sup>a</sup> Fátima Bezerra** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Revoltada.

**A Sr<sup>a</sup> Vanessa Grazziotin** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Desesperançosa. É isto: desesperançosa. Um outro exemplo, Senadora Fátima. Eu acabei de receber uma convocatória, Senador Paim, para uma reunião do Conselho de Ética, na próxima terça-feira, para analisar a denúncia contra as seis Senadoras – V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Fátima; eu, Senadora Vanessa; a Senadora Regina Sousa; a Senadora Gleisi Hoffmann; a Senadora Lídice da Mata; e a Senadora Ângela Portela. A reunião, no plenário 2 da Ala Nilo Coelho, é destinada ao sorteio do relator da denúncia contra nós, em desfavor dessas Senadoras. Qual o foi crime que nós cometemos, Senador Raupp? Ter ocupado esta Mesa Diretora por dez horas na tentativa de negociar pelo menos a aprovação de uma emenda, a emenda das mulheres. Aliás, foi esse Conselho de Ética que arquivou uma denúncia contra um Senador pego, flagrado com dinheiro, dinheiro vivo de propina. Eu quero dizer o seguinte, Senadora Fátima: eu não tenho medo. Eu não tenho medo. Querem nos punir? Que nos punam, mas serão punidos pela opinião pública, porque eu estou com a consciência tranquila. Nós não cometemos crime nenhum.

**A Sr<sup>a</sup> Fátima Bezerra** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza, Senadora Vanessa.

**A Sr<sup>a</sup> Vanessa Grazziotin** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É este o ambiente em que nós estamos vivendo. Bacana!

**A Sr<sup>a</sup> Fátima Bezerra** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero só colocar o seguinte: quando nós Senadoras fizemos aquele pedido de reconsideração, que foi subscrito por mais 21 Senadores...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu assinei.

**A Sr<sup>a</sup> Fátima Bezerra** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Senador Paim também subscreveu. Nós o fizemos, porque essa representação não se sustenta absolutamente, pois, na verdade, aquele ato que nós aqui exercemos foi no exercício legítimo do nosso mandato, ou seja, o chamado direito à livre manifestação.



*(Soa a campainha.)*

**A Sr<sup>a</sup> Fátima Bezerra** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E estávamos nos manifestando diante de uma matéria que dispensa comentários pelo grau polêmico que tem, pelo grau de conflitos que tem, um projeto de reforma trabalhista daquela abrangência, mais de cem artigos, mais de cem dispositivos. No nosso entendimento, que é um entendimento da maioria da população brasileira, dos trabalhadores e trabalhadoras, ela significa um brutal retrocesso. Então, eu quero só concluir, Senadora Vanessa, dizendo que isso é uma palhaçada. Desculpem-me. Esse Conselho de Ética não tem moral absolutamente nenhum, um Conselho de Ética que senta em cima de processos em que estão, sim, denúncias gravíssimas acerca de atos de corrupção, de improbidade administrativa, um Conselho de Ética que, de repente, no caso do Senador Aécio Neves, flagrado, acusado de pedir uma propina no valor de R\$2 milhões...

*(Interrupção do som.)*

**A Sr<sup>a</sup> Fátima Bezerra** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só para terminar, Sr. Presidente. Repito: o caso do Senador Aécio Neves, aquela denúncia gravíssima que o Brasil inteiro acompanhou, não foi uma delação, foi um flagrante. E, de repente, o que o Presidente faz? Simplesmente, de ofício, mandou sumariamente arquivar. E agora querem levar adiante um processo contra Senadoras que estavam no seu exercício do mandato, se manifestando a favor do quê? Da dignidade e da cidadania dos trabalhadores e trabalhadoras. Então, Senadora Vanessa, assim como V. Ex<sup>a</sup>, estou muito tranquila, porque este é o nosso papel aqui dentro: exercer...

**A Sr<sup>a</sup> Vanessa Grazziotin** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora Fátima.

**A Sr<sup>a</sup> Fátima Bezerra** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... com lealdade, com responsabilidade, com seriedade e com muito compromisso o nosso papel de defesa da cidadania do povo brasileiro.

**A Sr<sup>a</sup> Vanessa Grazziotin** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora Fátima, Senador Paim, a quem agradeço a concessão do aparte, isso não depõe contra as Senadoras, depõe contra o Senado, assim como a sessão de ontem depõe contra a Câmara dos Deputados e enfraquece o processo democrático. É por isso que eu digo: nós temos uma saída. A única saída é chamar eleições diretas, é colocar na Presidência alguém que tenha legitimidade para dialogar com a sociedade brasileira e com o Parlamento. Do contrário, o Presidente vai continuar um refém do Parlamento, e nós não podemos. E não é um refém das boas proposituras, não; é um refém daqueles que querem benesses públicas. Então, Senador Paim, agradeço pela concessão do aparte que faço a V. Ex<sup>a</sup>. E quero dizer que, agora, dirijo-me ao Estado do Amazonas com muita alegria para continuar uma campanha, porque, domingo, estaremos na urna elegendo o próximo Governador do Estado. Espero que, em breve, voltemos às urnas para eleger o Presidente da República. Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Boa sorte, Senadora Vanessa. Boa campanha. Estamos aqui torcendo pela vitória do nosso companheiro Eduardo Braga.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Vanessa, eu só quero dizer que tenho certeza de que esse pedido ainda vai ser rejeitado ou arquivado na Comissão de Ética, porque não procede.



Presidente, eu vou terminar e agradeço a tolerância de V. Ex<sup>a</sup>. Sei que todos têm problemas de voo. Eu, que não tenho, estou disposto a presidir.

Só quero dizer, Sr. Presidente, que os trabalhos da nossa CPI serão retomados no dia 7, a partir das 15h. E, nesse dia, nós vamos ouvir a Associação Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos e dos Segurados da Previdência Social. Como associação nacional, ela está preocupada, claro, com o destino da previdência e há de mostrar também com dados que ela é superavitária. Vamos ouvir o Sindicato dos Servidores Integrantes da Carreira de Auditores de Atividades Externas do DF. E vamos ouvir, pois é muito importante – ele fez um depoimento na Comissão de Direitos Humanos e se dispôs a ir à CPI –, o Presidente da Federação Interestadual das Polícias Cíveis da Região Centro-Oeste e também da Federação Nacional dos Delegados de Polícia. Assim, a Polícia Federal vai ser ouvida, porque tem dados importantes a dar na CPI, para mais uma vez demonstrar que ela é superavitária, que não há déficit, que não há necessidade nenhuma de fazer essa reforma cruel, como está posta até o momento na Câmara dos Deputados, que eu espero que nem chegue aqui, ao Senado, e que seja rejeitada lá.

Obrigado, Senador Valdir Raupp, pela tranquilidade e tolerância com todos nós aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Considere na íntegra...

#### **DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

*(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.) (Vide item 3.1.2 do Sumário)*

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Pergunto à Senadora Fátima Bezerra se eu posso falar primeiro.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Vai viajar? Então, tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra para uma comunicação inadiável.

Convido o Senador Paim para presidir, pois, logo após a Senadora Fátima, eu gostaria de fazer um pronunciamento também, já que o Senador Paim não vai viajar.

*(O Sr. Valdir Raupp deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra.

Eu falei como orador inscrito. Claro, agora já está encaminhado, mas V. Ex<sup>a</sup> tem razão. V. Ex<sup>a</sup> falaria como Líder; em seguida, seria um orador inscrito. Porém, já foi deliberado, encaminhado, e agora fala a Senadora Fátima Bezerra, porque é sempre um inscrito e um por comunicação inadiável ou como Líder.

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores, ouvintes da Rádio Senado, igualmente, eu quero começar aqui a minha fala expressando todo o nosso sentimento de indignação, que, com certeza, é o sentimento que brota da maioria do povo brasileiro, no que diz respeito à votação na Câmara dos Deputados ontem.



Por 263 a 227 votos, a Câmara dos Deputados escreveu mais uma página lamentável e deplorável da sua história, ao decidir pelo arquivamento de denúncia grave contra o Presidente ilegítimo, Senhor Michel Temer. E olhem que estamos falando da Câmara dos Deputados, aquela que se apresenta como a Casa do Povo. E, ontem, infelizmente, Senador Paim, mais uma vez, ela ignorou o sentimento popular, sentimento popular expresso em pesquisas e mais pesquisas que foram realizadas pedindo o afastamento do Presidente, Senhor Michel Temer, pedindo que ele seja investigado, diante das denúncias gravíssimas, pedindo, inclusive, a realização de diretas já. Mesmo diante de todo esse cenário, repito, a Câmara dos Deputados, mais uma vez, deu as costas para o povo e se rendeu ao fisiologismo, vendendo as suas consciências num chamado balcão de negociatas, através da destinação de emendas parlamentares, de convênios, de liberação de empréstimos, de Refis, de descontos. Isso é um escândalo, Sr. Presidente! Isso é um escárnio! Isso é uma infâmia!

Eu não tenho nenhuma dúvida de que a população brasileira, na sua grande maioria, está acompanhando atentamente tudo isso. Ela está calada. Eu acho que ela está calada, inclusive, primeiro, com muita vergonha, depois, com um sentimento de muita indignação, mas com um sentimento também de muita desesperança. Mas eu não tenho nenhuma dúvida de que esse sentimento de indignação, esse sentimento de desesperança vai se transformar em luta e em muita luta, porque nós não podemos jamais, jamais, abrir mão da nossa luta em defesa do Brasil e lutar em defesa do Brasil hoje passa, em primeiro lugar, pela luta em defesa da democracia, a luta na defesa da democracia na medida em que resgatemos aquilo que de mais nobre, de mais sublime a democracia tem, que é a chamada soberania popular, o voto do povo, o direito de o povo ser consultado, o direito de o povo ser ouvido.

Tudo isso a que nós estamos assistindo aqui é fruto, fruto do ataque à democracia quando violaram a Constituição, quando o Congresso Nacional, inclusive este Senado, aprovou um pedido de *impeachment* sem comprovação de crime de responsabilidade, afastando da Presidência uma mulher, a Presidenta Dilma, cuja biografia é pautada pela ética, pela seriedade, pelo compromisso, pelo espírito público, ou seja, na hora em que deram aquele golpe parlamentar, repito, violando a Constituição e desrespeitando a democracia, o que se viu, de lá para cá, foi exatamente um festival de atos que tem infelicitado, cada vez mais, o povo brasileiro. É golpe atrás de golpe, é ataque atrás de ataque, são propostas de reformas que, longe, longe de reformar a vida do povo brasileiro para melhor, significam exatamente retrocessos e mais retrocessos: é corte de investimentos, são as políticas sociais sucateadas, políticas sociais essenciais como na área da educação, como na área da saúde.

A segurança vive um dos momentos mais dramáticos em todo o País. No meu Estado, é uma coisa absurda. Então, o que temos visto, ao longo desse período, é isto: um Governo que entrou, repito, dizendo que ia entrar para consertar a economia – está aí a recessão –, que ia resolver o problema do desemprego – o desemprego continua em níveis estratosféricos –, um Governo que dizia: "Vamos combater a corrupção." Pelo contrário, pelo contrário. O que nós temos no Palácio do Planalto hoje é uma verdadeira quadrilha. Tanto é verdade aquilo que estou dizendo que os principais assessores do Presidente da República hoje estão presos. Ex-ministros, assessores especiais presos na cadeia ou, então, em prisão domiciliar – e outros inclusive na fila. E o próprio Presidente flagrado, filmado, o primeiro Presidente da República a ser denunciado em pleno exercício do cargo em função da delação da JBS. Repito: não é uma delação por delação, foi filmado, foi flagrado,



estava lá o assessor especial do Presidente Michel Temer, Sr. Rocha Loures, que está em prisão domiciliar, recebendo uma mala de R\$500 mil, e seriam não sei quantas malas dessas durante meses. Ou seja, a Procuradoria-Geral da República fez uma denúncia muito consistente.

Portanto, o que a Câmara deveria ter feito no dia 2 de agosto era simplesmente fazer aquilo que é o sensato, que é o necessário, para que não parem dúvidas, era autorizar o Supremo Tribunal Federal para que o Supremo Tribunal Federal investigasse. Mas nada disso foi feito. Pelo contrário, a Câmara, na sua grande maioria, lavou as mãos, como Pôncio Pilatos. E, com isso, vai passar para a história, os Parlamentares que deixaram sua digital ontem pelo arquivamento da denúncia contra o Presidente Michel Temer vão passar para a história como cúmplices da corrupção. E certamente haverá o momento em que eles prestarão contas com a história e esse momento será muito mais breve do que eles imaginam, porque esse momento vai se dar é agora, principalmente nas ruas e nas urnas, que já estão a caminho com a eleição de 2018.

Mas voltando ainda ao resultado da votação de ontem, Sr. Presidente, eu quero aqui dizer que, mesmo usando os métodos escandalosos, fisiológicos e espúrios de compra de mandato parlamentar através dos instrumentos como emendas parlamentares, orçamento, convênios, tentativa de liberação de empréstimos, Refis e descontos, mesmo assim, o Governo não conseguiu obter uma vitória política. Teve uma vitória matemática, mas longe de representar uma vitória política na medida em que o Governo estava crente em que ia conseguir mais de 300 votos e teve menos votos, portanto, do que eles esperavam. Foram cerca de 263.

A oposição, que eles diziam que não chegaria a 180 votos, ontem conseguiu 223 votos. E o mais importante, enquanto a base política do Governo se dividiu, a oposição ontem deu demonstração de coesão, de firmeza e de união. O resultado da votação de ontem, Senador Paim, coloca para nós da oposição não só cada vez mais responsabilidade, mas, mais do que isso, ele renova as nossas esperanças de que é possível, sim, em sintonia com a mobilização social e popular, avançarmos para barrar as propostas de reformas, como a reforma da previdência, que não pode ser aprovada, de acordo com o nosso próprio Regimento, por maioria simples. Ela exige quórum qualificado. E ontem ficou comprovado, repito, que o Presidente ilegítimo, mesmo usando os métodos mais espúrios, mais condenáveis, não conseguiu, de maneira nenhuma, o quórum constitucional.

Então, veja, a oposição saiu forte ontem desse embate na Câmara dos Deputados, mesmo diante, repito, de um quadro político de correlação de forças políticas tão desfavoráveis. Mas ela saiu forte ontem, ela exibiu união, ela exibiu firmeza, ela exibiu clareza política. E, mais do que isso, o mais importante é que a oposição ontem expressou o sentimento popular que brota no coração da maioria do povo brasileiro, repito, que quer que o Presidente seja investigado, porque as denúncias são graves, e que quer Diretas Já, através da realização de novas eleições.

Então, esse vai ser o nosso caminho, cada vez mais forte daqui para frente. Por isso que nós não podemos arrefecer no movimento da bandeira das Diretas Já. Quero, inclusive, aqui dizer que, dando continuidade à agenda de lançamento da frente ampla pelo movimento de novas eleições diretas, dia 12 nós estaremos em Natal, lá no Rio Grande do Norte: o Senador Capiberibe, que é o coordenador desse movimento aqui, no âmbito do Parlamento, lá vai estar, o Senador Requião, a Senadora Gleisi Hoffmann, a Senadora Lídice da Mata, enfim. Já estão em andamento todos os preparativos lá, através da Frente Brasil Popular, da Frente Povo Sem Medo, diversas entidades, para que em Natal, no dia 12, nós possamos fazer mais um ato, repito, de lançamento da frente ampla em defesa da



democracia, que passa pela defesa de Diretas Já, de novas eleições diretas, porque nós não podemos baixar a cabeça. Nós temos que, cada vez mais, prosseguir nessa caminhada, Senador Paim, nessa encaminhada, inclusive, que nos permitirá aqui lutar contra a reforma da previdência, lutar, por exemplo, pelo projeto de lei que V. Ex<sup>a</sup> apresentou, de revogação da chamada reforma trabalhista, já aprovada por esta Casa.

Nós não vamos arrefecer, de maneira nenhuma. Nada de perdermos a esperança, nada de perdermos a nossa capacidade de lutar. Muito pelo contrário. E repito: o resultado de ontem, embora tenha sido uma vitória do ponto de vista matemático para o Governo, foi uma profunda derrota do ponto de vista político do Governo, que sai, inclusive, com a sua base dividida. Enquanto isso, a oposição, de quem se dizia que teria menos votos, teve mais votos, e o mais importante: a oposição saiu ontem forte, unida, coesa – a oposição, PT, PDT, PSOL, Rede, PSB etc.

Sr. Presidente, por fim, quero aqui, Senador Paim, dar conhecimento de uma audiência pública e, ao mesmo tempo, convidar os Srs. Senadores e Senadoras para ela, que nós vamos realizar na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da nossa Casa, que é presidida pela Senadora Regina e por V. Ex<sup>a</sup>, nesta próxima quinta-feira, 10 de agosto, para discutir, Senador Paim, a realidade enfrentada hoje pelas comunidades quilombolas, uma realidade grave, em função de que o futuro de milhões de quilombolas pelo Brasil inteiro está ameaçado neste exato momento. Não só o presente, mas o futuro também, na medida em que há novas iniciativas em curso para revogar o decreto, na época, editado pelo Presidente Lula, que tratou de reparar uma grande injustiça com as comunidades quilombolas, com os negros e as negras deste País, garantindo a titularidade das suas terras. É das suas terras, porque as terras lhes pertencem, pertencem aos negros e às negras deste País.

E foi o Presidente Lula que, ao chegar à Presidência deste País, teve a sensibilidade, repito, de corrigir essa grande injustiça, portanto, fazendo uma reparação que expressa, acima de tudo, respeito e dignidade para com as comunidades quilombolas do nosso País, editando o decreto que lhes garantiu, a partir daquele momento, a titularidade das suas terras.

Mas, infelizmente, esse ato do Presidente Lula tem sofrido resistências. E a primeira resistência que sofreu, Senador Paim, foi através de uma ação direta de inconstitucionalidade, ajuizada pelo então Partido da Frente Liberal, que vem da época da ditadura, da Arena, do PDS – atual Democratas.

Pois bem, foi o Democratas que, em face do Decreto, repito, 4.887, de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombolas, decreto esse que está em sintonia com o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, entrou com ação direta de inconstitucionalidade, pedindo a revogação desse decreto.

O julgamento dessa Adin se estende desde 2012 e será retomado agora, no dia 16 de agosto. Se julgada procedente, ou seja, se o Democratas ganhar essa ação, todos os títulos de quilombolas do País podem ser anulados, o que seria um retrocesso cruel.

Seria voltarmos aos tempos da barbárie, porque, depois de tanta luta, tanta, tanta, tanta luta das comunidades quilombolas, dos movimentos sociais para conseguir, repito, a edição do Decreto 4.887, de 2003, e agora simplesmente ver esse decreto revogado, isso seria um crime, um crime que



nós poderíamos classificar contra os direitos humanos. E aqui são os direitos humanos, repito, das comunidades quilombolas, que querem aquilo que lhes pertence, exatamente as suas terras.

Pois bem, Sr. Presidente, quero aqui colocar que, se esse decreto for revogado, seguramente novas titulações não seriam mais possíveis. Para se ter uma ideia desse quadro, nós temos mais de 6 mil comunidades quilombolas em todo Brasil que aguardam o reconhecimento do seu direito. A titularização das terras quilombolas sempre enfrentou resistência, nós sabemos disso. Apesar de a Constituição reconhecer o direito de todas as comunidades quilombolas do Brasil terem seus territórios titularizados, foi somente em 2003, por meio desse decreto, editado na época pelo Presidente Lula, ora questionado, que esse dispositivo da Constituição foi regulamentado.

São muitos os retrocessos que quilombolas, indígenas e outros povos tradicionais têm enfrentado na atual conjuntura do País, mas esperamos que o Supremo Tribunal Federal reconheça que o Decreto 4.887 é, sim, constitucional e que esses territórios já são de propriedade dessas comunidades, cabendo ao Estado apenas reconhecer esse direito.

Vou repetir: são muitos os retrocessos que quilombolas, indígenas e outros povos tradicionais têm enfrentado na atual conjuntura do País, mas nós esperamos...

*(Soa a campainha.)*

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... esperamos com muita confiança, que o Supremo Tribunal Federal reconheça que o Decreto 4.887 é, sim, constitucional e que esses territórios já são de propriedade dessas comunidades, cabendo ao Estado apenas reconhecer esse direito.

Por isso, Sr. Presidente, concluo aqui, aproveitando essa oportunidade para convidar todos e todas para participar desta audiência pública que nós vamos realizar quinta-feira agora, na Comissão de Direitos Humanos aqui da nossa Casa. A perspectiva, Senador Paim, é de que essa audiência seja mais um passo muito importante para que o direito à regulamentação da titularização de terras das comunidades seja reconhecido e respeitado.

Viva a luta das comunidades quilombolas em todo o Brasil!

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Fátima Bezerra.

Nós passaremos agora para o Senador Valdir Raupp, que também está com problema de voo – mas todos entenderam aí que essa é a hora de ele falar.

Senador Valdir Raupp com a palavra.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, minhas senhoras e meus senhores, o Brasil é um país vocacionado para a produção de alimentos. Quando o assunto é agricultura e pecuária, somos protagonistas no cenário mundial e temos, como um dos pilares mais firmes de nossa economia, justamente os produtos da terra.

Apesar da importância da terra para o desenvolvimento nacional, nosso País vem, há muito tempo, patinando na resolução de seus problemas fundiários. A terra, Sr. Presidente, é um elemento essencial para o avanço brasileiro, mas sua ocupação ainda se mostra uma questão de difícil resposta.



Um dos aspectos mais perversos de nosso problema fundiário são as pessoas que ocupam um terreno há anos sem conseguir obter um título de propriedade, uma escritura pública. O vínculo dessa gente com o lugar onde vive é real, é antigo, mas carece de reconhecimento oficial, de reconhecimento do Governo.

Essa situação produz conflitos em torno da posse da terra, gera insegurança jurídica para os ocupantes dos imóveis e cria obstáculos para o desenvolvimento dessas propriedades.

Se, no ano passado, 54 pessoas foram mortas em conflitos fundiários no Brasil, esse fato, por si só, já seria mais do que suficiente para estimular um processo mais ágil de regularização de imóveis rurais no País. Com a posse legalmente estabelecida, tenho certeza de que esses números diminuiriam.

Muitos produtores são, de fato, os donos da terra, mas não a possuem de direito.

Quando fui Governador, Sr. Presidente, há 20 anos, eu lancei uma campanha – do que estava no alcance do Estado, porque nem sempre tudo está no alcance do Estado quando se fala de documentação de terra – e criei um órgão da terra, o Iteron, que depois foi desativado, o Instituto de Terras do Estado de Rondônia. Lancei a campanha "Seja dono do que é seu, regularize a sua propriedade", porque as pessoas, às vezes, são donas de fato, mas não são donas de direito, não têm o título da propriedade, o documento da propriedade. Elas vivem sob constante ameaça de perda de seus terrenos. E isto lhes rouba a tranquilidade, lhes tira o sossego: quando a pessoa não é dona ou não tem o título, a escritura da propriedade.

Além disso, hoje, um pequeno ou médio produtor rural tem imensa dificuldade em obter um empréstimo bancário, um empréstimo com juros subsidiados do Banco do Brasil, do Banco da Amazônia, de uma cooperativa de crédito, que tem também recursos a juros baixos, pois não pode oferecer seu imóvel como garantia por falta de regularização. Isso o impede de fazer melhorias em sua propriedade ou adquirir implementos para ampliar sua produção.

Esse quadro agora irá mudar: essa é a boa notícia! No último dia 11 de julho, o Presidente Michel Temer sancionou o Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2017, originado da Medida Provisória 759, de 2016, na Lei nº 13.465, de 2017. O texto sancionado irá legalizar a posse de milhares de imóveis rurais e urbanos no País, contribuindo para a diminuição da violência e para o aumento da nossa atividade econômica.

No âmbito econômico, isso é especialmente verdadeiro para a Região Norte do Brasil, com destaque para Rondônia, o meu Estado. Em 2016, cerca de 90 mil propriedades no Estado não dispunham de título definitivo de escritura pública. São 90 mil unidades cuja produção poderia ser maior se estivessem regularizadas e pudessem se candidatar a um financiamento bancário.

Por entender a importância dessa medida provisória, trabalhei com afinco para aperfeiçoá-la. Apresentei mais de 20 emendas à proposição, com o intuito de garantir aos donos dos imóveis o direito à sua titularidade da forma mais rápida e menos burocrática possível, inclusive com preços mais baixos.

A MP 759 diminuiu praticamente para um terço – ou menos – do valor que estavam cobrando, o preço de mercado, para uma terra ocupada há trinta, quarenta anos, Senador Dário Berger, Senadora Simone Tebet.



V. Ex<sup>as</sup>, Senador Armando Monteiro, Senador José Medeiros... Está aqui Pernambuco, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, meu Estado natal, Estados que também são fortes no agronegócio – como é o Rio Grande do Sul, Estado de V. Ex<sup>a</sup>, Presidente, Senador Paim.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Valdir Raupp, se V. Ex<sup>a</sup> me permite...

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB - RO) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como V. Ex<sup>a</sup> falou no Rio Grande do Sul, estão aqui, nas galerias, alunos da Faculdade de Direito, de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, minha terra, é claro. Eu nasci ali em Caxias, do lado.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB - RO) – Terra do vinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Terra do vinho – do champanha, do vinho e de muita polenta! Eu fui criado à base de polenta. Então, eu queria dar uma salva de palmas a vocês. Sejam bem-vindos!

Sejam bem-vindos também os senhores que estão aqui! (*Palmas.*)

E não vou interromper o Senador Valdir Raupp, que é um grande Senador, Líder do PMDB por muitos e muitos anos e uma referência aqui para o bom debate.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB - RO) – Sejam bem-vindos os gaúchos aqui, no plenário do Senado Federal.

Eu não sou gaúcho; sou catarinense, mas tenho lá no Rio Grande muitos familiares. Minha mãe e meu pai faleceram no Rio Grande do Sul. Minha mãe faleceu no ano passado com 96 anos, porque tomou vinho e café amargo...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quase cem anos!

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB - RO) – Com 96 anos. Tenho uma irmã que mora em Porto Alegre, outros que moram em Capão da Canoa, em Torres, no Rio Grande do Sul. Tenho parentes Raupp muito espalhados – a geração Raupp – pelo Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, tão logo a Lei nº 13.465, de 2017, foi publicada, eu e a Deputada Federal Marinha Raupp nos empenhamos em garantir recursos aos produtores de Rondônia, até que seus imóveis sejam regularizados dentro desse novo marco legal.

Nós conseguimos, por duas vezes consecutivas, prorrogar o prazo para apresentação do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) ao Banco do Brasil, documento necessário para obter linha de crédito por meio do Pronaf rural.

A apresentação do CCIR deveria ser feita até o dia 31 de julho deste ano, mas, após nosso contato com a diretoria do Banco do Brasil, os agricultores de Rondônia terão até o dia 31 de julho de 2018. Então, prorrogou-se por mais um ano, até julho do ano que vem, a apresentação dessa documentação. Até lá vai dar tempo da regularização fundiária, da escritura pública. Assim, eles manterão acesso a uma importante fonte de financiamento, enquanto legalizam a situação de suas propriedades.

Nosso trabalho agora é buscar apoio nas esferas estadual e federal, de modo a acelerar a emissão de títulos de imóveis rurais em Rondônia. Nesse sentido, pretendemos, em breve, contatar o Governador do nosso Estado, Confúcio Moura, bem como representantes do Incra, do Ministério do



Desenvolvimento Agrário e do Programa Terra Legal, juntamente com a Emater e a Secretaria de Estado da Agricultura e outros órgãos, de modo a organizar um mutirão com essa finalidade de regularizar as terras de Rondônia.

Outro impacto positivo da nova lei se fará sentir no espaço urbano, pois ela facilita a regularização fundiária nas cidades. A norma sancionada abre a possibilidade de regularização de núcleos urbanos não formalizados, mas que tenham sido efetivamente consolidados até 22 de dezembro de 2016 – sem dúvida nenhuma, praticamente 100%. A formalização desses núcleos vai, sem dúvida alguma, aquiescer o mercado imobiliário e o de construção civil, pois os proprietários dos imóveis não só poderão vendê-los com maior facilidade, mas também poderão obter empréstimos, oferecendo seus imóveis como garantia para implantar melhorias em seus lares, em suas residências.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como se pode ver, essa nova lei trará inúmeros benefícios para milhões de brasileiros. Ela é o início de um novo capítulo na história fundiária do nosso País, em especial do meu Estado, o Estado de Rondônia, um capítulo com mais justiça, paz, desenvolvimento para a nossa gente e a nossa terra.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Valdir Raupp, que – eu me esqueci de dizer – também foi Governador de seu Estado. Muito bem!

Conforme agenda aqui, agora, para uma comunicação, é o Senador Medeiros, a não ser que ele queira trocar com o Senador Armando Monteiro. Pelo que vi, não.

Então, Senador Medeiros com a palavra. Senador Medeiros fala para uma comunicação inadiável.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão, todos que nos acompanham, Senadores aqui presentes, ontem nós tivemos uma votação na Câmara dos Deputados, na qual a oposição critica muito os Deputados que mantiveram a suspensão da denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o Presidente Michel Temer. Portanto, o Presidente vai ser investigado somente após o término do mandato.

Eu conversava ontem à noite com o Senador Cristovam, que tem sido aqui, no Senado – eu sempre digo –, uma espécie de atalaia. Nós, quase à meia-noite, conversávamos, e ele fazia uma reflexão e uma sugestão, que quero levar pessoalmente ao Presidente Michel Temer. Ele sugeria o seguinte: "Pronto, nós passamos desse momento. O fato é que o Presidente ficou, e nós vamos agora precisar mudar a pauta, a pauta de discussão." Esse debate ele compartilhou com outros Senadores, como o Senador Waldemir Moka e o Senador Armando Monteiro, e talvez com outros que eu não sei. Justamente o que se propõe é que nós possamos pegar uma agenda que interesse agora ao povo brasileiro, como foi sugerida pelo Senador Armando Monteiro, uma agenda da segurança.

Senador Dário Berger, na sexta-feira, vai haver, em Cáceres, no Mato Grosso, divisa com a Bolívia, uma audiência pública para tratar justamente do tema da segurança pública, porque, em qualquer Estado a que se vá, a segurança pública tem se tornado pauta principal de discussão.

Falávamos agora há pouco que já quase cem policiais morreram. Nós estamos praticamente numa guerra não declarada, mas uma guerra que se dá todos os dias nas ruas das cidades brasileiras.



O Senador Cristovam dizia justamente de sugerirmos ao Presidente que ele possa ser o Itamar dele mesmo, após essa ebulição toda que houve; de buscarmos uma coalizão, buscarmos conversar, porque essa história de "vamos tirar o Temer" já venceu. Demoraria no mínimo 8 meses e já estaríamos às portas de 2018. Então, agora seria o momento de uma grande concertação, mesmo com aqueles que votaram pelo encaminhamento da denúncia. E aqui não cabe julgar ninguém, cada um votou de acordo com a sua consciência. Uns pensavam o seguinte: nós não estamos arquivando a denúncia, nós estamos suspendendo, para que esse mandato chegue ao termo e, depois, que o Temer responda. E assim pensaram. Outros acharam que não, que deveria fazer logo tudo, mas o certo é que a maioria – e na democracia é pela maioria, embora alguns não aceitem – resolveu suspender a ação, e o Brasil agora tem que se ocupar.

E eu conclamo aqui todos os Poderes que possam fazer isso, até aquelas instituições que se arvoram e que querem chegar a ser um quarto poder, que nós possamos pensar agora em terminar esse mandato, mas buscando agora discutir temas de relevância.

Hoje, na Comissão de Relações Exteriores, o Senador Jorge Viana, que agora preside a Mesa, sugeriu, por exemplo, que uma comissão de Senadores vá à Venezuela...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... tentar ajudar – eu já termino, Sr. Presidente – a fazer uma concertação nacional ali. Mas nós também precisamos, nós temos problemas aqui muito menores do que na Venezuela e podemos fazer isso aqui também.

É lógico que nós temos vários Parlamentares – Parlamentares, como disse, de estatura aqui dentro da Casa – que são independentes, mas que estão dispostos a ajudar o Governo a fazer essa travessia. Não é nem ajudar o Governo, é ajudar o Brasil a resolver seus problemas mais urgentes.

Nós temos o problema de ordem fiscal muito forte; nós temos o problema da segurança; nós temos problemas de saúde. E podemos discutir, mas é lógico que para isso é óbvio que o Governo precisa estender a mão e fazer essa conversa com todos esses atores que estão dispostos a se doar. E nesse momento eu digo se doar, porque devido a parte da imprensa ter demonizado as reformas, quando alguém se predispõe a lutar para que as reformas necessárias ao Brasil sejam aprovadas ele está se doando de certa forma, porque há um desgaste político muito grande. E só Parlamentares de grande estatura se dispõem a fazer esse tipo de conversa.

Quando eu citei a imprensa aqui eu quero deixar uma reflexão. Eu vejo que alguns donos e proprietários de órgãos de imprensa de grande poder nacionalmente falando precisavam fazer uma reflexão no seguinte sentido: eu sinto que essas empresas defendem as reformas, mas lutam contra aqueles que caminham nesse sentido.

Eu vejo que os Parlamentares que têm contribuído para que o Brasil tome um rumo são extremamente...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... atacados por esses mesmos órgãos de imprensa. Eu vejo que são dadas vozes a quem quer destruir o pacote de medidas que procura colocar o Brasil nos trilhos.



Essa é a minha reflexão, Sr. Presidente, reforçando, mais uma vez, que estaremos em Cáceres, na sexta-feira, em uma audiência pública proposta pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, Senador Wellington. Aproveito para lhe convidar. Sei que V. Ex<sup>a</sup> tem uma agenda cheia, mas é uma audiência muito importante, Sr. Presidente, porque, no Estado de Mato Grosso, tornou-se quase uma pena de sequestro o sujeito ter uma caminhonete em determinadas regiões, porque os traficantes roubam esses veículos e trocam por drogas. E nós vamos justamente tratar desses temas lá na divisa de Mato Grosso com a Bolívia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*(Durante o discurso do Sr. José Medeiros, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex<sup>a</sup>. Aproveito que temos aqui estudantes do curso de Direito da Faculdade La Salle de Lucas do Rio Verde, que estão nos dando a honra, e já que V. Ex<sup>a</sup> está aqui na tribuna, faço questão...

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Permita-me ainda dizer que Lucas do Rio Verde é uma das cidades... *(Fora do microfone.)* ... com melhor IDH do Brasil. O Índice de Desenvolvimento Humano nessa cidade é uma coisa extraordinária. E eu até convido quem não a conhece para dar uma passeada pelo Google por cima da cidade de Lucas do Rio Verde. É uma coisa extraordinária! A Prefeitura parece a Casa Branca, é uma coisa muito linda. O Senador Cristovam já a conhece.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – De fato, eu queria parabenizar e cumprimentar todos. A gente só não gosta muito... Eu concordo que Lucas do Rio Verde é fantástico do ponto de vista da produção, mas, como tivemos uma disputa lá do Luverdense com o Rio Branco, no Acre, uma confusão danada. Então, nesse aspecto, não tenho muito acordo, mas, no acordo de parabenizar, de valorizar e de reconhecer os avanços em Lucas do Rio Verde, do seu povo, a gente faz aqui... Mas que nada! Vocês nos receberam bem lá, e nós também os recebemos no Acre. O problema é que o resultado não foi muito bom para nós, para o nosso Rio Branco.

Com a palavra a Senadora Simone Tebet, que também nos honra agora assumindo a tribuna do Senado. Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senadora.

**A SR<sup>a</sup> SIMONE TEBET** (PMDB - MS. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras. Retornamos, esta semana, do recesso parlamentar a esta Casa, a Casa da Federação brasileira, dos Estados brasileiros, depois de percorrermos, todos nós, os Municípios do interior dos nossos Estados. Ouvimos as pessoas, as demandas, anunciamos os recursos, e, particularmente, eu trago na bagagem muitas perguntas, indagações, questionamentos, perplexidade, indignação, descrença e até desesperança da população do meu querido e amado Estado de Mato Grosso do Sul.

É que, andando pelas ruas, conversando com as famílias, o sentimento é único: de perplexidade, de indignação, infelizmente, de aversão à política, mas, principalmente, de cobrança. Afinal, não entende a população brasileira – e não tem como entender – como a mais Alta Corte parlamentar



deste País, e mesmo a Câmara dos Deputados, não conseguem achar uma saída para essa severa crise ética, moral, política, social, econômica que assola o País há algum tempo.

A sensação que me acometeu, andando nas ruas do meu Estado, é a mesma que tenho tido desde, pelo menos, o início deste ano, ao vir para o Senado Federal: a sensação de que estamos todos no limbo.

Sei que, há mais de dez anos, o Vaticano extinguiu esse que foi um dos maiores dogmas da Igreja Católica, o limbo, o vazio, o não-lugar, onde ficavam, permanentemente, eternamente, pagãos ou não batizados, que, mesmo tendo suas virtudes, pagavam por seus pecados, mesmo sem conhecê-los, simplesmente por não reconhecerem a palavra oficial de Deus.

É essa a sensação de limbo, hoje já extinta pela Igreja Católica, a sensação que me acomete quando venho ao Senado Federal. E não só aqui. É uma sensação que vejo e é o limbo que presencio não só nesta Casa, mas na Câmara dos Deputados, nas assembleias legislativas, nas câmaras de vereadores, no Poder Executivo, seja federal, seja estadual, seja municipal.

Sei que política não é uma religião, nem o Senado é uma igreja, apesar de ainda ser o templo sagrado da democracia. Mas se, na Igreja, não cabe mais falar em limbo, parece que ele ressurgiu com força no cenário político nacional. Na verdade, é a própria democracia, a instituição, a institucionalidade democrática que se encontra nesse limbo, onde, se não mergulhamos ainda no inferno, já não conseguimos visualizar mais o paraíso.

E mesmo aqueles setores, Srs. Senadores, que parecem estar imunes a tudo isso, os chamados protagonistas do que é considerado hoje politicamente correto – Poder Judiciário, Ministério Público, órgãos de controle como a própria Polícia Federal e o Tribunal de Contas –, encontram-se conosco, envolvidos nesta balbúrdia que nos acomete.

Eu quero fazer um parêntese e deixar muito claro aqui na minha fala: defendo o combate à corrupção de forma incondicional, a Operação Lava Jato como um patrimônio da sociedade, o fortalecimento de instituições de controle, como o Ministério Público, a Polícia Federal e o Poder Judiciário. Mas não dá, aqui, para não dizer que até esses órgãos e instituições deixaram-se contaminar pelos excessos, vistos, Senador José Medeiros, como salvadores da Pátria. Não o são. Nem poderiam sê-lo. A Constituição não o permite. Seria até injusto com essas instituições e com a Operação Lava Jato dar tamanha responsabilidade a elas. Não há salvadores da Pátria. O único salvador de si próprio é o povo, que pode, sim, nas urnas, através do voto, mudar o seu destino, sabendo escolher os seus representantes, para que esses possam fazer a verdadeira revolução capaz de transformar o País, a revolução, Senador Cristovam, da educação e da cultura do povo brasileiro.

Mas o mais grave é que, se não há salvadores da Pátria, o problema é que estamos diante de delatores da Pátria. Delatores hoje ditam as regras, conduzem o rumo do País, delatores como Eduardo Cunha, Lúcio Funaro, Eike Batista, Léo Pinheiro, Marcos Valério, irmãos Batista – delações enfraquecendo a política, contaminando a economia, abalando a democracia. Esse é o grande mal dos excessos.

Eu pergunto se estaríamos ainda vivendo numa democracia. Temporariamente. O governo da maioria, como assim é conhecida a democracia, deixa o espaço e cede o seu espaço a talvez – quem sabe possamos chamar assim – uma "delatocracia", o governo das delações. Aqui, repito, não vai nenhum senão, nenhuma vírgula ao trabalho da Operação Lava Jato, do Poder Judiciário. Ao



contrário: vejo esse Poder fazendo a faxina ética e moral necessária, mas ela não é suficiente, e a Operação Lava Jato não vai consertar este País.

Hoje, estamos no limbo, e esse limbo contamina, sim, todas as instituições. É porque, no sistema constitucional brasileiro, somos Poderes independentes, mas harmônicos, e essa harmonia impõe a interdependência. Exemplos simples mostram como o enfraquecimento de um Poder atinge diretamente o outro.

Quando votamos o duodécimo, do Orçamento, nesta Casa, estamos votando o duodécimo dos demais Poderes. Assim como fiscalizamos o Poder Executivo, somos fiscalizados pelo Judiciário. No sistema de freios e contrapesos, estamos todos conectados. O que fortemente nos abala atinge diretamente as demais forças. Somos nós que indicamos ou que aprovamos, após uma sabatina, o nome de um membro do Supremo Tribunal Federal. Mesmo um Presidente da República denunciado por possíveis crimes cometidos no exercício do mandato depende da autorização da Câmara de Deputados.

Esses exemplos são para dizer que hoje, enfraquecido o Poder Legislativo, hoje no limbo – embora o limbo seja um não-lugar, ele está se movendo e se expandindo e nos tragando todos num grande buraco negro. É esse Poder hoje combalido do Executivo, hoje paralisado do Legislativo – esses Poderes todos, contaminados, que estão também promovendo, como resultado final, o contágio, a contaminação da sociedade como um todo.

A sociedade, hoje, sem expectativa de mudança, encontra-se mergulhada na descrença e na desesperança na democracia, no País e no futuro. Poderíamos continuar aqui, no mundo das metáforas religiosas, dizendo talvez que estejamos diante de um ateísmo político; aquele onde em nada se crê. Estamos diante, talvez, do que os sociólogos vêm falando constantemente, no estado social de anomia, na anomia social, onde não mais acreditamos em nada, nem mesmo no Poder que nos oprime. É a negação da negação.

Chegamos a esse ponto. As instituições não mais funcionando. Chegamos a tal ponto de esconder, ou tentar tapar essa realidade, que temos a coragem de dizer: "É, mas, apesar de tudo, as instituições ainda estão funcionando". Eu pergunto aos senhores: será que estão? Será que estamos ainda diante da democracia e diante de instituições em amplo funcionamento?

O cerne de uma democracia exige e impõe Poderes fortes, não combalidos, não cerceados, não limitados no seu poder. Senão, ao invés de construirmos estradas por onde passar, erguemos muros e impedimos a saída, o caminho.

A sociedade nos segue, Senador Cristovam, porque nós somos o reflexo e o espelho dela. Aqui muito ouvimos falar que o Congresso Nacional, que a classe política é corrupta. Quem somos nós a não ser fruto da sociedade? Aqui representamos as mais diversas matrizes ideológicas, políticas, religiosas e classes sociais. Somos uma amostra da sociedade. Na sociedade, também há corrupção, também há desonestidade, também há incompetência. E há também na classe política, mas, tanto lá quanto aqui, é uma minoria. Infelizmente, o espelho, o reflexo, aquilo que se mostra através da mídia, é apenas o lado ruim, o lado negativo da política. E, ao perceber isso, as chamadas, entre aspas, "boas almas" já não querem fazer política, porque "boas almas" e limbo não se misturam.

O problema é que, ao cederem o espaço a outrem, essas "boas almas" acabam por entregar o território político nas mãos daqueles que não têm nenhum compromisso com a democracia, com a



população, com o cidadão e com o País. Na tentativa de continuarem boas, elas se omitem. Omissão, aqui, também não é louvável.

Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, a crise é política. E só através da política, portanto, poderemos sair dela. Através da política, poderemos sair da crise, desde que nos firmemos em três grandes pilares: a política, a democracia e a Constituição. Os problemas enfrentados numa democracia se resolvem dentro da democracia, à luz da lei, da ordem jurídica da Constituição, através da política.

Se o Executivo hoje encontra-se combalido, incapaz de capitanear essa grande solução, cabe aqui – e é esta a mensagem que quero deixar a esta Casa –, cabe aqui, a nós, este grande papel: de juntos encontrarmos a saída.

O Senado, Senador Cristovam, nunca faltou ao Brasil. O Senado nunca faltou ao Brasil. Vale lembrar a história. O Brasil não seria este País de dimensões continentais, e talvez seríamos como nossos irmãos vizinhos hispano-americanos, uma fragmentação de países menores, sem maior projeção no cenário político mundial, se não tivesse o Senado, na terceira década do século XIX, emancipado, de forma prematura, Dom Pedro II, para reforçar e fortalecer o poder central contra uma avalanche de eclosões, de esforços de uma população de norte a sul, que tentava emancipar os seus Estados e fazer do Brasil inúmeros brasis. Quando o Senado Federal, de forma corajosa, uniu os dois únicos partidos existentes para o fortalecimento desse poder central, o Senado garantiu a geografia nacional.

Ainda foi o Senado que conseguiu fazer com que nós passássemos de uma forma relativamente tranquila pelo maior trauma histórico do nosso País, quando três Senadores, com três leis – a Lei Eusébio de Queirós, a Lei dos Sexagenários, e a Lei do Ventre Livre –, começaram a acabar com o regime escravagista de produção. Ali, com atitudes do Senado Federal, começamos a abrir um caminho, relativamente pacífico, para que a Lei Áurea, atestado de morte da escravidão no Brasil, pudesse passar, pudesse ser aprovada e, com isso, pudéssemos nos encontrar com a grande matiz ética do nosso País e tentar uma reconciliação com o povo negro, que é o grande construtor da história do Brasil.

Naquele momento, também, o Senado marcava, de forma igualmente decisiva, a história do Brasil. Rui Barbosa, orgulho e honra desta Casa, também sustentou, na Primeira República, o federalismo e a tão combalida e discutida República.

Dali para a frente, foram Senadores que sustentaram e garantiram a estabilidade nas inúmeras crises por que passamos, principalmente na Era Vargas e no período do pós-suicídio. Foi esta Casa que garantiu também a estabilidade política do governo de JK.

Pulando no tempo, para não me alongar nestes últimos cinco minutos que me faltam, a redemocratização, que só aconteceu em 1988, teve origem, após o golpe de 64, já em 1974, Senador Armando Monteiro, quando o antigo MDB, conseguindo eleger grandes e valorosos Senadores, com a sua força, com os seus discursos, acabou por mobilizar essa força irrefreável do povo nas ruas, lutando, pleiteando e exigindo Diretas Já na campanha de 84 – derrotada, mas foram dois ex-Senadores, Tancredo Neves e José Sarney, os últimos Presidentes da República no regime indireto, a abrir caminho para a Assembleia Nacional Constituinte. E esta Casa fez o dever de casa. O Congresso Nacional promulgou, então, a mais moderna, a mais avançada e cidadã Constituição brasileira, quiçá do mundo.



É a essa história e a esses homens públicos que devemos invocar nesta hora. Que eles nos deem a serenidade necessária. Que possamos nos beneficiar de seus pronunciamentos, de sua sabedoria, mas, principalmente, que ainda continue a ecoar em nossos ouvidos a sua paixão, a paixão com que defendiam a sua causa e o seu País.

Se eles foram capazes de se unir, independente de posições ideológicas, partidárias, nos momentos mais difíceis e cruciais da história, agora, neste momento de encruzilhada histórica em que vivemos, onde não temos outra saída a não ser apontar a saída para o País, é hora – Senador Jorge Viana, que preside, neste momento, esta Sessão –, é hora do grande pacto nacional, um grande pacto nacional a favor do País.

Já estou nos meus últimos três minutos. Vou, ao final, dar o aparte ao Senador Cristovam, mas não sem antes, aqui, continuar dizendo que é hora de a verdadeira política voltar ao cenário nacional, aquela que se escreve com p maiúsculo, aquela que, ao invés de nos envergonhar, nos orgulha, aquela que é o único caminho necessário a conduzir o País para o futuro que ele merece.

E esta Casa – fazendo coro e utilizando, com a permissão do Senador Jorge Viana, a fala dele de ontem – é a que reúne os homens e as mulheres mais experientes da política brasileira. Aqui, o voto popular reúne ex-prefeitos, ex-governadores, ex-deputados, ex-ministros e até ex-Presidentes da República. Sabedoria e experiência não nos faltam. A legitimidade vem e veio do voto popular.

Para nós, política não pode ser um substantivo abstrato, não pode ficar no mundo etéreo do imaginário, não pode ficar apenas em discussões, em debates e em palavras. Para nós, política tem que ser uma substância concreta feita dos sonhos e feita do sangue do povo brasileiro. É nisso que acredito, e, se há um lugar fisicamente, mas também simbolicamente, capaz de reunir a todos em busca desse grande pacto e dessa saída, esse lugar é o Senado Federal.

Encerro definitivamente – e depois concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque –, apenas dizendo que o que advogo independe de discussão pontual, do que tenha acontecido ontem ou do que vai acontecer amanhã. Eu quero dizer aos senhores que o que advogo aqui é um grande pacto nacional; o que advogo aqui é que o poder realmente volte à mão do poder que tem o voto popular, que é, no caso, o Poder Legislativo; advogo que a saída seja a melhor para o País; advogo ainda o exercício da política como a única via de salvação para nós humanos, não divinos, que vivemos numa sociedade conflituosa, infelizmente não perfeita.

Defendo a...

*(Soa a campainha.)*

**A SR<sup>a</sup> SIMONE TEBET** (PMDB - MS) – ...a lealdade aos princípios constitucionais, defendo o respeito ao povo e o amor ao País como chamam a nos guiar.

Sei, como disse antes, que estamos no limbo, mas, diferentemente da Igreja, do que pensava a Igreja – lá, quem ia para o limbo não conseguia sair –, nós, aqui, estamos no limbo, mas podemos encontrar um caminho que nos conduza para outro plano. Se não podemos, e não conseguiremos, de um salto só, atingir o paraíso, quem sabe consigamos palmilhar as encostas do purgatório, que, por mais árduas que sejam, sempre são um caminho para cima, e nunca para baixo.

Nesta geografia de Dante, d'*A Divina Comédia* – lá, Dante percorreu o inferno e chegou ao purgatório pelas mãos do poeta Virgílio. Virgílio era um pagão, nascido antes de Cristo – conseqüentemente, condenado ao limbo, sem acesso ao paraíso. Por isso, Dante foi conduzido ao



paraíso pelas mãos de sua amada Beatriz. Nós, aqui, sem poeta, sem Beatriz, temos o povo a nos conduzir. Devemos nos lembrar que é possível haver um povo sem Senado, mas jamais um Senado sem povo. É no que acredito, mais do que espero.

Se me permitir o Presidente, eu concedo a palavra ao Senador Cristovam e assim encerro a minha participação nesta tarde, agradecendo, gentilmente, o tempo concedido pelo Senador Jorge Viana; também ao Senador Telmário, que me pede um aparte, bem como ao Senador Armando Monteiro.

Por favor, Senador Cristovam.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senadora Tebet, a sua fala justificaria muito debate e não apenas um curto aparte. Quero começar por um lado, esse lado da sua comparação com o limbo – e eu achei interessante a sua visão. E lembrar que também comparto de um certo incômodo com a ideia da delação premiada, embora eu ache que, se não fosse esse instituto a corrupção continuaria por muito tempo atrás. É graças à delação premiada que estamos conseguindo colocar algumas pessoas em prisão, tomar conhecimento de fatos. Sem a delação premiada isso não aconteceria. Mas o que eu lamento é que eu não vi ainda, ninguém viu ainda uma autocrítica sem necessidade de prêmio. A delação surge porque não é autocrítica. Ninguém errou. Ninguém chegou ainda para a opinião pública e disse: "Eu quero confessar meus pecados". Não houve. Eu nem vou falar do que acontece em outros países, que é suicídio, que é ostracismo, depois de combater fatos como esses que foram cometidos. Eu nem falo isso, eu falo autocrítica. Eu até não gosto nunca de "fulanizar".... Eu não imagino um homem com a história de Zé Dirceu fazendo um dia delação premiada. Mas eu gostaria de ver uma autocrítica do Zé Dirceu, ou então dizer, em alto e bom som, que não cometeu qualquer erro. Por que não dizer o que fez, o que não fez, porque fez, dizendo: "Não quero prêmio. Não quero redução de pena. Eu quero apenas contribuir com o meu País fazer uma grande reflexão." A senhora falou em limbo. É hora de falar, por conta disso, em arrependimento. A gente não tem manifestação de arrependimento nem dos que fazem delação premiada. Eles fazem e terminam mantendo o seu dinheiro e continuam ricos; pagam uma parte da propina como se fosse uma comissão pelo roubo que fizeram. Está faltando confissão, arrependimento, autocrítica ao lado das delações premiadas, que são uma forma de comprar a confissão, a autocrítica, o arrependimento.

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Aliás nem compra o arrependimento. Felizmente temos a delação premiada, mas é lamentável que não tenhamos autocrítica histórica sem precisar do prêmio, querendo sair do limbo e ir para o céu, graças à manifestação dos erros que cometeu. Esse é um ponto. Mas há outro, além de muitos para os quais é preciso chamar a atenção. A senhora diz que as instituições não funcionam. Eu até diria que estão funcionando. Eu até diria que estão funcionando de uma maneira doente, precária. Então, nossas instituições funcionam, mas doentes, e doentes por falta de credibilidade. Vamos falar com franqueza, já que falei em autocrítica de todos nós: o eleitorado hoje, a população talvez tenha menos – uns do que outros – desconfiança, mas tem desconfiança sobre todos nós. A senhora falou: "Não pode haver Senado sem o povo", mas hoje nós estamos tendo Senado sem Senadores. Basta olhar como está este plenário numa quinta pela manhã.



(*Interrupção do som.*)

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Vou concluir, Senador, até porque outros, dos poucos que estão aqui, querem falar. Então, não há Senado sem povo, mas não há Senado sem Senador. Está faltando Senador hoje – Senador na plenitude dessa palavra. E, para concluir, eu creio que a senhora trouxe bem o desafio para o futuro num grande pacto, ou acordo, ou consenso. Inventemos até outro nome, mas está na hora de fazer isso. Nesse sentido, eu creio que o Presidente Temer, que ontem teve uma vitória – eu teria votado e disse aqui claramente para a continuação do processo dele... Não podemos jogar para debaixo do tapete um documento como aquele do Ministério Público. E não é só do Ministério Público; o que a gente viu na televisão da gravação. Eu creio que deveríamos ter mantido – eu digo nós, o Congresso –, mas o Presidente Temer venceu ontem. Ele agora precisa fazer um gesto no sentido de tentar, pelo menos, ganhar a população. Eu sou favorável às reformas, mas tem que ser convincente nessas reformas. Está na hora de ele fazer um gesto de generosidade – não é uma boa palavra – para aqueles que o criticam, mas não é dando cargos. Eu creio, aliás, que ele deveria fazer uma reforma ministerial e não trazer nenhum Parlamentar. Nenhum! Porque hoje nós não somos o time de mais credibilidade neste País. Ele colocou um Presidente da Petrobras técnico, que aliás Fernando Henrique usou como Ministro. Tem outros brasileiros desse tipo, capaz de trazer. Ele perguntou aos Parlamentares quanto eles queriam para votar nele. Está na hora de ele perguntar aos Parlamentares quanto é que vocês querem pagar para votarem contra as reformas, porque o Brasil precisa delas. E se perder é porque democraticamente, como ele ganhou ontem, ele perde. Mas tentou aprovar suas reformas, as nossas reformas, sem ficar comprando votos. Eu creio que é hora do Presidente Temer sair dessa visão só de apoio no Parlamento – e às vezes comprando – por apoio de simpatia, de compreensão e de entendimento da opinião pública. Está na hora de ele se perguntar todos os dias como é que que faz para ter credibilidade. Esse é o desafio dele. E não há um momento melhor para fazer uma inflexão do que depois de uma vitória que ele teve ontem – vitória que eu lamento, mas que eu reconheço. Como democrata, ganhou. Então eu reconheço essa vitória, lamentando. Está na hora de ele sair dessa postura deste ano de governar com amigos, de governar com pessoas sob suspeição, de governar com pessoas na Lava Jato...

(*Soa a campanha.*)

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... e tentar fazer um Governo diferente. Eu, se pudesse dar um presente ao Presidente Temer, eu daria uma foto do Itamar Franco, para ele botar na frente dele e todo dia se lembrar: como é que um vice-Presidente chega ao Governo depois de um *impeachment* e adquire credibilidade? E ele se perguntar todo dia o que deve fazer para ser o Itamar Franco deste momento. O seu discurso permite despertarmos para isso.

**A SR<sup>a</sup> SIMONE TEBET** (PMDB - MS) – Obrigada, Senador Cristovam.

Vou incorporar com muito prazer o aparte de V. Ex<sup>a</sup> ao nosso pronunciamento. Agora é também com muito prazer que ouço o Senador Telmário.

**O Sr. Telmário Mota** (Bloco Moderador/PTB - RR) – Senadora Simone, muito obrigado pelo aparte. Senador Jorge, nós estamos em poucas pessoas e a Senadora Simone trouxe hoje à tribuna uma reflexão que é importante, e que a gente possa realmente apartear-la. A Senadora



Simone já ocupou cargos no Legislativo e no Executivo. Ela nasceu num berço político da mais alta qualidade – digamos assim –, do melhor respeito, pelo seu pai, e o comportamento dela, tão querida que ela é. Quando ela chegou a esta Casa, a Senadora Simone ficou um período a observar. Parecia que ela veio pelo silêncio, mas ela, como uma mulher...

*(Soa a campainha.)*

**O Sr. Telmário Mota** (Bloco Moderador/PTB - RR) – ...com esse olhar periférico da mulher, com esse olhar inteligente dela, logo, logo, foi aquela grande flor que realmente apareceu neste jardim e começou a mostrar o seu ponto de vista de forma muito firme, muito contundente, muito responsável e que, com certeza abrilhanta esta Casa. Eu realmente fico orgulhoso de estar nesta legislatura de que V. Ex<sup>a</sup> faz parte. Mas V. Ex<sup>a</sup>, no seu discurso – e como sempre a mulher tem esse olhar de pactuar, de organizar a casa, de organizar as coisas –, V. Ex<sup>a</sup> traz esse convite. E V. Ex<sup>a</sup> diz aqui: "Estamos sem o poeta e sem a Beatriz". Mas estamos também sem a bússola. E quando você não sabe o caminho que quer seguir, todos os caminhos te levam a lugar nenhum. Esta Casa, para pactuar, Senador Cristovam, ela precisa primeiro se encontrar com o povo. O Senado e o Congresso merecem do povo brasileiro o maior carinho e o maior respeito enquanto instituições. Aqui, essa Casa, ela é muito bem aparelhada pelos seus servidores e pela sua estrutura. Poderia, sem nenhuma dúvida, estar preparada para pactuar politicamente e prestar um serviço à população brasileira, do mais alto nível. No entanto, aqui dentro, nós – Deputados Federais e Senadores – somos resultado da escolha popular no voto. Hoje, olhando as redes sociais, os jornais, as rádios – eu me volvei para ver isso, numa forma de ampliar os ouvidos e ouvir a população –, eu vi que nós amanhecemos numa grande ressaca, uma ressaca perigosa, porque ela caminha rapidamente para uma depressão. Quando a população entra depressivamente na política ou entende a política depressivamente, aí sim, ela perde o sonho, perde a esperança, e pode ser até o sistema anarquista. Então, V. Ex<sup>a</sup>, em boa hora e em bom tom, convida essa sociedade e convida o Congresso de uma forma geral – eu não entendo que é só o Senado –, para que ele se encontre com a população. Agora, se encontrar com a população é abrir os ouvidos para a população, não fazer aqui olhos de camaleão: olhar um para cima e outro para baixo. Ou nós olhamos numa só direção, ou nós não vamos chegar aos nossos objetivos. Eu tenho um carinho enorme pelo Senador Cristovam, mas quando ele fala que alguém tem que vir aqui, Senador Jorge, e dizer, abrir o seu coração, confessar o seu pecado, eu não sei se é isso que o povo quer, não. O povo quer agora é ser ouvido, o povo quer participar efetivamente disso, ou então cai nas diversas desilusões. Não adianta você agora, Michel Temer e outros... Michel Temer teve uma vitória, ganhou perdendo. Ganhou perdendo: o dinheiro que foi gasto em emendas, em liberações, em cargos, não teve uma vitória robusta. Está sem força, talvez amanhã, para atender ao mercado. O mercado vai cobrar muito, e ele cobra bastante. Eu acho que esse Congresso tem que se encontrar com o povo. Muito obrigado.

**A SR<sup>a</sup> SIMONE TEBET** (PMDB - MS) – Obrigada, Senador Telmário. Obrigada pelas palavras carinhosas, fruto da nossa amizade, mas, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir então, eu faço uma retificação na minha fala: quando eu disse que não temos mais poetas nem Beatriz, mas o povo a nos conduzir, me permita, aproveitando, a partir de agora e desde agora para sempre, o termo que V. Ex<sup>a</sup> acabou de mencionar: não temos poeta, não temos Beatriz, mas temos o povo, nossa bússola, a nos guiar.



Com prazer, Senador Armando Monteiro.

**O Sr. Armando Monteiro** (Bloco Moderador/PTB - PE) – Senadora Simone, eu queria me congratular com o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e dizer que V. Ex<sup>a</sup> tem revelado aqui, na sua atuação parlamentar, uma posição que nos inspira aqui nessa Casa. V. Ex<sup>a</sup> alia o melhor da tradição política, e faz esse reconhecimento – eu diria, revelando o conhecimento da história brasileira, da história recente, da história republicana –, o reconhecimento ao papel desta Casa, ao papel do Senado Federal, desta instituição, da Câmara Revisora, do papel moderador que esta Casa exerceu ao longo da nossa vida pública, de um País que, durante muito tempo tinha como marca a instabilidade quase que permanente. Então, é muito importante que o Senado da República, neste momento da vida nacional, possa refletir sobre o seu papel, na perspectiva da sociedade que nós queremos construir no futuro. Eu quero concordar inteiramente com V. Ex<sup>a</sup> quando diz que o verdadeiro encontro do Parlamento com a sociedade brasileira se dará através do voto popular. A partir de 2018...

*(Soa a campainha.)*

**O Sr. Armando Monteiro** (Bloco Moderador/PTB - PE) – ...quando teremos eleições gerais, eu espero que finalmente o Brasil possa promover verdadeiramente o encontro que nos conduza à construção dessa sociedade do futuro. Eu lamento sinceramente o que ocorreu ontem. Acho que ontem nós assistimos a uma espécie de apoteose do fisiologismo. Ontem, o que se revelou verdadeiramente é que o atual grupo que está no poder revela um absoluto domínio do código de um sistema apodrecido, na melhor expressão – e eu quero homenageá-lo – do jornalista Ricardo Noblat. Ou seja, o sistema revelou absoluto domínio do código que opera um sistema político apodrecido. No entanto, nós sabemos que o papel desse Governo é fazer essa transição; mal ou bem, operá-la. Agora, qual é o nosso papel, o papel do Senado Federal? É nos voltarmos agora para uma agenda substantiva que dê resposta à imensa inquietação da sociedade brasileira, agravada pela crise econômica, pelas tensões sociais dela decorrentes. Veja V. Ex<sup>a</sup> essa questão da segurança pública, que revela essa patologia social. É uma sociedade que, paradoxalmente, acumulou no plano material, mas que não foi capaz de produzir uma sociedade minimamente equilibrada, que assegure padrões de convivência, seja no plano político, seja no plano social. Então, para não me estender, congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup>, que é uma voz lúcida. V. Ex<sup>a</sup> tem a sensibilidade que haverá sempre de nos produzir o melhor ambiente nesta Casa para que a gente possa verdadeiramente desempenhar o papel que nos cumpre nesse momento tão importante da vida do nosso País.

**A SR<sup>a</sup> SIMONE TEBET** (PMDB - MS) – Obrigada, Senador Armando. Agradeço mais uma vez a oportunidade pelo tempo, Presidente, mas que possam ficar aqui registradas duas coisas, Senador Armando: primeiro, que quando V. Ex<sup>a</sup> mencionou o episódio de ontem, eu fiz questão de deixar claro na minha fala que o que me trouxe a esta tribuna não foi um fato isolado de ontem, mas o que vem acontecendo em um passado recente da história brasileira. Talvez ali tenha se encerrado um lamentável episódio, um capítulo da política brasileira.

V. Ex<sup>a</sup> foi muito feliz – só não quis adiantar porque estava em um aparte – e deu talvez o recado melhor do que eu. Eu disse que precisávamos encontrar uma saída; V. Ex<sup>a</sup> quase quis dizer qual era. Talvez o grande papel neste momento imediato, nos próximos 30 dias, seja abrir o caminho para que o povo possa, efetivamente, ter a legitimidade do seu voto na urna e poder, efetivamente, escolher as opções por nós oferecidas. Falo aqui da nossa grande responsabilidade, urgente e



premente, de fazer a mãe de todas as reformas, que é a reforma política. Encerro aqui fazendo uma referência à fala do Senador Cristovam. O Senador Cristovam disse que, quando eu afirmei que poderia haver povo sem Senado, mas não Senado sem povo, o que o preocupava é que o mais grave é não ver no Senado os Senadores.

*(Soa a campainha.)*

**A SR<sup>a</sup> SIMONE TEBET** (PMDB - MS) – Eu posso garantir que a história registrará que o Senado Federal teve um Senador da dignidade, da grandeza, do conhecimento e da capacidade de V. Ex<sup>a</sup> – da capacidade e genialidade do Senador Cristovam –, fazendo referência a todos os grandes amigos Senadores e amigas Senadoras, que eu vislumbro como colegas nesta Casa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>. Daqui a pouco também, passando o próximo orador, eu farei uso da tribuna e vou voltar um pouco a esse tema que V. Ex<sup>a</sup> trouxe, que foi aparteadado.

É por isso que – aqui compreendendo o momento na vida nacional, Senadora Simone Tebet, e a importância da sua fala –, eu, na condição de Presidente, estendi o tempo. Penso que, mais do que nunca, o Parlamento brasileiro precisa ter debate e discussão como essa. Compreendendo assim, por mais que alguns colegas possam cobrar, eu acho que todos compreendemos a importância da fala da Senadora, dos apartes. Então, parabênzo V. Ex<sup>a</sup>.

Passo a palavra como inscrito, para uma comunicação inadiável, ao Senador Wellington Fagundes. Em seguida eu estou inscrito como orador na lista de oradores. Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Moderador/PR - MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado que está aqui à frente da Casa neste momento, Senador Jorge Viana, quero cumprimentá-lo, assim como também quero cumprimentar aquele aqui presente conosco na tribuna, o Prefeito de Nova Canaã do Norte, nosso companheiro Rubens Rosa.

Ele é prefeito de uma cidade lá do norte de Mato Grosso, uma cidade com um potencial agropecuário muito grande, uma cidade que tem experimentado o desenvolvimento e que, com certeza, contribui muito para a produção de alimentos do Brasil. Mato Grosso é hoje o maior Estado produtor de grãos, o maior produtor de proteína animal também. Daqui a pouco eu vou falar, inclusive, um pouco disso.

Mas antes eu, inclusive, quero cumprimentar também aqueles que estiveram conosco nas galerias, os estudantes de direito lá de Lucas do Rio Verde. Recebemos também a presença da Secretária de Educação da cidade de Lucas do Rio Verde, a Cleusa de Marco.

Ontem estivemos com o Ministro Imbassahy, com o Ministro da Educação. A Secretária veio aqui trabalhar no sentido da implantação do curso de medicina lá na cidade de Lucas do Rio Verde, como já foi falado aqui pelo Senador Medeiros.

Lucas do Rio Verde é a cidade em que temos o maior IDH hoje do Brasil. É uma cidade também que tem uma produção agropecuária muito forte, com altos índices de produtividade, principalmente a produção de aves. É uma cidade tem hoje – eu diria – não só o maior IDH, mas também uma das maiores valorizações das áreas do Brasil. Está no eixo da BR-163. Por isso, eu



quero cumprimentar, em nome do Prefeito Binotti, toda a administração da cidade de Lucas do Rio Verde.

Sr. Presidente, eu quero registrar com pesar – eu estive viajando essas duas semanas e tive que receber estas notícias – a perda de companheiros, companheiros com quem tive um histórico juntos. Aqui eu quero começar a dizer que, para todos, a vida é o bem mais precioso que existe. E é com essa certeza que devemos nos lembrar de quem se foi, com respeito, admiração e principalmente boas lembranças. Infelizmente para nós mato-grossenses, o final de julho representou a dor da saudade em muitos aspectos. Faleceram grandes personalidades de nosso Estado, o Estado de Mato Grosso.

Registro aqui, inicialmente, com muita tristeza o falecimento, aos 76 anos, do meu companheiro, meu amigo, ex-Deputado Estadual e Deputado Federal, Amador Tut – Amador Ataíde Gonçalves, mais conhecido como Tut. Ele, que foi empresário atuante, era proprietário de uma das maiores empresas de transportes coletivos do meu Estado, uma empresa intermunicipal e estadual, com abrangência em todo o Estado. Essa empresa, quero aqui ressaltar, foi responsável por ajudar na difícil missão de integrar Mato Grosso, um Estado de distâncias longas. Com muito sacrifício, em função da precariedade das rodovias – naquela época, a maioria eram rodovias terrosas –, ela transportava pessoas e levava, acima de tudo, esperança para os diversos rincões do Estado. Antes de chegar à política, Tut foi agropecuarista no Estado, ajudando a alavancar o que chamamos hoje de agronegócio. Portanto, um grande pioneiro.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Moderador/PR - MT) – Aliás, foi Tut – inclusive como Deputado Federal quando tive a oportunidade de pedir licença, já que ele assumiu no meu lugar – o autor do Lei do Biodiesel no Brasil. E também foi um dos precursores na pesquisa do biodiesel, com seus ônibus lá no Estado de Mato Grosso.

Tut, que era um grande companheiro, era detentor de um conhecimento extraordinário e tinha um tato impressionante com a população. Era de simplicidade irretocável e levou para a política sua maneira sincera de ser – condição que o fazia próximo do povo. De tanta simplicidade, Tut era tido como um dos mais folclóricos Parlamentares de Mato Grosso, porque ocupou os mandatos com os olhos da grande maioria da população – aliás, algo que a classe política perdeu completamente ao longo do tempo. Isso, inclusive, ajuda a explicar como os institutos de pesquisas já não conseguem mais traduzir o sentimento do eleitor – coisa que Tut fazia com baixíssima margem de erro. Ele era um verdadeiro instituto de pesquisa: quando havia alguma dúvida, era só consultar o Tut, que ia lá, visitava cidades e trazia o perfil do momento e do sentimento da população, ajudando-nos a tomar as decisões políticas. Ele, como companheiro do meu Partido, sempre estava também a me aconselhar. Ele era mineiro da cidade de Presidente Olegário. E eu quero registrar que Amador Tut, quando se elegeu pela primeira vez em 1990, foi exatamente no meu primeiro mandato também – ele, como Deputado Estadual, fizemos a parceria, e eu fui eleito Deputado Federal. Tut ficou na Assembleia Legislativa de Mato Grosso até 2002, quando foi eleito Deputado Federal e ocupou uma cadeira aqui na Câmara Federal em 2007. Compartilhamos de muita convivência durante todos esses anos, já que era do mesmo Partido, do nosso Partido, o PL.

Tut deixou a política por questões de saúde, pois sofria há dez anos com problemas sérios, que inclusive afetaram a sua memória. Apesar disso, as lembranças que ficam são de uma pessoa



extremamente boa, simples, amiga e sempre, como eu disse, de um grande conselheiro, um conselheiro sábio. Ele estava em casa quando sofreu uma convulsão e não resistiu.

Eu estava fora, como eu disse, em uma viagem internacional, quando soube desse acontecimento. Registro aqui, mais uma vez, a minha tristeza pelo seu falecimento, sem, contudo, deixar de manifestar o prazer que tive, ao longo dos anos, nesta convivência com esse homem, aqui repito, muito simples, mas muito lutador e, acima de tudo, um grande empreendedor em Mato Grosso. Por isso, quero aqui manifestar as minhas condolências também à esposa, Leda Tut, com quem ele teve três filhos, dois homens e uma mulher, um deles também já falecido, o que, inclusive, foi mais uma motivação do agravamento do estado de saúde do nosso companheiro Tut. Hoje aqui, em nome do Wanceley e da Adriana, eu deixo aqui as minhas condolências aos seus filhos, a toda a família e a todos os amigos.

Eu quero registrar também, Sr. Presidente, que, neste domingo, faleceu também o Delegado Aldemar Araújo Guirra, Secretário de Segurança Pública de Mato Grosso na época do Governo Wilmar Peres e também Secretário do memorável companheiro Dante de Oliveira. O Guirra foi também Vereador e Presidente da Câmara de Barra do Garças e chegou a concorrer à Prefeitura em 1982. À sua esposa, Maria Celeste, e aos seus três filhos, eu...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Moderador/PR - MT) – ... desejo todo o conforto e as bênçãos divinas, para seguir em frente, sem deixar nunca de olhar para o trabalho sério e comprometido do Dr. Guirra, um dos maiores contribuintes e entusiastas da polícia judiciária mato-grossense.

Também registro aqui o luto da família de Jayme e Júlio Campos, dois ex-Governadores que também engrandeceram o nome de Mato Grosso ocupando o cargo de Senador da República. Também nesta semana, faleceu Doralice Silva Cardoso, 71 anos. Irmã dessas duas figuras políticas, Jayme e Júlio, ela já estava internada há mais de 90 dias devido a complicações renais e diabetes. A todos da família Campos deixo aqui as minhas sinceras condolências.

Eu ainda quero registrar, Sr. Presidente, por fim, que, na semana passada, nos deixou o ex atacante Gilson Lira, que passou a maior parte de sua vida defendendo o time União de Rondonópolis, da minha cidade natal, e também o Operário, de Várzea Grande. Gilson Lira foi o maior artilheiro do União, com 199 gols, e campeão estadual tanto em 1973, quanto em 1974. O artilheiro era também poeta e professor e sabia dar forma aos sentimentos em todos os seus escritos.

Que todos esses amigos citados aqui estejam em paz e que sempre olhem por amigos e familiares de onde estiverem. Era aqui, nesse aspecto, o meu registro. O meu sentimento fica aqui muito claro, porque todas essas são pessoas por quem nutríamos uma grande amizade.

Ainda quero dizer, Sr. Presidente, que aprovamos e vamos realizar – em conjunto a Comissão Senado do Futuro e a CDR – uma audiência pública, na segunda-feira, em parceria com a Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Eu quero aqui já agradecer o Senador Eunício por ter autorizado que a TV Senado e todos os meios de comunicação do Senado, em parceria com a TV Assembleia Legislativa de Mato Grosso, pudessem transmitir ao vivo essa nossa audiência pública a partir das 10h da manhã, horário de Mato Grosso, portanto, às 11h de Brasília – das 11h às 13h. O



objetivo dessa audiência pública é exatamente discutir "O Futuro da Logística de Mato Grosso: perspectivas e cenários."

O nosso Estado, como V. Ex<sup>a</sup> muito conhece, é um Estado de 900 mil quilômetros quadrados, com uma população de apenas 3,5 milhões de habitantes. Somos um grande produtor, o maior produtor das *commodities* agrícolas, estamos no centro do Brasil, no centro geodésico da América do Sul, mas, infelizmente, temos distâncias muito grandes para chegar aos portos.

É isso que vamos debater lá com o representante do Ministro dos Transportes, Maurício Quintella; com a Diretoria do DNIT, o Dr. Valter Casimiro, o Dr. Luiz Antônio Garcia e o Orlando Fanaia, que estarão lá presentes; com a EPL (Empresa de Planejamento e Logística), através do Presidente José Carlos Filho; com a SPPI (Secretaria de Programa de Parcerias de Investimentos), na pessoa do Ministro Wellington Moreira Franco; com a Agência Nacional de Transportes Terrestres, na pessoa do Dr. Jorge Luiz Bastos; com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários, através de sua Diretoria, do Diretor Geral, Adalberto Tokarski, que conhece muito o nosso Estado, de Francisval Mendes e de Mário Povia; com o Presidente da Aprosoja, Endrigo Dalcin; com o Movimento Pró-Logística de Mato Grosso, na pessoa de Edeon Vaz; e ainda com a Associação Mato-Grossense dos Municípios, através do Presidente Neurilan Fraga. Eu também estarei lá representando a Frente Parlamentar de Logística de Transporte e Armazenamento, como seu Presidente.

Eu quero aqui também agradecer a parceria da Assembleia Legislativa, do Presidente Eduardo Botelho, do Deputado Guilherme Maluf, do Deputado Ondanir Bortolini, o Nininho, e também dos Deputados Oscar Bezerra e Zé Domingos.

Sr. Presidente, queremos, com isso, aproveitar também para convidar a Secretaria de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso, o Marcelo, e o Governo do Estado, através do Governo Pedro Taques. Convido aqui todo o Governo do Estado, a Associação dos Vereadores de Mato Grosso, prefeitos que estão nos ouvindo, secretários. O objetivo é exatamente discutir uma melhor logística para o nosso Estado.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Moderador/PR - MT) – Lá também vamos lançar o edital para a licitação dos componentes indígenas da BR-242, além de lançar a ordem de serviço para a construção das pontes do trecho da BR-242 que já está asfaltado. Esse trecho é de aproximadamente 200km, ligando o norte de Mato Grosso. O asfalto já está pronto há um ano e pouco, quase dois anos. Não tínhamos a licença ambiental para construir as pontes, mas, felizmente, conseguimos, na semana passada.

Tivemos um encontro, inclusive, lá no Mato Grosso, com todo o movimento daquela região para pressionar. Eu quero aqui, em nome dos prefeitos e também do companheiro Caçula, cumprimentar todos, porque foi uma audiência extremamente bem-organizada, muito prestigiada. Eu tenho certeza de que isso será importante para que possamos garantir os recursos para a continuidade das obras da BR-242, que é uma leste-oeste que liga...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Moderador/PR - MT) – Vou concluir, Sr. Presidente.



Ela liga o norte de Mato Grosso à região do Araguaia. É bom dizer que essa região do Araguaia é a nova fronteira agrícola de Mato Grosso. Só essa região tem capacidade de produzir tudo que produz o Mato Grosso, sem nenhum problema de impacto ambiental.

Vamos discutir todos estes corredores. Vamos discutir a BR-158, que liga o Araguaia, no Mato Grosso, até o Pará; a conclusão da BR-163; as obras de duplicação de Cuiabá a Rondonópolis; e a manutenção também de todo o trecho que está concessionado, inclusive com a presença da concessionária que vai dar as explicações e o planejamento de todas as obras.

Por isso, em nome do Prefeito Emanuel Pinheiro, o Prefeito da capital... Vamos visitar também as obras de lançamento da duplicação de Cuiabá até a Serra de São Vicente e o contorno norte de Cuiabá.

É uma oportunidade que teremos para discutir a melhoria da nossa logística...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Moderador/PR - MT) – ... e, claro, a construção da ferrovia – queremos que a ferrovia que está em Rondonópolis avance, chegue a Cuiabá e vá até o norte – e também a Ferrogrão, a construção de Sinop até Miritituba, até Santarém.

É isso que quero registrar, com entusiasmo. Mesmo num momento de crise, eu tenho certeza de que é com trabalho e, principalmente, com investimento do Governo, gerando emprego, que nós vamos tirar o País desta crise.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, Senador, pela fala.

Agora, como orador inscrito, vou fazer uso da tribuna. Passo a Presidência para o Senador Raimundo Lira, meu colega que está aqui.

*(O Sr. Jorge Viana deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Raimundo Lira.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Convido para ocupar a tribuna o Senador Jorge Viana.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores que estão aqui na Casa, hoje tivemos já uma manhã intensa de trabalho na Comissão de Relações Exteriores, onde, preocupado com a situação da Venezuela, fui autor de um requerimento, com o apoio do Senador Cristovam, que está aqui, e do Presidente Fernando Collor, Presidente da Comissão, que, por unanimidade, na Comissão de Relações Exteriores, foi aprovado.

Refiro-me à situação de absoluto enfrentamento que aquele país vive. Acho que nós não podemos, num País como o Brasil, ficar indiferentes ao que está ocorrendo, mas também não podemos assumir uma posição de escolher um lado, ficar de um lado ou de outro, que isso não ajuda. Um País como o nosso tem que ser bombeiro e não incendiário nesse processo, tem que ser mediador.

Eu ofereci esse requerimento, que foi aprovado e que vai vir para o Plenário da Casa, propondo que o próprio Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Fernando Collor, possa presidir uma comissão externa, formada por Senadores não que não tenham posição, mas que não tenham as posições mais extremadas e já preestabelecidas, para que numa comissão oficial do Senado



se possa visitar a Venezuela, ter uma visão mais correta do que está ocorrendo ali, como foi feito hoje no relatório lido na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

E, a partir dessa ação nossa, nós nos preocupamos também, porque a situação já chegou ao Brasil. Roraima já vive lá uma situação de receber venezuelanos buscando um ambiente de menos conflito vindo para o Brasil.

Eu, particularmente, acho que a Venezuela vive um ambiente que, perigosamente, se aproxima, eu diria – e espero que esteja errado –, de uma guerra civil. Tomara que eu esteja errado. Tomara que isso não aconteça, porque um país irmão, uma nação vizinha nossa, tão importante, não pode ainda ter agravado uma situação que já é gravíssima. Eu não estou aqui para fazer juízo do que está ocorrendo lá, nem podemos interferir nas questões internas, mas ficar indiferente um país como o nosso é ceder espaço para outras nações, inclusive de outros continentes, como já estão vindo. Já está lá Rússia, de um lado; e Estados Unidos, de outro. Mas o Brasil tem um papel, sim, de ajudar pela importância que tem no continente e pela história que o Brasil tem na sua diplomacia.

E a ideia é uma só: é uma espécie, como foi dito hoje pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Fernando Collor, de uma diplomacia parlamentar, que vai não para ficar de um lado ou de outro, não para ser manipulada por um lado ou por outro, mas iria declarando a sua completa isenção e sua intenção de ouvir os dois lados, obviamente combinando com o Itamaraty, com o Chanceler brasileiro, porque é assim que eu estou propondo. Tomara que o Plenário possa votar, e o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Fernando Collor, possa constituir essa comissão externa, porque o pior dos mundos é ficarmos indiferentes nesta hora.

Mas, Sr. Presidente, eu estou vindo aqui para relatar, pelo menos, nesta quinta-feira, mais um aspecto. Ontem, o Presidente do CNPq, que tem ouvido reitores das universidades e dos institutos, Senador Cristovam – V. Ex<sup>a</sup>, que tem na educação sua causa de vida –, declarou que o dinheiro acabou em julho. Nós fizemos uma audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia de altíssimo nível com a comunidade científica. O Presidente da Academia Brasileira de Ciência estava aqui, o da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência também estava. E nós estamos vivendo, de fato, uma situação de quase calamidade na ciência, tecnologia e inovação no Brasil.

Eu sei que o Brasil vive um desajuste fiscal. Acho que o Governo mesmo, a equipe econômica erraram a mão ou nos enganaram quando falaram de um déficit de 129 bilhões, que agora vai passar para 159 bilhões. Será que é esse o custo das votações de ontem? Certamente, a ganância está seguindo. Uma coisa deve estar conectada com a outra. Mas como ficam as universidades? Como fica a ciência e tecnologia? O número de pesquisadores saindo do Brasil, de laboratório parando pesquisa é assustador. Qual é o retardo que você vai ter na vida nacional quando para um conjunto de pesquisas no Brasil, que tem uma comunidade científica tão importante?

Ontem, Senador Cristovam, eu estava trabalhando aqui até a noite e, depois, fui para a confraternização do ex-Senador Sibá Machado e da sua companheira Rosali Scalabrin. O seu filho ontem foi aprovado na banca da UnB com doutorado em Química Quântica.

O Sibá Machado foi cobrador de ônibus, uma pessoa que passou por todas as dificuldades que alguém pode passar na vida. Entrou na militância sindical rural, virou Presidente de CUT, depois passou a ser uma liderança importante no Acre, virou Senador, como suplente que era aqui da Marina, e, depois, Deputado Federal. Hoje, é Secretário de Desenvolvimento do Estado.



Era uma alegria a família dele. A Rose também é uma pessoa de família muito humilde. Ela é do Sul; e ele, do Norte. E o Daniel, filho deles, hoje é professor auxiliar da UnB, fez mestrado na UnB e é um dos grandes químicos do Brasil.

Eu conversava com ele ontem à noite sobre isso.

Agora, olhem a alegria para nós acrianos: um acriano, de uma família muito simples, venceu, estudou na Universidade Federal do Acre, veio para Brasília, fez o mestrado e ontem ganhou o título de Doutor em Química Quântica.

É esse Brasil que eu quero que siga em frente. Não é o outro que nós estamos tendo agora, que para as pesquisas, que tira as bolsas dos estudantes, que tira dinheiro das universidades, dos institutos.

Eu não posso deixar de fazer um paralelo. Até o Governo do Presidente Fernando Henrique, nós tínhamos estancado a criação de universidades. Com o Presidente Lula, foram mais de 18 *campi* novos, os institutos. Não se trata de Fernando Henrique nem de Lula. Trata-se de educação, de formação, de estratégia de país. Isso tem que seguir em frente. Na hora de cortar, não pode ser esse o corte. Não pode ser tirando dinheiro da Funai, que já tem tão pouco, para cuidar de 1 milhão de índios. Não pode ser tirando dinheiro da ciência e tecnologia, que tem tão pouco. Mas o orçamento parece que acabou.

Eu faço aqui este registro em homenagem à família do Sibá e da Rose e do Daniel, que também já está construindo a sua família, falando que nós do Acre temos orgulho desses que vencem na vida com dificuldade e são exemplo para aqueles que estão na dúvida se dá para vencer. É possível, sim: estudando, fazendo da educação a maior prioridade na vida.

Eu perguntei: "E agora, Daniel, o que você vai fazer nestes tempos?"

Na tese dele, ele teve que fazer mais de 1 milhão de cálculos, Senador Cristovam, mais de 1 milhão de cálculos químicos, de fórmulas químicas, para poder chegar a um resultado. Dividiu em duas partes. E a banca falou: "Por que você não publicou a primeira parte também, que é tão importante, tão interessante sobre Química Quântica?" Neste mundo hoje novo, que está surgindo, tudo se soma, e a Química Quântica é fundamental para que possamos ter produtos que sejam sustentáveis, que não danifiquem a natureza.

Ontem também se celebrava que, a partir de ontem, segundo a comunidade científica, nós começamos a entrar no cheque especial, Senador Cristovam. Até ontem, havia um certo equilíbrio entre o que nós estávamos usando da natureza e consumindo inadequadamente. Mas a comunidade científica disse que, a partir de ontem, nós começamos a entrar num déficit. E a natureza, eu falo sempre, não dá nada para nós. Ela empresta. Está tudo aí. Se vai retirar, se retirou água, tem que devolver. Mas não pode retirar limpa e devolver suja. Senão, você não está sendo um bom pegador de empréstimo. Tem que devolver igual ou melhor daquilo que se pega.

Por isso, eu faço essa ressalva.

Agora, eu queria aqui, por penúltimo, Sr. Presidente, já que hoje tenho um tempo um pouco maior, porque é uma sessão não deliberativa, me referir ao que ocorreu ontem na Câmara dos Deputados. Eu acho muito grave.

Eu já conversei com o Senador Cristovam hoje, já foi feito um debate aqui ainda há pouco, mas, sinceramente, eu acho que o que nós tivemos ontem na Câmara dos Deputados não é para esquecer. É para discutir, pedir desculpas, nós todos, Parlamentares, que estamos na política, somos



dirigentes, pedirmos desculpas por o Brasil estar vivendo situações como essa, sinceramente. Já fiz aqui da tribuna, não tenho nenhum problema, porque senão não há diálogo.

O que está ocorrendo hoje? A população não se manifesta. Brasília viveu ontem um silêncio ensurdecedor. Não havia nenhuma viva alma aqui fora questionando os Parlamentares sobre uma votação daquela. E o que a Câmara Federal estava apreciando ontem? Um pedido do Procurador-Geral da República baseado numa ação da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, um pedido do Supremo Tribunal Federal para investigar o Presidente da República, para abrir um processo por corrupção, e a Câmara Federal negou.

Alguns podem achar que foi uma vitória do Governo Temer. Eu acho que foi uma derrota, inclusive dele, mas foi, essencialmente, uma derrota da Lava Jato, dos que querem combater a corrupção, foi uma derrota da imprensa, que há tempos está trabalhando contra a corrupção, foi uma derrota da honestidade, foi uma derrota da ética, foi uma derrota ainda maior que se soma às outras da política. E qual é o caminho que nós vamos ter numa democracia se não for a política?

Mas dessa ação política de ontem alguns podem dizer: "O Governo foi profissional, conseguiu. Eles são bons." Não, eles são profissionais dessa política que está destruindo o País, que está destruindo a autoestima do povo brasileiro, que está custando caro para a ciência e tecnologia, para a saúde, para a educação, para a segurança, está custando caro para a imagem do Brasil lá fora, está custando caro com 15 milhões de desempregados. Ontem, foi mais uma derrota do Governo que levou o Brasil junto.

Eu vi a entrevista do Presidente da Câmara, um dos artífices dessa vitória, que não é de Pirro – o Senador Cristovam falou para mim e disse que vai até usar: foi uma espécie de um gol de duas mãos por um atacante, que pegasse na cara do juiz, da torcida e fizesse com as duas mãos, na frente de todos, e desse um jeito de validar o gol, assumidamente. Isso não é jogo. Nisso não há vitorioso e perdedor. Nós perdemos todos ontem.

Eu associo essa votação de ontem na Câmara, com aquelas declarações de votos estapafúrdias, com aquela sessão de abril, em que se aprovou o afastamento da Presidente Dilma. Alguns ontem diziam que era pela economia, pela estabilidade. Não. Era pelo fisiologismo, pela política que envergonha todos nós, que deixa a sociedade indignada que eles votavam, que eles diziam "sim".

Quero fazer um registro. Na Bancada do Acre, na Região Norte, independentemente das opções partidárias, foram seis votos para que a investigação seguisse. Não era condenar Presidente Temer, era investigar, o Supremo poder investigar. Era tão somente isso que estava sendo decidido ontem, atendendo ao Procurador-Geral da República, ao Ministério Público Federal.

Usaram argumentos do Ministério Público e da Justiça para destituir a Presidente Dilma. Usam para destruir o Presidente Lula e sua família. E, quando você tem um pedido formal do Supremo Tribunal Federal, assinado pelo Ministro Fachin, para que a Câmara autorize, pela primeira vez na história, que um Presidente da República possa ser investigado por corrupção, a Câmara Federal nega. Não era um partido político que estava pedindo, não era a oposição que estava denunciando, era a mais Alta Corte de Justiça do País. Como se justifica isso?

E o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, quando termina, faz uma leitura dizendo que foi uma grande derrota para o Governo Temer. Ele diz que os votos alcançados para evitar o processo, esse primeiro, porque virá outro, ele citou, virá outro... Qual o custo para o Brasil? Quanto vai custar de



mais mazelas, de mais desemprego, de mais corte de orçamento para áreas tão essenciais uma segunda denúncia contra o Governo Temer?

Não há saída com este Governo. Não é uma revanche por conta do *impeachment*, do golpe que eu estou falando. Eu estou pensando no País. O País precisa se reencontrar, ter o mínimo de dignidade para voltar a ter o respeito da sociedade. Não há saída com esse caos político, com esse sistema, com esse modelo que apodreceu.

Nós temos que trabalhar agora para repor a boa política e construir um outro caminho. E ninguém é dono da verdade nessa reconstrução. Todos nós temos culpas a serem assumidas.

Ouvi, ontem, o Presidente da Câmara dizer que foi tratado... Ele assume que foi um artífice da vitória ou do resultado, que assim vou chamar, porque não foi vitória – para mim, para todos, foi uma derrota, especialmente para o País. Mas ele diz que foi tratado com truculência pelos assessores, pelos palacianos do Governo Temer. Imagine, o mais importante aliado se sentindo tratado dessa maneira. E ele desmontou o resultado da eleição quando fala que as tais reformas agora estão definitivamente comprometidas. E é isso que tem que se entender. Por quê? Pelo número de votos. Como é que se vai mudar a Constituição se a Câmara se mostrou dividida ontem entre os que cegamente apoiam qualquer coisa que venha do Governo Temer e aqueles que mostram dignidade, aqueles que mostram algum respeito pela opinião pública?

Lá do Acre, seis Parlamentares. E eu queria cumprimentar todos eles, independentemente da motivação, e dizer que nessa hora temos que definitivamente fazer algo para que a boa política possa voltar ao Brasil.

Preocupam-me muito as propostas de reforma política no País, porque alguns podem trabalhar em causa própria e agravar ainda mais a situação.

É evidente que todos nós temos claro que o certo era termos eleições diretas, inclusive antecipadas, porque só através do empoderamento do voto numa democracia, com a decisão soberana do povo, como a Constituição estabelece, é que nós poderíamos ter condição de fazer essa travessia desafiadora que o Brasil vive.

É triste vermos alguns justificando o tal do voto em favor do Temer dizendo que era pela economia, pelo mercado, pela estabilidade disso ou daquilo. Mas tiraram a Presidente Dilma e não tiveram o mínimo respeito pela democracia, pela soberania do voto. Tiraram simplesmente num golpe, num *impeachment* sem crime de responsabilidade.

Então, veja essas contradições. Por isso que talvez a população ficou tão apática, tão silenciosa, incômoda. Qualquer votação que havia aqui, nos bons tempos, mobilizava a sociedade nas galerias ou na frente do Congresso. Agora, a gente tem, talvez, uma das votações mais importantes, pelo menos do ponto de vista da história, também para o combate à corrupção, e nenhuma viva alma veio aqui protestar ou veio aqui reivindicar.

Isso agrava ainda mais a situação. Agrava! O silêncio, às vezes, é uma manifestação poderosa. O silêncio da população tem que nos alcançar a todos. Nós temos que entender que, quando a população está silenciosa, ela está mandando também um recado para todos nós aqui de que não está gostando.

(*Soa a campanha.*)



**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não é o "quem cala consente"; eu estou falando de silêncio.

Então, Sr. Presidente, eu lamento.

E vi ontem, nos grandes veículos de comunicação – eu, que cobro, às vezes, da imprensa, da grande imprensa –, uma manifestação muito correta dos articulistas, dos jornalistas todos, dos veículos de comunicação, registrando adequadamente a gravidade do que a Câmara dos Deputados foi palco ontem: algo terrível, que agrava ainda mais a situação! E acho que um Governo, que já estava na UTI, agora passou a ser entubado.

Quanto vai custar a próxima votação? Qual é o custo para os brasileiros? Qual é o custo para este País, para este pobre Brasil, quando o Temer precisar de voto de novo? Mais de cem votos desapareceram. Partidos, como o PSDB, dividiram-se e fragilizaram-se ainda mais; um Partido importante na democracia brasileira. Não sei para onde vamos com essa marcha da insensatez.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que, hoje ainda, vou embarcar para o Acre. Eu volto toda semana; foi a primeira semana depois do recesso. Não estou aqui me maldizendo, como se fala, nesta hora de dificuldade do País.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O País está precisando de cada um de nós. Nós temos que trabalhar, temos que estar aqui, ajudando na solução; mas estou voltando para o Acre.

E vou fazer algo que me alegra o coração. Vou ficar, neste final de semana, em duas aldeias indígenas, visitando amigos, conversando com o Brasil verdadeiro, o Brasil que tem alma, que tem sentimento, na cabeceira dos rios, como vou fazer no Rio Gregório, lá na Aldeia Mutum, do Joaquim de Yawanawá, onde mora próximo também o Bira. Já o visitei várias vezes.

Nessa aldeia, Senador Cristovam, recentemente, estive lá com o Sebastião Salgado, que passou 20 dias fotografando esse povo yawanawá. Ele está compondo um livro sobre os povos originários, e eu saí daqui de Brasília e fui visitá-lo.

Para o senhor ter uma ideia, tem-se que pegar um voo daqui, chegar a Rio Branco; pegar outro de mais uma hora e pouco, ir para Cruzeiro do Sul; de lá, pegar três horas de carro; depois pegar mais sete horas de uma canoa, em que mal cabe um passageiro, porque o rio é muito estreito, com um motor de rabeta; e, depois de sete horas de canoa, chega-se à aldeia.

Eu saio daqui numa noite e, quando for de tardezinha, eu chego lá e termino a minha viagem. São quase 24 horas depois, para visitar o Sebastião Salgado, para me encontrar com os *txai*, com os amigos, como eles chamam – *txai* significa amigo –, e até para me descontaminar um pouco desse ambiente terrível em que a gente vive.

Vou fazer isso este fim de semana.

Irei à Aldeia do Caucho, com o Manoel Kaxinawá, perto de Tarauacá. Vou pela estrada, seguirei a Sena Madureira. Amanhã, 6h da manhã já estarei em Sena Madureira, chego lá de madrugada. São 140km depois de Rio Branco. Vou para Manoel Urbano, depois vou pernoitar em Feijó e, no sábado, vou dormir na aldeia do Manoel Kaxinawá, na Aldeia do Caucho, com o povo huni kuin. Vou participar da assembleia do povo Huni Kuin, uma assembleia.

*(Soa a campainha.)*



**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Estou saindo da assembleia do Senado para ir a uma assembleia do povo indígena huni kuin lá no Acre. E depois, no domingo, já irei participar do festival junto ao povo yawanawá, lá na Aldeia Mutum. Vem gente de muitas partes do mundo participar desse festival, como é quando ele acontece lá na aldeia, onde o Bira é a liderança maior desse povo, mas eu vou ficar pelo menos duas noites lá com eles e só voltarei para cá na quarta-feira.

Então, eu queria dizer que é buscando energia e força nesse povo simples que vive na Amazônia, mas cheio de sabedoria, que a gente se anima para lutar por um Brasil, para que o nosso País volte a dar certo – como já deu na época do Presidente Lula e no primeiro mandato da Presidente Dilma, Sr. Presidente.

As minhas palavras aqui hoje são de profunda preocupação com o que houve na Câmara ontem, de muita preocupação. As eleições estão se aproximando. Nós precisamos, definitivamente, retomar um diálogo com a sociedade brasileira, encontrar uma maneira de voltar a ter algum respeito dela; mas, para termos algum respeito dos brasileiros, eu acho que nós temos que assumir nossas omissões, nossos erros, os apoios que damos inadequadamente, as atitudes que adotamos.

Agora saiu uma pesquisa lá no Acre feita em todo o Estado: me colocaram e colocaram o Governador Tião Viana numa posição boa diante dos demais governadores, com a aprovação do seu Governo – que é o nosso Governo. Ele será certamente um grande eleitor nas eleições do ano que vem, talvez o maior eleitor no Acre. E é muito difícil ser governador e gestor nessa época, mas o Governador Tião Viana foi um grande Senador, está...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... sendo um grande Governador. Os nossos pré-candidatos estão muito destacados também: Nazaré, Nilson, o Daniel Zen, especialmente o atual Prefeito Marcus Alexandre, que passou dois dias comigo aqui numa maratona em Ministérios, lutando pela aprovação de projetos; e eu também apareço com destaque.

Eu acho que aumenta muito a minha responsabilidade quando se faz uma pesquisa e me põem numa posição de destaque diante de colegas legítimos concorrentes ao Senado; e essa responsabilidade minha aumenta não pelo que eu já fiz como prefeito e governador, mas eu acho que pelo que o Brasil espera de cada um de nós, pelo que o povo do Acre espera.

Eu, se vier a ser candidato – porque somos todos pré-candidatos ainda lá –, claro, vou falar do que fizemos para trás, mas espero apresentar plataforma, propostas que possam animar a juventude, animar aqueles mais velhos, animar a sociedade, para que a gente possa estar aqui, no Senado, lutando pelo Brasil e pelos interesses do Acre.

Sinceramente, neste momento, o Brasil, os brasileiros estão precisando muito de todos nós, mas precisando do que temos de melhor. Eu não sei, se tivéssemos aqui um Pedro Simon, se ele não iria ali para aquela tribuna, de onde ele falava sempre – ganhou até o microfone –, e não pediria, depois de uma votação daquela, que o Presidente Temer pedisse desculpas ao Brasil e saísse, ajudasse na solução, porque a saída dele, eu acho, ajudaria na solução hoje.

A permanência vai agravar a crise; a permanência vai custar caro; ele não vai aguentar... Ele não vai aguentar a pressão do que há de mais fisiológico, mais corrompido na política brasileira, que



lidera aquele movimento que deu aquele resultado na votação de ontem na Câmara. Ele não vai aguentar. Duvido! Com a proximidade das eleições, ele não vai aguentar. E quem vai pagar a conta, seguir pagando, é o Brasil e os brasileiros.

Então, vamos decretar que todos perderam! Todos nós perdemos, seja o meu Partido, sejam os partidos de oposição... Vamos assumir que não está bom, que está muito ruim, aliás, e vamos tentar encontrar um caminho daqui para frente, de pacificação do País, para que a gente possa trazer alguma esperança para este povo brasileiro, que é tão generoso; para este País, criado por Deus, mas que está sofrendo tanto.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância e a todos que me acompanharam pela Rádio e pela TV Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Convido para ocupar a tribuna o Senador Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, eu quero inicialmente dizer que eu comparto com parte do que falou o Senador Jorge Viana, especialmente nessa ideia de que ontem o Presidente Temer, a meu ver, ganhou, mas com um gol de mão. Aí pode haver uma discordância se isso é ganhar ou não; mas eu vou explicar por que é ganhar politicamente e perder historicamente.

Politicamente ganhou, superou o que seria a gravidade de ele ter que se submeter a um julgamento no Supremo Tribunal por suspeitas de corrupção. Ganhou, conseguiu. Mas conseguiu passando a imagem para o Brasil inteiro de que foi um golpe de mão – pela maneira como conseguiu os votos necessários.

Eu teria votado para continuar aquele processo. Não foi bom para o Brasil colocar debaixo do tapete. Os Deputados não iam votar a condenação dele, iam votar para que o Supremo o julgasse e o condenasse ou absolvesse.

Mas eu não fecho os olhos. Mesmo com a mão, ele venceu politicamente e provavelmente – aí é uma especulação, não sei se o Senador Jorge tem razão ou eu –, eu acho, vai sobreviver até o final de 2018. O que a gente precisa, Senhor Temer, é que o senhor ajude o Brasil a sobreviver também.

Ele sobreviver de pouco serve se o Brasil chegar a 2018 sem as reformas aprovadas – sem as reformas aprovadas com a sensação de que o povo está de acordo, porque reconhece a necessidade –; se o desemprego não cair substancialmente, não um pouquinho; se o crescimento não voltar de fato, não um pouquinho; se a inflação não se mantiver no patamar que está – não precisa cair mais; pode até trazer um problema, a deflação.

O Presidente Temer, Senador Raimundo – como o senhor é Líder do PMDB, eu quero falar especialmente para o senhor, Senador Raimundo, porque, como Líder, eu gostaria de passar esta ideia –, eu creio que, com mão ou sem mão, hoje está menos fraco de que ontem, provisoriamente. E, agora, ele tem dois caminhos, Senador Jorge. Um, arrogantemente comemorar como sendo uma grande vitória, o que é discutível; ou aceitar a chance que lhe foi dada ontem de poder ter fôlego para continuar no Governo pelos próximos meses.

Eu espero, Senador, que ele assuma essa posição de reconhecer o fôlego e tentar construir uma base que lhe dê não a maioria no Parlamento, mas a simpatia da população. É quase impossível quem tem 5% de simpatia, pelas pesquisas, conseguir crescer até um nível satisfatório. Nós não



temos outra alternativa constitucionalmente a não ser essa, porque a ideia de que ele renunciaria é tão remota que eu não vou levar em conta.

Então, o que é que eu sugiro, Senador Raimundo?

**O Sr. Jorge Viana** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Depois se puder me dar um aparte, Senador, porque o Alvaro chegou...

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu darei com o maior prazer depois.

Senador Raimundo, o que eu sugiro ao seu Partido e ao Presidente? Em primeiro lugar, que ele procure adquirir credibilidade! E isso passa logo, logo pela mudança dos ministros comprometidos, suspeitos de Lava Jato; dos ministros que estão ali porque parece que são amigos do peito de longa data.

Que construa um ministério com credibilidade na opinião pública. E aí, Senador Jorge, Senador Raimundo, eu quero dizer que, para ter um ministério de credibilidade, é preciso que nenhum Parlamentar participe desse ministério, porque hoje nós todos estamos sob suspeição.

Que tente mostrar ao Brasil que ele quer fazer um governo com credibilidade, e credibilidade depende muito da imagem. E a imagem do seu ministério é um desastre completo.

Eu às vezes nem sei o que é que tem menos credibilidade hoje no Brasil: se é a figura dele ou o seu ministério. Se se fizesse uma pesquisa sobre o que se pensa do ministério, talvez desse menos de 5%.

Mas não ponha Parlamentar! Colocou na Petrobras um cidadão chamado Pedro Parente, que está conseguindo fazer um trabalho. Há outros deste tipo neste País: de fora do Parlamento!

Segundo ponto: é preciso que ele não desista das reformas, até porque o Brasil precisa delas, e ele comprometeu a sua imagem; mas é preciso ouvir as pessoas, a população, os representantes da população, para ver até que ponto a reforma deve andar ou não. Eu sou defensor dessa reforma. O Brasil precisa se desamarrar, o Brasil está amarrado.

Grande parte da falta de dinheiro hoje – na ciência e tecnologia, na educação – decorre de amarras que nós temos, que obrigam, por exemplo, um rombo de R\$53 bilhões na Previdência.

Nós precisamos desamarrar o Brasil. Mas não dá mais, com a pouca credibilidade que ele tem, para fazer a reforma como ele quer, sem ouvir o que a população deseja, sem ouvir aqui aqueles que representam a população já aposentada. E não, por exemplo, como eu, que represento a população infantil – eu quero dinheiro para a educação, para a ciência e tecnologia. Ele precisa ouvir e restringir suas reformas ao tamanho do que a população quer.

O primeiro ponto é o Ministério; o segundo, ouvir, defender que falta dinheiro, porque essas reformas não foram feitas, e tentar convencer a população disso.

Terceiro: descobrir que o Brasil é maior do que o Parlamento. O Parlamento representa o Brasil, gostemos ou não deste Parlamento. Mas é preciso entender que não são os mesmos o Parlamento, Parlamentares e o povo. É preciso haver uma ligação direta com o povo. E falar, tentando convencer o povo das reformas que são necessárias.

Quarto: trazer novos problemas para o debate. Não é possível que não tenhamos uma discussão melhor sobre a grave crise da violência no País e que não estejamos discutindo que colocar Forças Armadas nas ruas do Rio de Janeiro não resolverá o problema da segurança por um tempo razoável. As tropas das Forças Armadas não foram treinadas para isso. Elas não são capazes de ocupar todas



as cidades que precisam. E os bandidos que estão nas cidades onde chegam as tropas das Forças Armadas vão migrar para outras cidades. E as nossas tropas não vão sair de cidade em cidade, tentando corrigir. Além disso, é um risco muito grande deixar por muito tempo a segurança de uma cidade nas mãos das Forças Armadas. Noventa e um PMs morreram este ano no Rio de Janeiro. Imaginem o choque quando começarem, se começarem, a morrer soldados do Exército. Imaginem o choque que isso vai dar no Brasil. E imaginem o choque talvez tão ou mais grave se uma criança morrer por uma bala perdida saída do fuzil de um soldado.

Então, não se pode pensar que essa é a solução. E é preciso discutir qual a solução para construir a paz, e não só para segurar a segurança; para construir uma paz permanente, e não só manter uma segurança provisória.

Pessoalmente – e isso há décadas que eu ouço gente como Darcy Ribeiro falar e eu repetir –, o Rio de Janeiro e as outras cidades precisam ser ocupadas por professores federais, e não por Forças Armadas federais, embora essas sejam necessárias provisoriamente, apesar do risco que elas representam. E eu creio que foi uma decisão correta colocar as Forças Armadas ali, desde que estando alerta para o risco e para o limite disso.

É preciso trazer à discussão a violência, buscando uma solução definitiva. É preciso trazer o problema da saúde, da educação. Não dá para ficarmos apenas dizendo que não tem dinheiro – e não tem –, mas é preciso dizer o que fazer quando não se tem dinheiro. É possível encontrar soluções com menos recursos, até porque nós passamos anos e anos e anos com um excesso de gastos, aquilo que muitos de nós dizíamos que era oba-oba, que se esgotou; que era uma bolha, que estourou.

Então, é preciso discutir com seriedade não se tem ou não tem o dinheiro, mas como fazer as coisas com menos dinheiro.

O outro ponto, Senadores, é abrir um debate para ouvir as diversas forças deste País sobre o Orçamento de 2018. O Orçamento de 2018 vai estar restrito, limitado, porque o País não tem recursos, porque o Governo quebrou no Brasil, e não só o nacional. Olhem como estão os nossos Municípios, como estão os nossos Estados, por causa das bolhas que fomos criando de fazer estádios, de fazer Olimpíadas, de fazer Copa, de fazer monumentos, edificações monumentais.

E aí é preciso lembrar: os monumentos do Ministério Público e da Justiça. Este País tem uma dívida com o Ministério Público na luta contra a corrupção, no comportamento dos políticos. Mas o Ministério Público dá péssimo exemplo de corrupção nas prioridades, fazendo palácios que exigem recursos que saem de outras finalidades.

O Presidente Temer, que teve essa vitória com um gol de mão, precisa ter a modéstia de quem venceu com um gol de mão e trazer o debate sobre quais são as prioridades que podemos levar adiante, não conforme a verdade de um ou outro de seus ministros ou, pior, de um ou outro dos Parlamentares que votaram para que ele não fosse julgado.

Ele tem que ouvir a população. Quanto dá para colocar em uma área? A ciência e a tecnologia estão sem dinheiro por causa da crise dos últimos anos que previmos – eu previ aqui. Mas há dinheiro para ciência e tecnologia, retirando de outro lugar. É muito pouco que é preciso. Dá para encontrar recursos. Ele tem que debater o Orçamento de 2018, tanto para ajudar a convencer da limitação de recursos, como também para definir as prioridades.

Finalmente, o último item que eu acho que o Presidente precisa é mudar a maneira como ele se relaciona com o Parlamento. Ele tem que parar de perguntar o quanto um Parlamentar quer ganhar,



não para si – não vou levantar essa suspeita –, mas, nas emendas parlamentares que ele cria, ele tem que parar de perguntar quanto tem de dar ao Parlamentar e perguntar o quanto o Parlamentar está disposto a pagar para ficar na história, como fez gestos e votos equivocados.

Ele tem que pôr responsabilidade no Parlamento na hora em que trazer as suas propostas para cá e correr o risco de perder. Deixe que os Parlamentares assumam a responsabilidade de votarem contra o que ele deseja. E perder essa mania, que vem de diversos Presidentes do passado, de que eles devem ganhar tudo aqui. E aí tiram ministros para mandar votar aqui, porque são Parlamentares; e aí libera recursos de emendas orçamentárias; e aí nomeia ministros ligados a Parlamentares e vai – e o verbo certo é o que vou dizer – "comprando" com dinheiro, com influência.

Não pode ser assim. Mande os projetos e corra o risco de perder, e o Brasil vai responsabilizar quem votou contra.

Eu creio, e aí concluo, Srs. Senadores, que o Presidente Temer teve essa vitória, com um gol de mão, mas vai cometer um grande equívoco se ficar comemorando como se tivesse tido uma vitória histórica. Não foi uma vitória histórica. Eu até diria que, por enquanto, foi uma derrota histórica, que ele pode até transformar em uma vitória, mas para isso tem que mudar, tem que mudar muito. Tem que se adaptar à realidade do que o povo quer, do que o povo deseja, do que o povo pensa.

Eu espero que ele escolha o caminho da modéstia e da revisão; da modéstia e da inflexão. Uma mudança na maneira como ele vem exercendo seu papel nos últimos meses em que está no poder. Não tenho grandes esperanças disso, Senador Jorge Viana, de que ele fará isso – não tenho. É difícil mudar depois de tanto tempo de idade e de vida pública. Cria cacoetes, defeitos, jeito de ser, manias.

Mas eu posso dizer que eu dei o meu recado: eu digo que foi um erro o voto que foi dado ontem, mas eu reconheço que, mesmo tendo sido conseguido de formas espúrias ou complexas – escolham aí qual palavra queiram –, foi uma vitória política que o processo democrático lhe permitiu. Mas hoje é outro dia, em que termina isso e começa uma história, até que venha outro processo do Ministério Público ou não venha. Mas, vindo ou não vindo, se ele continuar com essa visão pequena do imediatismo, das soluções dos conchavos, uma vitória política que ficará como uma derrota histórica.

Eu estou cumprindo meu papel, Senador Jorge Viana, de reconhecer que votaria diferente, que lamentei o que aconteceu, mas reconheço que o juiz marcou como gol e que ele ganhou um fôlego. Eu espero que ele use bem esse fôlego. E eu estou sugerindo algumas formas para isso.

É isso, Sr. Presidente, o que eu tenho a dizer, mas o Senador Jorge Viana pediu um aparte.

**O Sr. Jorge Viana** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Bem rapidamente, Senador Cristovam. Eu tenho muito respeito por V. Ex<sup>a</sup>, mas sinceramente temos aí um ponto de divergência, que é até a leitura do que pode acontecer. Todos nós temos sido informados pela imprensa de que vem um outro processo, com mais substância ainda, com denúncias contra o atual Presidente, que podem estar vinculadas às delações do ex-Presidente da Câmara Eduardo Cunha e de outras figuras importantes do próprio PMDB. É isso o que os analistas falam. Um governo sem nenhuma credibilidade junto à sociedade vai resistir a isso? Qual o custo que teria um novo processo dentro da Câmara dos Deputados? Porque, Senador Cristovam, eu não posso achar que o Governo, nas condições em que está, seja a solução para o momento que estamos vivendo. V. Ex<sup>a</sup> traz: mas poderia mudar o Governo. Ora, como é que vai mudar? Nós estamos em uma situação em que podemos perguntar assim: nós somos o atraso político ou estamos carregando o atraso político? Eu sempre faço essa pergunta. Eu acho que o Brasil está vivendo uma situação em



que o atraso político chegou ao poder. O Brasil está vivendo isso. Mas o Governo Temer está refém desse atraso político, dessa base fisiológica que está ali. Os analistas políticos falam isso, escrevem isso. Basta olhar o nível que foi aquela votação de ontem, que foi tão de baixo nível quanto foi a do *impeachment* lá na Câmara, para ver que a resposta para essa pergunta – quem está carregando quem? – é dada. Nós estamos sendo carregados pelo atraso político no nosso País, mas o Governo Temer está refém atraso político, refém daquela base fisiológica. Ele é prisioneiro dela. Agora, ele leva o Brasil junto, Senador Cristovam. E é isso que vai agravar ainda mais a situação. Não pode, lamentavelmente. Eu não estou querendo "o quanto pior, melhor", não. Quero o melhor para o nosso País, eu quero o melhor. Eu não sei se essa solução... Aliás, eu tenho certeza de que não é. Não se trata só de fazer ajustes econômicos. Nós podíamos discutir: o Brasil paga mais de R\$500 bilhões de juros; o Itaú anunciou ontem um ganho, num trimestre, de R\$6 bilhões, em plena crise com 15 milhões de desempregados. A solução não é ficar querendo discutir só previdência: é mudar esse modelo econômico, de que nós ficamos reféns também. Nós temos de reserva, criada pelos governos dos Presidentes Lula e Dilma...

(*Soa a campanha.*)

**O Sr. Jorge Viana** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... US\$350 bilhões – o Brasil nunca teve isso! Os erros e as mazelas que também vivemos têm que ser assumidos, sim, mas nós estamos insistindo num modelo econômico que não vai dar outro resultado a não ser passar para os brasileiros a conta, os custos, e passar para o Banco Itaú os lucros. Isso está errado! Meirelles está lá para fazer exatamente isso. Eu quero um ajuste fiscal – eu fui Governador –, tem que ser feito; eu quero uma reforma trabalhista, tem que ser feita, mas não para danificar mais o trabalho; eu quero uma reforma da previdência, mas não para botar ali a responsabilidade daqueles que merecem uma aposentadoria justa, pelos desmandos. O Governo vendeu que iria fazer o equilíbrio fiscal, e o desequilíbrio, que era de US\$50 bilhões, agora será, quando eles assumirem – e deve ser na próxima semana –, de 159 bilhões. Para quê? Para poder bancar as sessões como aquela de ontem. Custa caro. Ó! O senhor usou uma palavra forte...

(*Soa a campanha.*)

**O Sr. Jorge Viana** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... e eu assino embaixo: falou "roubo". É difícil a gente adotar isso, porque não é o seu linguajar nem o meu. "Compra" – desculpe-me, o senhor usou a palavra "compra" para lá, ontem. Agora, não é só com emendas, como estão falando: estão vendendo os mandatos do ano que vem, negociando suas eleições ano que vem para manter essa política do atraso. E é isso que leva a população a ficar indignada, e a população tem razão. Agora, nós podemos, reconhecendo que a população tem razão de ficar indignada conosco, ver se nós construímos a política boa. E não se trata de eu ter a razão, o PT ter a razão – nós temos os nossos problemas –, ou o senhor ter. Mas eu acho que nós temos, pelo menos, que fazer a mesma leitura. Lamentavelmente, eu chego a essa conclusão. Eu não estou acusando diretamente o Presidente Temer, a quem eu respeito, mas esse modelo de Governo dele – quem disse isto foi Rodrigo Maia – é o pior para o Brasil, é o pior para os brasileiros, é o pior para vencer essa gravíssima crise econômica e política que estamos vivendo. Eu só queria deixar essa ressalva, porque ele não terá, certamente... Não é por causa de nós da oposição...



*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Jorge Viana** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... mas o próprio Supremo e a Procuradoria-Geral da República certamente vão colocá-lo diante de outro desafio que ele talvez não consiga pagar usando esses métodos que foram usados ontem para conquistar uma maioria temporária na Câmara dos Deputados.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado, Senador. Eu vou pedir para responder, porque eu creio que esse debate valeria a pena a gente continuar amanhã ou segunda-feira.

Primeiro, eu acho até que o senhor é generoso quando diz que o Presidente Temer é refém dos Parlamentares: o Presidente é refém dos Parlamentares e dele próprio, do modelo dele. O modelo Temer é o modelo que o amarra, mas eu não vou ter outro Presidente nos próximos dias e meses, a não ser que o Janot consiga – não é aqui que nós vamos conseguir. Então, é com ele que a gente vai ter que conviver.

E eu dou as minhas sugestões. Se me pergunta: "Acredita que ele vai levar em conta isso?" Eu direi: "Não! Mas eu cumpri o meu papel." Estou sugerindo aqui que ele dê um gesto de modéstia na vitória política com gol de mão e que comece a se reciclar.

A outra coisa é que, refém dele, ele é absolutamente, Senador Jorge Viana, refém do modelo.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas ele é refém do modelo, e não só ele. O Presidente Lula foi refém do modelo. A Presidente Dilma foi refém do modelo. O lucro dos bancos hoje não está maior, que eu saiba, de que foram nos governos Lula e Dilma, até porque o juro está caindo agora, e isso afetará um pouco. Mas, de qualquer maneira, o modelo é maior. Foram 13 anos em que não se tocou no modelo. O Chávez – e nós falamos dele hoje, e eu acreditei muito nele no começo – tinha uma proposta de mudar o modelo, e nem lá conseguiu. Ao contrário, está terminando levando para um desastre completo, pela falta de habilidade para mudar o modelo dentro das regras democráticas.

E aí eu quero dizer que o Meirelles foi Presidente do Banco Central durante os oito anos do Lula. Não é porque Lula fizesse o jogo dos bancos, é porque nós somos reféns dos bancos. Eu, aliás, costume, Senador Elmano, dizer que, quando eu vejo não pagar a dívida,...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... sinto como se não se pagasse o resgate ao sequestrador. *(Fora do microfone.)*

Quando há um sequestro, você tem que pagar o resgate, até ter força de prender o sequestrador. O Brasil está sequestrado. É mais do que refém. Aliás, é o mesmo, Senador Jorge Viana. O Brasil está sequestrado. E o Lula queria o Meirelles para Ministro da Dilma – era o que dizia a mídia.

Então, não dá para pôr a culpa no Temer. O modelo é muito maior do que tudo isso. E eu digo que, para mim, a única maneira de romper esse modelo maldito, perverso democraticamente é através de escola de qualidade para todos; o filho do pobre na mesma escola do filho do rico; e essas escolas iguais às melhores do mundo em uma geração. Até lá, é bazófia – se eu não me engano é a



palavra –, é generalidade dizer que vamos acabar com o modelo. Fernando Henrique tampouco tocou no modelo.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Ou seja, nós temos 8 e mais 13, 21 anos; o mesmo tempo dos militares com governos ditos progressistas, e não puderam porque nós somos reféns de uma realidade, e, em parte, essa realidade, no que se refere aos bancos, é porque nós nos endividamos tanto que agora temos que pagar uma dívida, porque, se não pagarmos, eles fazem o que os sequestradores fazem. Só que não é tiro na testa. É através do computador. Levaram o nosso dinheiro para fora e desorganizaram completamente a economia.

Então, não espero nem de longe que o Temer mexa no modelo, nem o próximo Presidente, nem o próximo Presidente. Duas coisas precisamos fazer para mexer no modelo, Jorge Viana: um, endividar-se menos e, dois, educar-nos mais. Duas coisinhas só: menos dívidas e mais educação. E aí a gente precisa de menos banco...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ...financeiro e mais banco na escola. *(Fora do microfone.)*

E aí eu termino: há uma resistência muito grande a uma mudança de mentalidade na maneira de enfrentar os problemas do Brasil.

Concluo repetindo: foi um gol de mão, mas foi reconhecido como vitória política. Por enquanto é um desastre histórico. Ele sai menor historicamente, embora mais tranquilo politicamente. Dei minha contribuição dando sugestões porque eu não vejo outra maneira. Nem ele vai mudar o modelo, não é papel dele, não tem força, não tem carisma, não faz parte dele. Ele é refém dele mesmo, mas dá para ele recuperar a credibilidade se souber fazer. E concluo, dizendo: não acredito que ele vá seguir esses conselhos, mas eu cumpri a minha parte de dar a minha sugestão como Senador, neste momento da história do Brasil e dentro da Constituição que nós temos.

Era isso, Sr. Presidente.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Os meus agradecimentos pelo aparte do Senador Jorge Viana.

*(Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Raimundo Lira, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PODE - PR) – Meus cumprimentos ao Senador Cristovam Buarque pelo pronunciamento e com a palavra o Senador Raimundo Lira, pelo tempo regimental.

O Senador Raimundo Lira é do Estado da Paraíba, Líder do PMDB nesta Casa. V. Ex<sup>a</sup> tem o tempo regimental e, se necessário, além dele.

**O SR. RAIMUNDO LIRA** (PMDB - PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu caro e estimado amigo Senador Alvaro Dias, do Estado do Paraná, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de entrar no assunto principal do meu pronunciamento, que será um



pronunciamento que apresentará uma homenagem à minha capital João Pessoa, um pronunciamento que me dará muita alegria e muita satisfação, eu quero aqui falar um pouco a respeito da violência descontrolada que está assolando o nosso País; em todas as regiões, todas as cidades, todas as capitais e todos os Estados.

A violência contribui de forma definitiva para o empobrecimento do País porque ela vai esvaziando as cidades, vai aumentando o custo das empresas e desestimulando o investimento e o emprego, mas essa é uma consequência econômica. A principal consequência imediata é a intranquilidade, o sofrimento, a angústia do povo e, sobretudo, a perda de vidas preciosas.

Hoje de manhã, eu fui informado que estava no Hospital de Base um paraibano chamado Clodoaldo Alencar Nóbrega, um comerciante de Sobradinho, que veio aqui para Brasília contribuir para o crescimento, o desenvolvimento e a geração de empregos do Distrito Federal. Ontem, ele foi assaltado no seu estabelecimento comercial, trabalhando honestamente para contribuir com o País, para educar e dar manutenção a sua família, portanto um cidadão honesto e trabalhador. Ele foi vítima de um assalto, e os assaltantes, mostrando a sua audácia, o seu descontrole e o seu domínio sobre a população brasileira, deram um tiro na cabeça do Clodoaldo, e ele está em estado de coma, parece-me que já sem a menor possibilidade de sobrevivência, no Hospital de Base.

Eles são perversos e cruéis. Por quê? Porque sabem que têm um Código Penal a seu favor.

Eu já disse aqui várias vezes, Senador Alvaro Dias, que o Código Penal tem o objetivo de proteger a vida, proteger o patrimônio público e privado, proteger o sistema social e proteger o sistema econômico. No caso do Código Penal brasileiro, ele protege o assaltante, o bandido, o assassino, o facínora e, mais ainda, incentiva as pessoas, principalmente as de baixa renda ou pessoas mesmo de classe média que querem um ganho fácil a serem bandidas e não cidadãos honrados e trabalhadores. Isso é o que está acontecendo no nosso País.

E Brasília ultimamente, a Capital do Poder nacional... Eu vi uma estatística hoje, fornecida por um oficial da Polícia, que, neste ano, até o mês de julho, já aconteceram tantos assaltos no Plano Piloto quanto no ano de 2016. Aí eu perguntei: "Mas por que isso está acontecendo? Vocês não sabem quais são essas quadrilhas?" "Nós sabemos quem são as pessoas que assaltam as residências e que torturam as famílias. Nós sabemos, conhecemos até pelo apelido, mas não podemos prendê-las. Só podemos prendê-las se eventualmente a gente conseguir o flagrante. Se ela estiver, naquele momento, assaltando a residência é que nós podemos prendê-la."

Então, isto é um absurdo, Senador Alvaro Dias: você ter o cadastro do assaltante que vai assaltar a casa do cidadão, no dia seguinte, e você não poder fazer nada, porque se criou, no País, a ideia de que o Código Penal teria que favorecer e estimular o crime, com análise econômica de que o cidadão honrado e trabalhador não dá lucro; que quem dá lucro é o bandido e, portanto, o Código Penal tem que beneficiar, tem que favorecer a bandidagem no País.

Eu já falei aqui a respeito dos novos cangaceiros. São grupos de bandidos armados que chegam às cidades levando pavor e violência, assaltando as agências bancárias, explodindo as agências bancárias, usando explosivo, cujo controle é legalmente do Exército brasileiro. Só do Banco do Brasil já foram assaltadas aproximadamente 1.135 agências, ou seja, mais de 20% das agências do Banco do Brasil.

E o que é que está acontecendo? O banco, muitas vezes, reforma uma agência. Ela é assaltada novamente; aí o banco não se sente mais estimulado, do ponto de vista econômico-financeiro, a



reabrir aquela agência. Aquela cidade fica sem agência bancária, sem os serviços bancários, e aí os comerciantes – os pequenos, os médios e os maiores comerciantes – começam a sair da cidade, começa a haver o esvaziamento da cidade, inchando mais as grandes cidades brasileiras – as cidades médias e grandes. Então, é isso que está acontecendo, ou seja, o novo cangaço está destruindo a municipalidade brasileira, está destruindo os Municípios onde a população vive, por conta dessa insegurança causada por esses assaltos feitos em grupos de bandidos.

Aqui gostaria de rememorar que, em 1938, no Brasil não existia nada desse sistema de informação que há hoje, a Polícia era bem antiga e muito mal treinada, mas, mesmo assim, o governo Juscelino Kubitschek conseguiu destruir o cangaço naquela época. Hoje, o País, com todo esse sistema tecnológico, com todo esse sistema de informações, com os armamentos mais modernos, com as formas mais atualizadas de treinamento da Polícia, com todas as possibilidades de repressão, não está cuidando, não está conseguindo nem reduzir a ação do novo cangaço; imagine extingui-la! Então, isso é uma coisa que está dando intranquilidade a todas as famílias brasileiras.

Eu estive em São Paulo recentemente, e, numa conversa informal, um empresário me falava que os imóveis de alto padrão em São Paulo caíram significativamente de preço – isso é uma coisa normal do mercado. Aí eu perguntei: "Mas isso é consequência da crise econômica?" "Não, Senador, não é consequência da crise econômica". Uma parte, sim; mas a maior parte é consequência das famílias ricas que estão saindo do Brasil, preferencialmente para os Estados Unidos. Agora, a moda é ir morar em Portugal, e também algumas pessoas estão indo morar na Inglaterra. Então, os empresários estão levando as famílias, enquanto liquidam seus negócios, enquanto vendem seus negócios. Aí nós temos uma fórmula econômica muito simples, que diz: numa comunidade que tenha pouco rico há muito pobre; numa comunidade que tenha mais rico há menos pobre, porque são os ricos, são os capitalistas, são os empresários, são os investidores que geram emprego.

Eu conheço cidades... Inclusive conheço uma cidade do Rio Grande do Sul que tem uma grande indústria de móveis que emprega a população toda. Aqui, em Goiás, em uma cidade onde há a fábrica da Mitsubishi, seus fornecedores praticamente empregam a população toda. Então, isso significa dizer: onde há investidor, onde há investimento, reduz-se drasticamente a pobreza da população. E o que está acontecendo é o contrário. Quer dizer, os nossos investidores estão saindo.

Para citar o caso de Portugal, há poucos dias eu estava lendo, Senador, que, neste ano, Portugal já devolveu para o Brasil quase mil pessoas, quase mil cidadãos brasileiros que foram para Portugal para conseguir um emprego, para conseguir um trabalho, e, por não ter esse trabalho certo, por não ter esse emprego certo, foram devolvidas para o País porque eles entendem que essas pessoas estão indo lá para tomar o emprego dos portugueses.

Mas os capitalistas, os investidores estão sendo recebidos em Portugal com tapete vermelho, por quê? Em vez de irem para Portugal tomar empregos, esses investidores estão indo para gerar empregos, para gerar riqueza e melhorar a qualidade de vida de Portugal.

Então, veja o prejuízo que a violência descontrolada causa ao nosso País, a redução do turismo por causa da violência. Nós temos praias belíssimas, um litoral lindo, cidades bonitas, a maior floresta do mundo, a maior biodiversidade do mundo e, no entanto, o nosso turismo internacional é absolutamente insignificante, em alguns anos menor do que a Argentina. Tudo é consequência da violência no País, que hoje já é reconhecido mundialmente como um País extremamente inseguro e violento. Apesar da beleza, apesar de um povo maravilhoso, de um povo acolhedor, de um povo



gentil, de um povo generoso, nós estamos sendo vítimas de uma violência absolutamente descontrolada.

Saindo desse assunto, eu gostaria de aproveitar a oportunidade e fazer, como eu disse, uma homenagem a minha capital, João Pessoa, que completa, no próximo dia 5, 432 anos de sua fundação.

Venho à tribuna para homenagear João Pessoa, capital da Paraíba, que, no próximo sábado, dia 5 de agosto, comemora 432 anos de existência.

Além da sua relevante história como protagonista na longa formação do Brasil, João Pessoa merece nossos agradecimentos pelo papel que exerce como uma das capitais mais antigas e belas de nossa Nação.

É verdade que nos orgulhamos do seu vasto patrimônio histórico e de todas as manifestações culturais que os pessoenses mantêm com dedicação e ajudam a aprimorar. E elas são inúmeras, dentre as quais cito o folclore, a música, a poesia, o teatro, a gastronomia, o artesanato, a receptividade do seu povo, as nossas edificações e as nossas paisagens, que são realmente pontos altos da cidade e do povo local.

Para os especialistas, o encanto da cidade sela uma rara beleza que mistura, harmonicamente, praias de águas limpas e claras e a arquitetura barroca das construções da cidade.

Sem dúvida, João Pessoa reúne ruas arborizadas, orla preservada pela legislação que limita as construções, povo hospitaleiro e uma altíssima qualidade de vida.

Aliás, Sr. Presidente, o braço ambiental da Organização das Nações Unidas já havia apontado a capital paraibana como a segunda mais verde do mundo. Mais precisamente, foi durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992, realizada no Rio de Janeiro, que João Pessoa recebeu esse título, ou seja, o título de segunda capital mais arborizada do mundo. João Pessoa tem Mata Atlântica dentro da cidade, com aproximadamente 500 hectares, sendo, portanto, a maior mata urbana entre todas as cidades brasileiras.

Segundo cálculo baseado na relação entre número de habitantes e área verde, João Pessoa é ainda a cidade mais verde do Brasil, perdendo, no mundo, apenas para Paris, a capital francesa.

A capital do Estado da Paraíba é histórica, charmosa e tem atraído crescentemente o turismo nacional, porque, além de oferecer belas paisagens e praias, como já citei, é conhecida como a campeã ecológica no território das capitais brasileiras. A preservação ecológica, o rigor com que as instituições que cuidam da ecologia funcionam em João Pessoa são, indiscutivelmente, os mais eficientes do nosso País.

Não por acaso, dezenas de milhares de turistas se concentram, de janeiro a dezembro, nas praias urbanas de Tambaú, Manaíra e Cabo Branco, além das praias do litoral norte e do litoral sul.

Por outro lado, da perspectiva rigorosamente cultural, é dotada de um rico acervo histórico-arquitetônico, visto que João Pessoa guarda imponentes construções barrocas, algumas igrejas datadas do século XVI. E o acervo de belezas não se encerra aí. Um dos cartões-postais da cidade, o Farol do Cabo Branco, sinaliza que João Pessoa é o ponto oriental extremo das Américas. É conhecida como Porta do Sol, devido ao fato de, no Município, estar localizada a Ponta do Seixas, o lugar onde o sol nasce primeiro nas Américas.



Por essas e por outras razões, a capital paraibana foi recentemente considerada pela organização International Living como uma das melhores cidades do mundo para se desfrutar a aposentadoria. Apenas cinco cidades sul-americanas foram incluídas nesse rol.

Reflexo dessa condição é que João Pessoa ainda é capaz de oferecer um ambiente metropolitano com excelente qualidade de vida. Dessa forma, consegue proporcionar, tanto aos moradores quanto aos turistas, uma experiência de brasilidade cultural raramente vivenciada em outras capitais brasileiras.

É preciso frisar o amor do cidadão pessoense pelo estudo, pela pesquisa, pela procura de conhecimento. Isso não se traduz apenas na defesa incondicional...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RAIMUNDO LIRA** (PMDB - PB) – ...da cultura e de suas múltiplas manifestações, mas também se dá pela evidência do número de instituições de ensino na cidade, sejam públicas, sejam privadas, demonstrando, cabalmente, que o povo busca melhorar de modo continuado sua formação para os enfrentamentos do futuro.

Gostaria de rememorar que a Universidade Federal da Paraíba, antes de ser dividida em duas universidades – hoje existem a Universidade Federal da Paraíba e a Universidade Federal de Campina Grande, que foi a divisão da Universidade Federal da Paraíba –, era a segunda maior universidade federal do País, perdendo apenas, em número de alunos e professores, para a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Tudo isso se orchestra para fazer de João Pessoa uma cidade mais atrativa para seus filhos e para seus visitantes e permite que ela continue pensando com consistência em um desenvolvimento econômico que se projeta positivamente para o futuro.

Nossa cidade é pujante no aspecto econômico, sendo o principal centro comercial e industrial do Estado. Hoje, atinge quase 800 mil habitantes, classificando-se como a quinta cidade mais populosa do Nordeste e a 14<sup>a</sup> do Brasil. Se contarmos toda a região metropolitana atual, o total de habitantes aproxima-se dos 3 milhões e é considerada a capital menos desigual de toda a Região Nordeste, segundo dados fornecidos pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Políticos, jornalistas, médicos, poetas e heróis encontram na capital o chão propício ao seu plantio. Alguns nomes mais conhecidos e admirados são: André Vidal de Negreiros, Ariano Suassuna, Antônio Borges da Fonseca, Epitácio Pessoa, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, José Américo de Almeida, Napoleão Rodrigues Laureano, Padre Francisco João de Azevedo, e tantos outros filhos ilustres que nos honram com as suas histórias de vida.

Quero cumprimentar toda a população de João Pessoa pelo aniversário da cidade, enaltecendo as virtudes historicamente acentuadas na cultura e na natureza locais.

As cidades que amamos movem nossos corações. Com João Pessoa, além do coração, sinto a alma crescer. É uma cidade que nos ensina sempre. Muito aprendi com João Pessoa. Aprendi que a cidade tem de se encontrar e amar seu povo para continuar a cumprir um belo destino.

Quero aqui citar uma característica de João Pessoa: ela é a capital de todos os paraibanos do ponto de vista político, do ponto de vista legal, mas ela é, de fato, a capital de todos os paraibanos, porque a Paraíba hoje tem 223 Municípios e em João Pessoa estão praticamente todas as famílias dos 223 Municípios da Paraíba.



É interessante como a cidade representa tão bem o Estado da Paraíba, por essa multiplicidade de pessoas de todas as regiões do Estado, já que parte das suas famílias residem em João Pessoa, sendo um local de acolhimento para todas as famílias que vêm do interior, do Sertão e de todas as Regiões.

É essa a João Pessoa, cidade de tantas virtudes e belezas, que quero parabenizar no seu aniversário de 432 anos. Desejamos que o futuro da nossa capital, da capital de todos os paraibanos, seja ainda mais vitorioso e pujante.

Muito obrigado, Srs. Senadores e Senadoras.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PODE - PR) – Os nossos cumprimentos também a João Pessoa, essa extraordinária capital da Paraíba, e os cumprimentos ao Senador Raimundo Lira, que represa, nesta Casa, com muita inteligência, honradez e competência o povo da Paraíba.

Peço a V. Ex<sup>a</sup>, se possível, que venha presidir a sessão para que eu possa fazer o meu pronunciamento.

**O SR. RAIMUNDO LIRA** (PMDB - PB) – Com todo prazer, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PODE - PR) – Depois, está inscrita a Senadora Gleisi Hoffmann.

*(O Sr. Alvaro Dias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Raimundo Lira.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Convido, para ocupar a tribuna, o Senador Alvaro Dias, do Estado do Paraná.

**O SR. ALVARO DIAS** (PODE - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Raimundo Lira, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, eu deveria – imagino, é o que espera o cidadão brasileiro – fazer uma análise dos últimos acontecimentos, especialmente a deliberação imposta pela Câmara dos Deputados em relação à denúncia do Procurador-Geral da República. Mas imagino que o desabafo de um Parlamentar certamente não tem a força do protesto de um cidadão.

Por isso, eu prefiro abrir espaço à voz das ruas, valendo-me de mensagem que acabo de receber de um amigo brasileiro, que já ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, Samuel Saraiva, que hoje reside nos Estados Unidos, na cidade de Washington, mas que está ligado sentimentalmente, sobretudo, ao nosso País e acompanha o dia a dia dos acontecimentos no Congresso Nacional. Peço permissão a ele para fazer leitura da sua mensagem, que eu sei que reflete bem o sentimento que habita hoje a alma da maioria dos brasileiros.

Diz o Samuel:

Aqui entre a gente, ontem fui dormir com a mesma sensação de desolação que deu lugar a um amanhecer de desesperança, impotência e indignação ao ver o Brasil sofrido, sufocado e sem rumo. Amanheci com uma ressaca de alma. Esse sentimento latente está na alma, no ânimo e até no semblante de parcela majoritária do nosso povo. Com algumas exceções, os políticos – título com o qual se apresentam e acobertam ladrões, mercenários, charlatões, hipócritas, canalhas e outros paus-mandados do poder econômico – enforcam a pobre galinha que diariamente os alimentos com os ovos de ouro em forma de impostos.

Na sessão de ontem na Câmara, o crime organizado se digladiou prosaicamente defendendo o indefensável. Bandos de todas as matizes numa disputa nojenta pelo Poder Público.



Eleitos ou paridos pelo mesmo ventre apodrecido trocam acusações e se alternam nos cargos. Brigam e se vingam uns dos outros aos olhos de uma Nação atônita, incrédula ante tanta zombaria e escárnio.

O contribuinte subserviente, cordeiro e ingênuo alimenta-se pela fé na realização do improvável, enquanto assiste a esse infundável cenário de pão e circo à espera de um salvador da pátria.

Mudanças só chegam com educação. E não vejo interesse nem investimento por parte das elites nesse setor, muito menos mobilização cidadã cobrando esse direito legítimo, assim como acesso à saúde, à segurança etc, cujo dinheiro pago aparece em malas, cuecas etc.

Deus não opera milagres para os que escondem o discernimento ou não o desenvolvem por medo de pecar, se ousarem superar os tais princípios e adquirir conhecimento que os permita formatar opinião própria.

Essa postura absurda explica a cruel realidade absurda, realidade cujo mérito compartilhamos. Triste, vergonhoso, nojento e inadmissível!

Esse é o protesto de um cidadão que já se foi do Brasil.

O Senador Raimundo Lira acabou de abordar essa tentação, que certamente toma conta de milhares de brasileiros, de irem até ao aeroporto e decolarem para outras partes do mundo, inconformados com a realidade vivida, infelizmente, num Brasil de riquezas naturais extraordinárias, mas de pobreza política e administrativa, que, sem dúvida, nos envergonha.

Esse é o desabafo de um cidadão brasileiro, certamente verbalizando o desejo de milhares de outros brasileiros que aqui vivem.

Sr. Presidente, aproveito também a oportunidade para falar de educação, da nova regulamentação da educação a distância, que inspira justificadas preocupações.

Primeiramente, o Ministério da Educação foi compelido a retroceder e revogar o artigo do Decreto nº 9.057, que permitia que as escolas ofertassem educação a distância para estudantes do ensino fundamental do 6º ao 9º ano que estivessem privadas da oferta de disciplinas obrigatórias do currículo escolar. Por esse dispositivo, pasmem, as escolas que eventualmente não conseguissem ofertar disciplinas obrigatórias no ensino fundamental presencialmente poderiam fazê-lo por ensino a distância.

Após críticas, o recuo do Ministério da Educação foi imediato. Em nota, o Ministério afirmou que houve erro material na redação.

Infelizmente, o mencionado decreto, com sua posterior regulamentação, abriga bem mais que erros materiais. Há brechas e imprecisões que colocam em risco a própria essência da educação a distância, uma conquista valiosa, após o advento das tecnologias de informação e comunicação.

Como tão bem reconhece a Unesco:

[...] as Tecnologias de Informação e Comunicação podem contribuir com o acesso universal da educação, a equidade na educação, a qualidade de ensino e aprendizagem, o desenvolvimento profissional de professores, bem como melhorar a gestão, a governança e a administração educacional ao fornecer a mistura certa e organizada de políticas, tecnologias e capacidades.



Entre os especialistas, a nova regulamentação da educação a distância não foi bem recebida. Para o coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, o decreto é um subterfúgio para o Governo Federal cumprir o que deveria, mas não consegue, ou seja, garantir matrículas de qualidade.

Para pontuar e embasar as nossas críticas, vejamos o Decreto nº 5.622, revogado na edição do atual decreto, que versa sobre regulamentação do art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases. O Decreto nº 5.622 estabelecia, em seu art. 4º, inciso II, que a avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas se dará mediante realização de exames presenciais, elaborados pela instituição de ensino credenciada, conforme projeto pedagógico, cujos resultados dos exames presenciais devam prevalecer sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação a distância.

Art. 4º A avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados dar-se-á no processo, mediante:

I - cumprimento das atividades programadas; e

II - realização de exames presenciais.

.....  
§2º Os resultados dos exames citados no inciso II deverão prevalecer sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação a distância.

O atual Decreto nº 9.057 declara a revogação do decreto anterior e ainda, em seus arts. 4º e 5º, assegura que atividades presenciais previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso serão realizadas na sede da instituição de ensino, nos polos de educação a distância ou em ambiente profissional, conforme Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nesse contexto, abre oportunidade para a não realização de provas presenciais uma vez revogada a exigência do decreto anterior.

Outros aspectos que ameaçam a qualidade da educação a distância estão abrigados na regulamentação, a Portaria nº 11/2017, do Ministério da Educação.

De forma sucinta, para concluir, o critério estabelecido para credenciar a instituição de ensino superior à abertura de polos de educação a distância foi equivocados. O Conceito Institucional (CI) não traduz qualidade de ensino e é um conceito estático. O Índice Geral de Cursos (IGC), este, sim, reflete a qualidade de ensino da instituição de ensino superior. O IGC avalia a instituição de uma forma mais ampla, computando, por exemplo, os resultados de todos os cursos no Enade, corpo docente, pós-graduação, entre outros. Uma nota 4 ou 5 do IGC, por exemplo, não pode ser comparada com uma nota similar do CI.

Por fim, a possibilidade de oferta de cursos superiores a distância mediante simples vistoria para verificação de infraestrutura é outro contrassenso.

A avaliação presencial efetiva realizada no polo de educação a distância é a garantia da qualificação para expedição do diploma. Que profissionais serão formados realizando provas na própria residência, por exemplo? Um prejuízo à própria sociedade e o aval do Estado a certificados de curso superior sem qualquer garantia de autenticidade acadêmica. Buscar ampliar a oferta de ensino superior no Brasil dessa forma é comprometer a qualidade de ensino ofertada pela educação a distância.



Fica feito o apelo ao Ministério da Educação.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

Era o que tinha a dizer.

*(Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Raimundo Lira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr<sup>a</sup> Ana Amélia.)*

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cumprimento o Senador Alvaro Dias pelo seu pronunciamento. Os problemas são muito parecidos, e muda, como se diz, apenas o endereço no problema da educação, da oferta dos serviços para a nossa juventude. Precisamos dar um salto de qualidade cada vez mais.

Eu convido para fazer uso da palavra, como estava previsto aqui, a Senadora Gleisi Hoffmann, conforme havia me relatado o Senador Raimundo Lira. Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr<sup>a</sup> Presidente.

Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, quem nos acompanha pela TV Senado, pela Rádio Senado e pelas redes sociais, hoje de manhã, eu lembrei uma frase do ex-Governador de São Paulo Orestes Quéricia, quando terminou a eleição do Fleury. Atribuem a ele a seguinte frase: "Quebramos o Estado, mas elegemos o Fleury". Por que eu me lembrei desta frase? Porque exatamente é o que aconteceu ontem com o Brasil. Hoje, o Governo deve estar dizendo isto: "Explodimos o Orçamento, mas salvamos o chefe". Foi exatamente isso que o Governo de Michel Temer fez para deixar de aprovar o andamento da denúncia contra ele na Câmara dos Deputados. Dizem as más línguas que foram gastos por volta de R\$14 bilhões para que os Deputados e Deputadas da Base para que, primeiro, dessem quórum e para que, depois, votassem a favor de Michel Temer.

Isso é um escândalo! Esse senhor chegou à Presidência da República exatamente sob o argumento dos Parlamentares que o apoiaram aqui retirando Dilma Rousseff de que nós teríamos, a partir dele, a partir deste Governo, responsabilidade orçamentária, equilíbrio nas contas públicas, de que iria acabar a ganância feita pelos governos do PT, de que, enfim, nós teríamos superávit primário, de que pagaríamos a dívida. Foi esse o argumento. Cassaram a Dilma pelas ditas pedaladas fiscais, Senador Jorge Viana, pelos decretos de recursos para o Banco do Brasil, porque ela era uma irresponsável fiscalmente. Foram esses os argumentos que nós ouvimos desta tribuna de Senadores que votaram pelo *impeachment* e puseram o Michel Temer lá.

E agora, o que nós estamos vendo? O Orçamento arrebatado; nossas universidades não terão condições de funcionamento depois de setembro; a ciência e a tecnologia deste País estão desmontadas; o Bolsa Família teve 800 milhões de cortes e tem 500 mil famílias para entrar, mas o Governo não atesta e não aprova; mas gastaram cerca de R\$14 bilhões, segundo estão dizendo aí, para que os Parlamentares apoiassem o Michel Temer. Explodiram o Orçamento, mas salvaram o chefe.

Eu concedo um aparte ao Senador Randolfe e, depois, ao Senador Jorge Viana.

**O Sr. Randolfe Rodrigues** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senadora Gleisi, são controversos os números de quanto foi gasto. A senhora falou em 14 bi; já falaram em 40 bi, em 30 bi. O fato é que não há paralelo na história do País do que foi feito pelo Governo para se manter no cargo, com um resultado aquém, diga-se de passagem: 263 votos. Com tudo o que foi feito, foram



263 votos para negociar em alguns aspectos somente a manutenção de quórum. Não há precedente nem na reeleição de Fernando Henrique, nem nos cinco anos para Sarney, não há precedente do conjunto de favores. Ontem, houve o absurdo, Senadora, de o Ministro da Casa Civil ou ministro de secretaria do Governo negociar liberação de emenda no plenário da Câmara dos Deputados, à luz do dia, sem constrangimento nenhum. Tão grave quanto isso, Senadora, eram algumas argumentações lá no plenário do porquê não autorizar o processamento do Presidente da República. Uma foi do tipo: "Eu concordo com o processamento do Presidente ao fim do mandato." Algo mais ou menos parecido com o seguinte: eu concordo com a prisão do goleiro Bruno ao final do Brasileirão – algo desse tipo. Eram argumentações dos mais variados tipos, como se não houvesse ocorrido aquilo ao que nós assistimos, ao que o Brasil todo assistiu. O que os Deputados votaram ontem, o que os Deputados tatuaram, para utilizar um linguajar mais adequado, foi que vale a corrupção no País, ou seja, tudo aquilo que os brasileiros viram, com uma mala de dinheiro sendo carregada pelo assessor direto do Presidente da República, a pedido dele, não existiu. Ontem, foi, sem dúvida alguma, o dia triste da vitória da mala e da derrota da República em nosso País.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Randolfe. Triste mesmo.

Senador Jorge.

**O Sr. Jorge Viana** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senadora Gleisi, já estive hoje de manhã presidindo, falando aí, na tribuna, participando de um debate intenso com o mesmo propósito, de vermos o País piorando e ficando refém da política fisiológica que dá sustentação, que, aliás, é a única base de sustentação deste atual Governo. Eu ouvi, dessa tribuna, o hoje Presidente do PMDB e Líder do Governo, Romero Jucá, dizer que o nosso Governo não tinha condições de seguir governando, porque tinha 13%, 14%, 15% de apoio popular. Nós temos agora o Governo deles com 5%. Em algumas pesquisas, está dentro da margem de erro...

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Isso.

**O Sr. Jorge Viana** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – E, para se manter, para ter uma sobrevida...

**O Sr. Randolfe Rodrigues** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A margem de erro é maior, Senador Jorge. A margem de erro é maior.

**O Sr. Jorge Viana** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – A margem de erro é maior.

**O Sr. Randolfe Rodrigues** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A aceitação do Governo é uma margem de erro a menos.

**O Sr. Jorge Viana** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É verdade. E aí eu debati ainda há pouco com o Senador Cristovam e fiz um paralelo entre essa sessão de ontem na Câmara dos Deputados com aquela de abril do ano passado, do afastamento da Presidente Dilma, um verdadeiro circo. Agora, aqueles que lá faziam o discurso do falso moralismo foram os que fizeram ontem a justificativa para manter um governo que não está sendo acusado pela oposição. Não somos nós que estamos pedindo para abrir uma investigação ou para denunciar o Presidente por corrupção. É o Procurador-Geral da República e o Supremo Tribunal Federal, dentro de provas inconteste. E, aí, o que o Governo resolveu fazer? O Senador Cristovam estava dizendo que tinha



sido uma vitória, e eu digo: não, lá foi uma derrota grande. Foi derrota da Lava Jato, da política honesta, da ética, da decência, da dignidade, do Parlamento... Foi só derrota aquilo lá ontem, à custa do Brasil, do desequilíbrio fiscal. E agora eles vão ter que fazer uma correção, porque eles mentiram com os números. Eram 129 bilhões de déficit, que vai passar para 159 bilhões. E, se houver mais uma votação, vão ter que passar para 200 bilhões. A grande imprensa, que tantas críticas fez a nós, agora já está... Parece que caiu a ficha de que este Governo não se sustenta mais. Quanto custará a próxima denúncia? Qual o custo que o Brasil vai pagar? E eu fiz uma pergunta: na política, nós tivemos esse problema no nosso governo, vamos assumir – às vezes, temos que carregar o atraso... Mas o que está ocorrendo no Brasil hoje é que o atraso está nos carregando. Pior do que isso, do que o atraso estar nos carregando: o Governo Temer está refém do atraso.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ele é o atraso.

**O Sr. Jorge Viana** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – E é a expressão maior disso, porque aquele grupo... Eu vi a entrevista do Rodrigo Maia ontem, ele falando que foi tratado – ele, que foi o artífice daquela vitória lá de ontem, daquele resultado de ontem – por truculentos do Palácio do Planalto e que ele acha que, a partir daquela votação de ontem, o Governo não tem mais condição de fazer as reformas, pelo número de votos que teve de um lado e de outro. Eu não estou entendendo como é que alguns acham que aquilo ali pode ter dado sobrevida para o Governo Temer. Ora, gente, ali pode ter sido a pá de cal no Brasil. Por isso que nós defendemos que o certo, inclusive quando a Presidente Dilma estava no poder, era ter antecipado eleições, mais democracia, nós aceitávamos isso, como punição. E agora defendemos a mesma tese, a soberania do voto e o empoderamento da sociedade, para que se tenha um Governo que seja capaz de fazer um enfrentamento dos desafios que o Brasil vive. Eu parablenizo V. Ex<sup>a</sup>, Presidente do meu Partido e querida Senadora Gleisi, pelo pronunciamento.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada Senador Jorge Viana.

Eu também quero dizer, como V. Ex<sup>a</sup> disse e também o Senador Randolfe, que ontem perdemos geral. O Brasil perdeu, a política perdeu! Não dá nem para a gente comemorar, porque aquela negociação aberta ali no plenário, o Brasil inteiro assistindo, depõe, cada vez mais, contra a política, contra os políticos, quando tinha que ser um instrumento de mudança na vida das pessoas. É muito triste tudo isso que nós estamos vivendo.

Eu queria lamentar o resultado ontem, também acho que foi um resultado apertado pelo preço que pagaram, e dizer que não há como esse Governo dar certo. E eu ouvi pelos noticiários e também li em alguns jornais que o Governo Temer ajudaria o PT, portanto o PT gostaria que Temer ficasse. Qualquer governo golpista vai fortalecer a posição do PT, sabe por quê? Porque as pessoas têm memória neste País. Estão olhando o que está acontecendo agora e lembram-se do que foi o governo do Presidente Lula, da Presidenta Dilma – principalmente o governo do Presidente Lula, que gerou milhões de empregos nesse País, que distribuiu renda, que tinha programas que ajudavam as pessoas.

Eu entrei numa loja domingo no *shopping* – fui passear com a minha filha aqui em Brasília e entrei numa loja. Eu estava olhando a vitrina, estava olhando as coisas. A pessoa que vendia, a vendedora disse assim: "Ah, a senhora é aquela moça do PT, não é? Que está sempre com o Lula?"



Diga para o Lula que todas aqui na loja vão votar com ele. Todas. Sabe por quê? Nós ganhávamos muito dinheiro na época em que o Lula era Presidente, a gente vendia muito."

É isso que está na cabeça das pessoas. Então, não venham com esse papinho de que interessa ao PT. Por favor, gente. Contra fatos não há argumento. O PT vem se posicionando de maneira firme contra Temer, contra Maia, contra os golpistas. Qualquer um que entre nesse Palácio do Planalto pela porta dos fundos, como entrou o Temer, não tem condições de melhorar o Brasil, não tem condições de oferecer nada ao povo brasileiro, até porque é gente com compromisso com o andar de cima da sociedade. Aliás, eu gostaria de perguntar: onde é que está o mercado financeiro? Quietinho, quietinho, quietinho. Cadê os empresários, com o pato deles? Qual o protesto que estão fazendo? Nenhum, *niente*.

Não vi aqui também Senadores defender o resultado disso tudo ou pelo menos vir justificar aqui por que é que as universidades vão fechar em setembro, por que é que não colocam 500 mil famílias para dentro do Bolsa Família. Já disse: esta Casa tem que dar explicação para a sociedade de terem colocado o Temer, tirado a Dilma. Uma vergonha para este País! Nós estamos voltando a ter fome no Brasil. Portanto, tem que ficar muito claro aqui: aquilo que nós falávamos na época do *impeachment* é exatamente o que está acontecendo.

Hoje tem uma matéria na imprensa dizendo que os empresários já pensam em demitir trabalhadores para contratar terceirizados e temporários, pela nova legislação trabalhista. Senador Randolfe, vai ser uma tragédia, porque o salário que nós temos, mínimo, no Brasil, que foi uma conquista do povo, os nossos governos ajudaram muito, já é um salário que está aquém de muitas necessidades. O que é que eles vão fazer com a contratação de terceirizados e com a contratação de temporários? Poder pagar menos que o salário mínimo. Porque foi isso que este Congresso aprovou aqui, na mudança da lei trabalhista. E agora já começam a se preparar para explorar a população. Não é possível! Nós queremos empobrecer mais o Brasil? Que é que existe na cabeça dessa gente? Para que tanta concentração de riqueza? Para que tanta concentração de dinheiro?

Eu ouvi um Senador que me antecedeu dizendo que estava preocupado, porque os ricos estão saindo do Brasil, e, se rico sai do Brasil, é mau para o Brasil. Rico do Brasil sempre saiu do Brasil nas crises, não foi agora, desde o passado, porque não têm projeto de nação. Veja se rico dos Estados Unidos saiu quando eles estavam começando a construir o país nas dificuldades que tiveram, na Guerra de Secessão. Não. Lá, acho que há uma classe dominante que tem uma visão um pouquinho melhor do que a do Brasil, que é uma visão de desenvolvimento nacional. Aqui nem isso nós temos. Na primeira crise, os ricos pegam a mala e vão embora. E querem o quê? Que a gente dê mais vantagem para eles ficarem? É isso que querem? Uma falta de consideração com o País. Estão preocupados com o bolso deles, com o umbigo deles.

Se temos violência hoje no País é por causa da brutal concentração de renda que este País tem, a diferença entre ricos e pobres. Um país que tributa o povo, que tributa o trabalhador e não tributa a grande fortuna, que não coloca tributo sobre lucro e dividendo. Que país pode ser feliz, se desenvolver desse jeito e não ter violência? Vai haver violência, sim, enquanto tivermos essa diferença, enquanto as classes sociais tiverem essa diferença tão grande. O Brasil é um dos países mais desiguais que nós temos em termos de renda. Nós conseguimos um pouquinho, subir um degrau, acabar com a fome no Brasil. Veja: acabar com a fome. Um país que exporta comida tinha fome. Não, mas a classe dominante brasileira, os ricos não concordaram. Foi demais, tiveram que



desmontar, e estão desmontando o Estado brasileiro, e o Brasil está tendo fome de novo. É só andar pelas ruas de Brasília.

Eu fui para vários Estados neste mês. Fui para o Amazonas, fui para o Maranhão, fui para a Paraíba. Estava lá no meu Estado. As pessoas estão pedindo dinheiro nas ruas de novo. Estão na porta do supermercado pedindo pacote de feijão e arroz. Será que nem isso essa classe rica do Brasil é capaz de compreender? Que o Orçamento tem que dar aos pobres?

Agora, desmantelaram os direitos trabalhistas e vão, agora, pegar de novo a reforma da previdência, que é o que o Sr. Meirelles disse. Esse não entende nada de Brasil, é um contador. Aí, me diziam assim: "Mas o Meirelles foi do Banco Central na época do Lula." Deu certo sabe por quê? Porque o Lula tinha clareza política, e ele estava subordinado à política. Esse homem não tem clareza política e trata o Brasil como se fosse um fechamento de caixa em que as pessoas não contassem. Isso aqui não é um banco, não, Sr. Meirelles. Vai o quê? Vai agora desmontar a Previdência?

É isso. Vamos figurar de novo internacionalmente como um País com um dos maiores índices de fome e pobreza. Bonito, não é? Para um país que exporta alimentos, que vantagem tem isso? Devíamos nos envergonhar, inclusive os produtores rurais neste País deveriam se envergonhar.

Não é possível nós termos o retrocesso que nós estamos tendo. E isso porque nós temos, sim, uma classe dominante, uma aristocracia do serviço público que aprendeu ganhar salários altíssimos e não ter um mínimo de solidariedade com este País.

Começo por esse Judiciário, Ministério Público, que vergonhosamente, através dos seus conselhos, estão pedindo aumento. O Ministério Público está pedindo aumento de 16%; os juizes, de 42%. Por favor, tenham vergonha na cara. Não mandem esse pedido para o Congresso Nacional. O País está passando fome de novo, os senhores ganham acima do teto, ganham muito dinheiro e têm muito benefício. Não façam isso, tenham decência. Pedir 42% de aumento? Há juiz que ganha mais de R\$100 mil por mês, promotor. Por favor, tomem tento, gente! O que é isso?

Não é possível que a gente veja as coisas acontecerem e ache que isso está normal. Não está normal. Sr. Meirelles, não mexa com a Previdência do povo, não mexa, porque o que o senhor está fazendo com o Brasil é entregar o Brasil aos estrangeiros, principalmente ao capital internacional, nossas reservas de petróleo, nosso dinheiro do Orçamento para pagar especulação de mercado financeiro, colocando o povo na pobreza.

E aí todo mundo se assusta quando abre uma pesquisa e o Lula aparece com 40% e o PT aparece com 20% da preferência nacional. "Como pode? Como pode?" Só pode, só pode, porque, se nós tivemos um período na história deste País em que pobre foi tratado de maneira decente, e a maioria desse povo, do povo brasileiro, é pobre, foi na época do Lula, em que trabalhador teve direito, em que salário foi aumentado, em que nós tivemos programas sociais, em que a renda foi mais bem distribuída, em que emprego foi criado. As pessoas tinham um emprego decente, e não um emprego só, como se quer agora com a reforma trabalhista. Volto a repetir o que a vendedora da loja do *shopping* me disse: "Todas aqui nós vamos votar no Lula, sabe por quê? Porque, na época do Lula, a gente vendia muito e ganhava dinheiro." É isto, é isto o que o povo brasileiro quer: ter oportunidade de trabalhar, de ganhar dinheiro, de sustentar com decência a sua família, de não ficar precisando de favor, de não passar vergonha por não ter como pagar as contas no final do mês. E isso esse Governo não consegue dar, esses golpistas não conseguem dar.



Agora, soltar dinheiro para Deputado, soltar emenda para Deputado, dar cargo para Deputado para salvar o chefe, isso eles fizeram. E muitos ainda votaram em nome da moralidade. É um escândalo o que nós estamos vivendo, um escândalo!

E, aí, a perseguição do Lula continua, porque só há um jeito de o Lula não ganhar eleição neste País: não deixá-lo concorrer. Vou falar de novo. Só há um jeito de o Lula não governar este País de novo: não deixá-lo concorrer, porque, se ele concorrer, vai ganhar. Goste a elite, não goste a elite, gostem aqueles que criticam, não gostem, é isso o que vai acontecer, porque é essa a memória que a população tem.

E, aí, ontem sai mais uma denúncia contra o Presidente Lula. É uma perseguição implacável! Eu nunca vi isso! O Temer é praticamente anistiado pela Câmara dos Deputados; o seu assessor da mala é solto; o Geddel é solto; o Lula é condenado, tem mais uma denúncia; o Vaccari, que é tesoureiro do PT, que foi inocentado pelo tribunal, continua preso. É assim!

*(Soa a campainha.)*

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eles não têm mais o que fazer. A Rede Globo detonou o Lula de todos os jeitos, não conseguiu, não conseguiu. Ô, Rede Globo, você não vai conseguir, não vai conseguir agora nem na eleição. Sabe por quê? O povo tem memória. Quem já comeu três vezes ao dia não quer voltar a não comer. Quem já teve acesso a bens mínimos não quer voltar a perder. Portanto, o que estão fazendo com o Lula é a maior injustiça.

E eu termino aqui parabenizando a nossa Bancada de Deputadas Federais e Deputados Federais, que foi valorosa ontem no enfrentamento ao Temer. Fechou questão, foi para cima, brigou, defendeu o povo brasileiro. E é isto o que nós vamos continuar fazendo: defendendo o povo brasileiro, porque esse é o nosso lugar.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senadora Gleisi Hoffmann.

Embora a ausência de Parlamentares para encerramento desta sessão, gostaria de tecer um comentário mesmo da Presidência.

Hoje nós, na Comissão de Relações Exteriores, por sugestão do Senador Jorge Viana... A Comissão, formada por Senadores de vários partidos, decidiu que o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Fernando Collor, liderará uma comissão para uma visita à Venezuela, tomando por base a relevância que a fronteira da Venezuela com o Brasil já está provocando, pelo aumento, cada dia maior, da chegada de venezuelanos que estão se afastando da escravidão de uma ditadura imposta àquele País pelo regime chavista, agora radicalizado com uma constituinte não reconhecida por nove países. E aí há uma preocupação expressa de toda a União Europeia com o futuro que essa importante nação, de grande produção e comércio de petróleo, poderá representar no processo democrático.

Os países membros do Mercosul têm reunião marcada através dos seus chanceleres para tratar desse assunto, já que a Venezuela faz parte do Mercosul e o Tratado de Ushuaia prevê sanções, na cláusula democrática, a países que estejam violando os princípios democráticos. E a Constituinte que foi feita na Venezuela claramente viola todos os princípios constitucionais, não só pela forma como foi realizada a convocação de uma Constituinte, de forma fraudulenta – conforme foi reconhecido



pela empresa responsável pela tecnologia na elaboração do voto eletrônico naquele momento da convocação de uma Constituinte –, para derrubar o princípio democrático da eleição obtida com uma grande margem pela oposição na Venezuela.

A prisão de dois dos maiores líderes venezuelanos, de outra forma, também recrudescer uma reação contrária de vários países à posição tomada pelo governo, com a violação direta dos princípios democráticos.

E eu, apenas, como Senadora, alertei que essa missão não pode, de nenhuma forma, representar uma ideia ou hipótese de que ela esteja sendo um apoio ao resultado da Constituinte fraudada, como foi naquele país – a convocação da Assembleia Constituinte na Venezuela.

E é exatamente nesta medida que o princípio que deve nortear a visita da comitiva brasileira – se for de fato viabilizada – deverá se pautar: exclusivamente pela neutralidade no sistema interno e na soberania. Os problemas da Venezuela, esses devem ser resolvidos pelos venezuelanos.

Mas, ante o recrudescimento dessa crise gravíssima, pela impossibilidade de entendimento entre oposição e situação – e com mortes já registradas não só após a Assembleia Constituinte convocada artificialmente, mas antes mesmo de todas as manifestações –, já o número de mortos ultrapassa a uma centena. E essa quase guerra civil no vizinho país também traz temores à fronteira brasileira, que está numa região estratégica de nosso País.

As cenas que vimos de venezuelanos vindo buscar ou comprar alimentos básicos ou vindo se submeter a um subemprego – trabalhar em todas as áreas – nas ruas da capital de Roraima, Boa Vista, são, digamos, a testemunha mais clara da gravidade da situação que está vivendo aquele país.

Como eu disse, a União Europeia manifestou preocupação com o destino da democracia na Venezuela. A própria Embaixadora americana na ONU, Nikki Haley, disse que a eleição fraudulenta de Maduro é outro passo para a ditadura: "Não aceitaremos um governo ilegítimo. O povo venezuelano e a democracia vão prevalecer. Ela colocou essa mensagem no seu Twitter.

Além dos Estados Unidos, a Espanha e sete países latino-americanos anunciaram que não irão reconhecer a legitimidade dos resultados da votação da Assembleia Constituinte promovida pelo Presidente Nicolás Maduro. A Comissão Europeia também tem sérias dúvidas sobre o resultado da eleição, que não pode ser reconhecido, declarou a porta-voz do Executivo da União Europeia, Mina Andreeva.

Eu queria também, na mesma linha, dizer que o México afirmou que não reconhece os resultados da eleição dos integrantes da Assembleia Nacional Constituinte. Também lamentou o México que o Governo da Venezuela tenha decidido realizar eleição contrária aos princípios democráticos reconhecidos universalmente, que não aderem à Constituição da República e que aprofundam a crise – disse a chancelaria mexicana em um comunicado.

O Peru também manifestou que não reconhece os resultados da ilegítima eleição realizada no domingo para compor uma Assembleia Nacional Constituinte na Venezuela. A Costa Rica convocou, por sua vez, todos os Estados e organismos internacionais a não reconhecerem essa consulta como legítima. A Espanha divulgou documento garantindo que não reconhecerá uma Assembleia Constituinte que não seja resultado de um amplo consenso nacional, eleita conforme regras democráticas. O Congresso paraguaio, o Governo do Paraguai reafirmou a sua posição de desconhecer a ilegal convocação e disse que tampouco reconhece o resultado ilegítimo do processo para integrar uma Assembleia Constituinte. Durante a semana, Colômbia e Panamá já haviam



anunciado que não reconheceriam o resultado das urnas. E hoje Bogotá condenou a repressão e a violência por parte das forças da ordem. Também outros países têm se manifestado em relação a essa questão.

O Brasil pediu às autoridades venezuelanas para suspenderem a instalação da Assembleia Constituinte.

Diante da gravidade do momento histórico por que passa a Venezuela, o Ministério das Relações Exteriores considerou, em uma nota, que a iniciativa de Maduro viola o direito ao sufrágio universal, desrespeita o princípio da soberania popular e confirma a ruptura da ordem constitucional na Venezuela.

Apesar de reiterar sua grave preocupação com a escalada de violência, o comunicado do Itamaraty não especifica se o Governo reconhecerá ou não a Constituinte. Possivelmente, como eu disse, nessa reunião dos chanceleres do Mercosul, esse tema vai ser discutido e decidido, e os países que o integram... A Venezuela faz parte do Mercosul.

Aliás, a Venezuela não entrava no Mercosul por rejeição do Congresso paraguaio, que se recusava a aceitar. E todas as votações nesses casos, no Mercosul, precisam da unanimidade dos seus membros. Para que a Venezuela pudesse entrar, o Governo passado do Brasil não reconheceu o *impeachment* que foi feito no Paraguai, o *impeachment* de Fernando Lugo, e retirou-se o Paraguai. Com isso, a Venezuela pode entrar no Bloco do Mercosul.

Foi um *impeachment* democrático, como foi no Brasil, com o reconhecimento amplo e a votação da maioria – se não me engano, houve apenas um voto contrário ao afastamento ex-Presidente Fernando Lugo. Mas aquele foi o momento que se aproveitou para a entrada da Venezuela no Mercosul, porque o Paraguai foi retirado do Bloco do Mercosul.

Então, é preciso que se veja que, nesse processo, um risco mais grave – me parece – são as posições que o líder principal da oposição no Brasil hoje – e eventual candidato –, Lula, está propondo: uma radicalização da política na defesa da Venezuela, na defesa do Governo Maduro e na defesa dessa Constituinte, que foi convocada de maneira fraudulenta, como foi reconhecido oficialmente por vários países.

Então, eu quero desejar que, tendo apoiado a iniciativa do Senador Jorge Viana para a convocação dessa missão brasileira de Parlamentares na chamada diplomacia parlamentar, ela tenha o princípio da neutralidade – absoluta neutralidade –, porque, também para os brasileiros, a situação da Venezuela é extremamente preocupante. Assim como vieram os haitianos por outras razões, agora, também por razões políticas, muitos venezuelanos estão chegando ao Brasil em busca até de comida, porque lá a comida está escasseando.

Eu faço esse manifesto aqui, e, agora, o Senador Elmano Férrer está inscrito. Eu já ia encerrar a sessão, Senador, mas eu o convido para fazer uso da palavra. Antes de V. Ex<sup>a</sup> ter chegado, eu ia encerrar, mas precisava fazer esse registro aqui, haja vista as apreensões que assaltam todos os brasileiros.

Com a palavra o Senador Elmano Férrer.

**O SR. ELMANO FÉRRER** (PMDB - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Nobre Presidente desta sessão, esta brava Senadora Ana Amélia, que engrandece e qualifica cada vez mais as terras gaúchas do nosso Rio Grande do Sul, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no dia 30 de junho do ano passado, 2016, exatamente há um ano, foi promulgada a Lei 13.303, que trata do



novo regime jurídico das empresas públicas e sociedades de economia mista das três esferas federativas – a União, os Estados e os Municípios –, conhecida como a Lei de Responsabilidade das Estatais.

No dia 29 de junho, minha nobre Presidente Ana Amélia, estivemos num evento no Palácio do Planalto, com a presença do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Michel Temer, e dos dirigentes das empresas estatais federais, oportunidade na qual o Sr. Ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, fez uma exposição a respeito das inovações trazidas pela lei e dos números positivos apresentados pelas estatais após um ano de vigência do novo marco legal.

A minuta do projeto que deu origem à lei adveio do competente trabalho de Deputados Federais e Senadores – reunidos em comissão mista neste Congresso Nacional – no âmbito da Agenda Brasil, tão bem feita por esta Casa sob o comando do nosso Renan Calheiros e relatada, nesta Casa também, pelo nobre Senador Tasso Jereissati.

Vale ressaltar, Sr<sup>a</sup> Presidente, Srs. Senadores, que, antes de tudo, a nova lei veio a atender ao clamor popular por mais transparência, mais governança na gestão das empresas estatais.

Essas empresas, como é do conhecimento de todos, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupam um papel de altíssima relevância na economia brasileira. Apenas na esfera federal, segundo o Ministério do Planejamento, são 151 empresas estatais federais, com mais de 500 mil empregados e um patrimônio líquido de mais de R\$500 bilhões.

Só para o ano de 2017, este corrente ano, foram aprovados, na Lei Orçamentária Anual, R\$90,2 bilhões para investimentos pelas empresas estatais independentes e o montante de R\$1,278 trilhão no programa de dispêndios globais.

Além dos números expressivos, a atuação das empresas estatais perpassa por diferentes setores da nossa economia: do setor de energia, petróleo e derivados ao setor de saúde, transportes, comunicações, desenvolvimento regional, abastecimento, pesquisa e desenvolvimento, comércio e serviços, setor financeiro, indústria de transformação. Diante disso, não há como negar o forte impacto dessas empresas na economia nacional.

Minha nobre Presidente Ana Amélia, em virtude desse cenário caótico instalado em várias estatais brasileiras imersas em denúncias de corrupção, em ineficiências e em investimentos duvidosos, a Lei 13.303, de 2016, veio, em boa hora, como resposta deste Congresso Nacional aos desmandos na gestão das empresas pertencentes ao Estado brasileiro. A lei que trata tanto das estatais exploradoras de atividades econômicas como das prestadoras de serviços públicos adota, basicamente, dois eixos.

A primeira parte versa sobre o regime societário das empresas ao trazer um conjunto de regras sobre governança corporativa, transparência na gestão e mecanismos de controle da atividade empresarial. A outra parte foca no procedimento de licitação e no de contratação ao trazer novas regras, diferentes do regime geral da Lei 8.666, de 1993.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no tocante à gestão, a nova lei está em sintonia com as diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ao aprimorar práticas de governança corporativa e, dessa forma, ampliar a transparência das informações, promover uma gestão mais técnica e profissional e reduzir as ingerências políticas sobre as empresas estatais.

Por isso, são louváveis os diversos mecanismos de transparência, como a obrigatoriedade de elaboração e divulgação de resultados, tais como a carta anual dos membros do conselho de



administração, o relatório de sustentabilidade, a política de transações com partes relacionadas e a política de integridade da empresa. Ademais, estruturas internas devem ser criadas com o escopo de monitoramento, como é o caso do comitê de auditoria estatutária e da auditoria interna.

É importante que as empresas estatais, assim como as empresas privadas, tenham sistema de integridade efetivo e eficiente, com atuação preventiva e repressiva, a fim de inibir práticas de fraude, corrupção e desvios de conduta nas corporações, ao corresponder ao código de ética da própria empresa.

Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, seguindo a linha dos meus pronunciamentos anteriores aqui nesta Casa, quando da tramitação do projeto de lei, o fortalecimento das empresas estatais passa pela mudança na forma de indicação de diretores e membros dos conselhos de administração.

O critério norteador das indicações deve ser o perfil técnico dos postulantes e, de preferência, devem ser nomes do próprio quadro da empresa. Alguns requisitos, de outra parte, no que se refere a vedações impostas pela Lei nº 13.303, de 2016, são extremamente saudáveis, como a experiência profissional na área de atuação da empresa ou em cargos de direção e chefia; a formação acadêmica compatível com o cargo indicado; não se enquadrar nas hipóteses de inelegibilidade previstas na lei eleitoral; a previsão de membro independente no conselho de administração, no percentual mínimo de 25% dos membros; a vedação de indicação de pessoa que exerça cargo em organizações sindicais ou que tenha qualquer forma de conflito de interesse com a controladora da empresa ou com a própria estatal, além de representante do órgão regulador ao qual a empresa pública ou a sociedade de economia mista está sujeita, de Ministro de Estado, de secretário de Estado, de secretário municipal, de titular de cargo sem vínculo permanente com o serviço público, de natureza especial ou de direção e assessoramento superior na Administração Pública, de dirigente de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da Federação, ainda que licenciados do cargo.

Por fim, meus nobres e estimados Senadoras e Senadores, acredito que a Lei nº 13.303, de 2016, é um avanço no sentido da modernização e da profissionalização das empresas estatais com foco na transparência e nas boas práticas de governança.

O desafio maior é estar no efetivo cumprimento das normas e princípios estabelecidos, o que exigirá mudança no comportamento de agentes públicos e privados que atuem perante as empresas públicas e estatais do nosso País.

Era este, Sr<sup>a</sup> Presidente, o nosso pronunciamento na tarde de hoje.

Muito obrigado pela atenção e pela gentileza em esperar um pouquinho para que nós chegássemos para fazer esse pronunciamento.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cumprimento o Senador Elmano Férrer e V. Ex<sup>a</sup>, como um servidor público exemplar que é na universidade, tratar dessa questão relacionada à importância das empresas estatais, à legislação que trouxe para maior transparência, maior governança nas empresas estatais, eu penso que é uma grande contribuição que nós demos em relação aos processos e aos procedimentos. Um País cada vez mais transparente, mais forte e consolidado nas suas instituições. E as empresas estatais, quando bem administradas, livram-se de males, como ouvimos recentemente de uma empresa que é ícone para nós brasileiros, porque, além do tempo que teve, ela tem um papel relevante.

Então, parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.



**O SR. ELMANO FÉRRER** (PMDB - PI) – Obrigado, Excelência.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu convido o Senador Elmano Férrer para assumir aqui a Presidência, porque preciso ainda fazer uma breve comunicação e, então, eu agradeço a gentileza do Senador pela atenção em relação ao trabalho aqui no Senado.

*(A Sr<sup>a</sup> Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Com muita honra concedo a palavra à nobre Senadora Ana Amélia, do PP do nosso querido Estado do Rio Grande do Sul.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Como nós dizemos aqui, Senador Elmano Férrer...

*(Interrupção do som.)*

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... tão somente para complementar, eu fiz uma manifestação da Presidência e tenho sempre o zelo de não ultrapassar os limites do que a liturgia do poder determina. No caso, estando na Presidência, eu não poderia, como Presidente da sessão, ultrapassar os limites da manifestação sobre o caso Venezuela, mas agora aqui na bancada eu posso não só externar a apreensão com o que está acontecendo com o país vizinho, mas também fazer uma solicitação a V. Ex<sup>a</sup> para que o editorial do jornal *O Estado de S.Paulo*, publicado na data de hoje, 3 de agosto, seja incluído nos *Anais do Senado* sob o título "Editorial: A 'política radical' de Lula".

E aqui no editorial há uma referência, que me atemoriza muito, de que há uma radicalização nesse discurso da oposição. Penso que o ex-Presidente tem, no Estado democrático de direito, tido a oportunidade, em todos os momentos, perante o Juiz Sérgio Moro, perante a Procuradoria da República, a Polícia Federal, o Supremo Tribunal Federal, o STJ, todas as instâncias, da sua defesa. Em nenhum momento pode-se acusar de lesão ou limitação ao direito de defesa que é concedido a ele, como em qualquer Estado verdadeiramente democrático de direito isso tem que acontecer. E talvez este seja um dos valores maiores do nosso País neste momento, o valor da força das instituições.

Nós passamos por uma crise. Ontem, uma votação: a Câmara soberanamente tomou uma decisão. Não me cabe aqui... Eu até poderia estar dizendo que foi assim ou foi assado, para o Brasil é bom ou para o Brasil é ruim, porque o Presidente está denunciado. Também se submeterá, no Estado de direito, à Justiça, ao crivo da Justiça. O que a Câmara decidiu não o isenta, porque foi um julgamento político simplesmente, não o isenta e não o está absolvendo das acusações que lhe foram imputadas e que são muito graves, mas as responderá também perante a Justiça. E a Justiça está aí para ser feita, e ninguém está acima da Justiça, nem o Sr. Temer, nem o Sr. Lula.

Nós não podemos imaginar uma situação diferente do Estado democrático de direito, não imaginar que algumas pessoas têm mais ou menos poder e podem ter a inimizabilidade. Então, isso é uma ideia falsa de uma democracia unilateral, uma democracia como tem na Venezuela hoje. Então, eu penso que essa radicalização proposta pela oposição, liderada pelo ex-Presidente Lula, que terá em 2018, se assim a Justiça decidir, não será o Congresso que vai decidir se ele pode ou não ser candidato, vai ser a Justiça que vai dizer. Simples assim.



Então, nesse caso, o que eu temo, simplesmente, é que, se voltar a oposição ao poder, se a esquerda voltar ao poder, da forma como está esse grupo minoritário propondo, é fazer do Brasil uma Venezuela. Aí, realmente a situação fica muito complicada. Então, é preciso sempre estar vigilante nesse processo, nesse procedimento.

Por isso, eu queria fazer essa manifestação e renovar o desejo de que a missão que será liderada pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Fernando Collor, de grande experiência parlamentar, ex-Presidente da República, saberá realmente manter essa neutralidade que é necessária. Nós não podemos imaginar que o Congresso brasileiro, o Senado brasileiro, que defende aqui o princípio democrático, que democraticamente depusemos do poder por *impeachment* uma Presidente da República, que nós estejamos apoiando uma convocação de uma constituinte de forma fraudulenta, de forma absolutamente inaceitável. Todas as nações que até agora na crise da Venezuela estavam silentes se manifestaram. É que a situação chegou agora a um ponto que está insustentável na Venezuela.

Por isso, peço a transcrição nos *Anais do Senado Federal* desse editorial da *Folha de S.Paulo* de hoje, "A política radical de Lula", para transcrição.

E quero, por fim, meu caro Presidente, Senador Elmano Férrer... Eu acho que as coisas boas devem ser vistas, até porque o gesto das pessoas também me são muito caros. Eu recebi da Carla Bordin, que é uma jovem gaúcha, minha conterrânea, e ela me escreveu uma mensagem muito bonita. A mensagem é para exaltar o trabalho do avô, que está com quase cem anos, 95 para 96 anos de idade.

E ela me mandou para dizer que o avô, Carlos Cândido Finimundi, está muito feliz, porque ele, há 72 anos – era um jovem –, criou uma grande empresa em Caxias do Sul, uma das cidades mais prósperas do meu Estado, que V. Ex<sup>a</sup> conhece, e que é uma São Paulo dentro do meu Rio Grande do Sul. Ele criou a empresa Dambroz S.A., que completou dia 1º de agosto 72 anos de existência.

Mas o Seu Finimundi, como é conhecido em Caxias do Sul, foi sempre um empreendedor curioso, inteligente, revolucionário, e ajudou muito num setor que foi fundamental ao Brasil, que é a logística do transporte para os veículos fabricados pela indústria automobilística. Então, as famosas cegonheiras que povoam as estradas de norte a sul, de leste a oeste no Brasil foram também uma das criações do Seu Finimundi, de Caxias do Sul, que está com 95 para 96 anos de idade.

Por isso, como Senadora do Rio Grande do Sul, dou muito destaque, muito valor às pessoas que, como ele, começaram lá da sua simplicidade a ter, pela sua inteligência, pelo seu talento de empreendedor, feito essa empresa. Ele trabalhou muito para a criação dessas carretas, chamadas de caminhão cegonha, que permitem transportar vários carros, novos e usados, alguns para até para exportação, que passam da fronteira do Brasil com a Argentina, por Uruguaiana com Passo de Los Libres, onde se concentra cerca de 80% de todo o transporte de cargas no comércio internacional entre o Brasil e a Argentina.

Hoje, essa empresa, a Dambroz, que tem 200 funcionários, é uma das empresas de grande importância para a economia não só do setor metal-mecânico, como também para toda a economia do nosso Estado.

Ele também ajudou a impulsionar o setor moveleiro, criando máquinas para beneficiar madeira, além de alguns parques de diversão. Ou seja, não dá para não reconhecer que o Seu Carlos Cândido Finimundi, conhecido lá como Seu Finimundi, foi um homem de talento.



E espero que Deus dê a ele ainda saúde para viver a celebração de mais alguns anos de vida da Dambroz S.A., porque de pessoas como ele nós precisamos ter não só no nosso Rio Grande do Sul, como também no seu Piauí, no Ceará, em todos os Estados, porque essas pessoas fazem a diferença.

Então, a ele, como Senadora do Rio Grande, eu apresento do Senado Federal os cumprimentos.

E cumprimento a sua neta, a Carla Bordin, que, ao reconhecer o trabalho do avô, tem a gentileza de fazer isso, porque sabe que isso vai representar para ele uma grande alegria.

Então, a ela eu agradeço por ter me mandado essa comunicação.

Obrigado, Senador, pela atenção.

**DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SR<sup>a</sup> SENADORA ANA AMÉLIA.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.) (Vide item 3.1.2 do Sumário)*

Matéria referida:

– A 'política radical' de Lula, Folha de S.Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela comunicação. Também me somo a V. Ex<sup>a</sup> ao ressaltar o espírito empreendedor do nosso Finimundi. Quero ressaltar que realmente Caxias do Sul é um grande polo metal-mecânico, sobretudo na área de carrocerias. Inclusive, a sua indústria integrou o Norte ao Sul, o Nordeste ao Sul. Enfim, foi um trabalho que integrou, através de seu invento – que são as cegonhas, não é? –, do transporte, a produção da indústria automobilística brasileira.

De outra parte, atendemos a solicitação de V. Ex<sup>a</sup>, conforme o Regimento, de fazer constar nos *Anais* desta Casa o editorial do *Estadão*, de São Paulo, de hoje.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Nossos cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

Não havendo mais nenhum orador inscrito, declaro encerrada a presente sessão.

*(Levanta-se a sessão às 15 horas e 32 minutos.)*



# MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 108ª SESSÃO

EXPEDIENTE

**Comunicações**



Ofício nº 146/2017, da Senadora Gleisi Hoffmann, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado, por meio do qual relata participação na Mesa Redonda Digitalização: Políticas Para um Futuro Digital, em Dusseldorf, Alemanha, nos dias 5 e 6 de abril de 2017, nos termos do Requerimento nº 29, de 2017. O Requerimento vai ao Arquivo.





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

Ofício nº 147/2017 -GSGH

Brasília-DF, 02 de agosto de 2017

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para informar-lhe que, em atenção ao Requerimento nº 194, de 2017, aprovado pelo Plenário do Senado, referente à solicitação de autorização para ausentar-me dos trabalhos desta Casa para participar da Assembleia Parlamentar Euro-Latino Americana – EUROLAT, na Itália, cujo período estava marcado para 22 a 24 de maio de 2017, não pude participar do evento, razão pela qual não providenciei o encaminhamento de relatório desta viagem.

Na oportunidade, esclareço , ainda, que não solicitei e nem recebi nenhum valor financeiro desta Casa para cobrir despesas de passagens e diárias.

Atenciosamente,

Senadora GLEISI HOFFMANN

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador EUNÍCIO OLIVEIRA**  
Presidente do Senado Federal  
Ed. Principal – 1º andar  
70165-900 Brasília-DF



SF/17448.44824-74

Página: 1/1 02/08/2017 14:54:26

3ac306694d161677763a60566797982693d41940



A Presidência do Senado Federal recebeu o Ofício nº 147/2017 - GSGH, de 02 de agosto de 2017, da Senadora Gleisi Hoffmann, por meio do qual comunica a impossibilidade de participar da Assembleia Parlamentar Euro-Latino Americana - EUROLAT, em Roma, na Itália, no período de 22 a 24 de maio de 2017, conforme Requerimento nº 194, de 2017. O Expediente vai à publicação. O Requerimento vai ao Arquivo.



# Discursos e documento encaminhados à publicação



## DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

**A SR<sup>a</sup> ÂNGELA PORTELA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, o corte orçamentário promovido pelo governo Temer/Jucá está afetando dramaticamente as universidades federais e os institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

Em consequência, essas importantes instituições têm demitido professores, terceirizado funcionários e racionalizado gastos para lidar com o déficit no investimento.

Ainda ao se preparar a Lei Orçamentária Anual já se previa um corte próximo a 11% nas despesas correntes e a 40% nos investimentos. Depois, a situação deteriorou-se ainda mais.

Em abril, o governo federal anunciou um contingenciamento de R\$ 42,1 bilhões das contas públicas. No Ministério da Educação, o corte chegou a R\$ 4,3 bilhões, dos quais R\$ 3,6 bilhões em despesas diretas da pasta. Com isso, o orçamento do ministério para 2017, que havia sido definido pelo Congresso em R\$ 35,74 bilhões, foi reduzido para R\$ 31,43 bilhões.

Em consequência, considerando o orçamento aprovado pelo Congresso para 2017, mais de 15% dos gastos de custeio (o funcionamento das instituições, como gastos com luz, água, manutenção e serviços terceirizados) ficaram congelados até nova ordem.

Já os gastos de capital (que são as despesas com as obras de expansão e reestruturação dos prédios) tiveram um contingenciamento de 45% da verba aprovada pelos parlamentares.

Os efeitos desse corte de recursos são dramáticos nas universidades federais e nos institutos federais de ensino superior. Mudou de forma violenta a rotina dos campi de todo o País.

Calcula-se que a maioria das universidades só dispõe de recursos para funcionar até setembro. Algumas já estão paralisadas, caso da Universidade de Brasília, a UnB, que deixou de funcionar na data de hoje.

Em Roraima, nossa UFRR teve contingenciadas 40% das verbas orçamentárias para 2017. Com isso, já foram atingidos os serviços essenciais realizados por servidores terceirizados.

A Universidade Federal de Roraima não pode assim contar com limpeza dos campi, transporte e atendimento ao público. Foram diretamente atingidos os projetos de qualificação dos técnicos e docentes. Atinge-se de forma violenta toda a produção científica, além das atividades de ensino.

Há cerca de dois meses, desta mesma tribuna, já denunciei o contingenciamento de recursos destinados não só à Universidade Federal de Roraima, mas também o Instituto Federal de Roraima, criando uma situação que sufoca a administração dessas duas entidades, ambas fundamentais para o povo de meu Estado.

No caso específico do IFRR, as verbas de custeio foram contingenciadas em 15%. No caso dos recursos para investimento, o represamento atingiu nada menos que 32%.

Revela a administração do IFRR que o instituto chegou ao cúmulo de, precisar escolher as contas que iria honrar. Tudo o que restava à administração era decidir se cortava na água, na energia elétrica, no telefone ou no pessoal terceirizado.

A situação já era grave em janeiro, deteriorou-se com o contingenciamento posterior e agora tornou-se insustentável.

É semelhante na Universidade Federal de Roraima, onde os gestores fazem o impossível para reequilibrar a administração diante do corte orçamentário, que lá chega também aos 40%.



Veja-se que na UFRR, como em muitas das demais e na maioria dos Institutos Federais, a falta de quadros técnicos já forçava a terceirização de muitas de suas atividades. Com o corte radical das verbas destinadas ao pagamento dos terceirados impede-se a continuidade dos serviços prestados à comunidade.

Atinge-se também de forma direta a pesquisa científica, pois grande parte dos trabalhos na área depende também de mão de obra terceirizada. A compra de insumos para as pesquisas foi inviabilizada, o que determina uma verdadeira paralisação científica do País.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, não apenas a educação, mas também a ciência e a tecnologia, vale dizer o desenvolvimento nacional, dependem diretamente das instituições de ensino superior. Não podemos ficar parados no tempo.

A ausência de verbas para as universidades não é um problema financeiro do Brasil, mas uma decisão política dos governos. A Universidade pública precisa ser prioridade de governo.

Um país com tanto dinheiro e uma economia robusta como a nossa com certeza pode manter as universidades públicas funcionando.

Não tem motivos para precarizar os seus trabalhos, para paralisar o crescimento científico e cultural, para esquecer o avanço tecnológico. A questão não é meramente aritmética, não é de aplicar cortes lineares. É de prioridade.

Na verdade, supera tudo isso. Investir em educação, em ciência, em tecnologia é algo mais. É uma visão estratégica de nação.

Muito obrigada.





**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
*SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP*  
*COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM*

SF - 1

03/08/2017

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Previdência Social, no segundo semestre, recomeçam na próxima segunda-feira, dia 7, às 15 horas.

Foram convidados para a audiência as seguintes entidades:

Associação Nacional dos Aposentados, Idosos, Pensionistas e dos Segurados da Previdência Social; Sindicatos dos Servidores Integrantes da Carreira de Auditores de Atividades Externas do Distrito federal; Federação Interestadual dos Policiais Civis da região Centro Oeste e Federação Nacional dos Delegados de Polícia.

Sr. Presidente, a CPI da Previdência foi instalada em abril e prorrogada até dezembro.

Ela tem por objetivo investigar a verdadeira situação financeira da Previdência, combater a fraude, a sonegação e a corrupção. Queremos saber onde estão os problemas.

Somente o setor bancário e o setor de frigoríficos devem bilhões. Queremos saber onde estão os problemas.

O Brasil tem direito de saber se ela é deficitária ou, como dizem os especialistas, superavitária.

Há um estudo detalhado da ANFIP (Associação Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal) que diz que o superávit é de bilhões de reais e que, portanto, o discurso de déficit e de rombo é falácia de todos os governos que passaram pelo Planalto. É obvio que o que está por trás disso tudo é a privatização e a reforma previdenciária.

O presidente da ANFIP, Vilson Romero, que já prestou depoimento à CPI, afirma que o governo “dá uma pedalada constitucional” e “faz contabilidade criativa” ao misturar despesas relativas às aposentadorias dos servidores civis e militares com outros programas sociais da seguridade social, como as áreas de saúde, assistência e previdência.

Ele também afirma que nunca foi criado um fundo para gerir os recursos arrecadados ao longo dos anos com as contribuições dos servidores.

Abre aspas: “Ao fazer essa confusão e jogar no colo da Previdência e própria seguridade esse desequilíbrio que há dos desgovernos seguidos, isso obviamente gera um resultado negativo”, fecha aspas.

Em 2016 o governo arrecadou R\$ 700 bilhões e pagou benefícios na ordem de R\$ 500 bilhões.

Mesmo que a seja estimado R\$ 100 bilhões para a saúde e mais R\$ 50 bilhões para assistência social, ainda vai sobrar muito dinheiro.

Nos últimos 20 anos, o dinheiro da Previdência tem sido usado para outras finalidades, em especial, o pagamento de juros.

Conforme previsto no Orçamento da União de 2017, 44% dos gastos do governo federal serão destinados para o pagamento de juros e financiamento da dívida pública e 20% são referentes à Previdência Social.

Desde que a Previdência foi criada, os governos irresponsavelmente retiram recursos das contribuições para aplicar em outras áreas.

Lembro aqui, senhoras e senhores, dos antigos Institutos de Pensão e Aposentadoria, onde era obrigatória a aplicação dos recursos destinados às aposentadorias em empresas nacionais.

O dinheiro da Previdência foi usado para a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, da Vale do Rio Doce.

O BNDES e o IPEA já fizeram um levantamento de tudo que os governos se apropriaram dos saldos positivos da Previdência entre 1966 e 1999.



**SENADO FEDERAL****SECRETARIA-GERAL DA MESA***SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP**COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM***SF - 2**

03/08/2017

Em 1999, um valor de R\$ 400 bilhões. Hoje seriam R\$ 1,4 trilhão, que serviria de fundo de previdência social.

E aqui também poderíamos falar da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que é o repasse do dinheiro das contribuições previdenciárias também para outras áreas.

Para que a população entenda, a Previdência é financiada com recursos das contribuições sobre a folha de salários dos trabalhadores empregados (contribuem tanto empregador quanto empregado); contribuição sobre a renda bruta das empresas (Cofins); Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL); contribuição sobre a renda líquida dos concursos de prognósticos, excetuando-se os valores destinados ao Programa de Crédito Educativo; e outras de menor valor.

Sr. Presidente, a CPI da Previdência ainda tem muito trabalho pela frente. Estamos ouvindo a sociedade e todos aqueles envolvidos direta e indiretamente com este assunto.

Creio que estamos no caminho certo e que a verdade vai prevalecer.

Era o que tinha a dizer.



Documento encaminhado à publicação pela  
Senadora Ana Amélia, nos termos do art. 210 do  
Regimento Interno



# A ‘política radical’ de Lula

O fascínio do PT pela experiência venezuelana torna difícil imaginar que Lula esteja disposto a mudar seu discurso populista.

Lula da Silva chegou à conclusão de que o Brasil precisa de um programa “radical no sentido político”. Defendeu a ideia na segunda-feira, em São Paulo, durante reunião convocada para “debater” o programa do partido a ser apresentado na campanha presidencial do ano que vem. Não entrou em detalhes sobre o que entende por um programa político “radical”. Há, entretanto, fortes indícios de que está convencido de que só um governo forte, autoritário, será capaz de “salvar” o País. Dias antes, falando em nome do PT – portanto, em nome de Lula – no Foro de São Paulo realizado em Manágua, capital da Nicarágua, a presidente do partido, senadora Gleisi Hoffmann (PR), manifestou apoio e solidariedade “ao governo da Venezuela e ao presidente Nicolás Maduro”, bem como a esperança de que a eleição de uma Constituinte, que se realizaria no domingo passado, “possa contribuir para uma consolidação cada vez maior da revolução bolivariana”.

O regime venezuelano consolidase como ditadura, após o golpe de Nicolás Maduro com essa Assembleia Constituinte, cujo verdadeiro objetivo é anular o poder da Assembleia Nacional de maioria opositora. Com a economia destruída, uma inflação de cerca de 800% ao ano e a falta crônica de bens essenciais como comida e medicamentos, os venezuelanos emigram em massa, enquanto a repressão violenta às manifestações de protesto deixou mais de uma centena de mortes. Tudo isso define a tragédia do regime chavista. Mas Lula e o PT permanecem firmemente solidários ao governo de Caracas. É o seu espelho e modelo. Não é de estranhar, portanto, que estejam dispostos a mergulhar na campanha eleitoral de 2018 defendendo um programa político “radical”.

Uma análise retrospectiva dos 13 anos do lulopetismo na Presidência da República fornece abundantes demonstrações de desprezo pelos fundamentos da democracia e da liberdade. Lastreado pelos ensinamentos de sua prática sindicalista, que implica uma visão superada e obtusa da “luta de classes”, mas de excelente efeito nos palanques, Lula tentou sempre incutir no coração dos brasileiros o sentimento maniqueísta do “nós” contra “eles”. Um sentimento que sugere confronto e exclusão – na verdade, o ódio – negando a racionalidade dos fundamentos democráticos do diálogo e da conciliação, imprescindíveis num regime de liberdade.

Se radicalizar a política significa persistir no “nós” contra “eles”, Lula estará desconsiderando o resultado de pesquisa realizada pela instituição cuja finalidade é promover estudos e pesquisas destinados a subsidiar os programas políticos do PT, a Fundação Perseu Abramo. Em abril deste ano a fundação divulgou o resultado de pesquisa realizada com um grupo de eleitores pobres da periferia de São Paulo que deixaram de votar no PT depois de 2010. Os entrevistados não se consideram vítimas de exploração pelos patrões num contexto de luta de classes. Entendem que pobres e ricos são vítimas de um inimigo comum: o Estado burocrático que só pensa em cobrar impostos e não presta os serviços pelos quais a população paga.

Segundo a fundação, os antigos eleitores de Lula têm uma visão política conflitante com o discurso do PT. Revela o estudo que os eleitores entrevistados “têm a igualdade de oportunidades como ponto de partida e a defesa do mérito como linha de chegada. Tratam o mercado como instituição mais crível que o



Estado”. Diante disso, conclui o estudo que “o campo democrático-popular precisa produzir narrativas contra-hegemônicas mais consistentes e menos maniqueístas sobre noções de indivíduo, família, religião e segurança”.

O lulopetismo caiu pelos próprios erros e Lula deveria saber que, repetindo-os, não voltará ao poder. Mas o fascínio do PT pela experiência venezuelana torna difícil imaginar que Lula esteja disposto a mudar seu discurso populista. A simples tentativa de implantar aqui um regime bolivariano golpeará fortemente a democracia. É aí que reside, para o País, o perigo do programa “radical no sentido político” que o ex-presidente defende.



# Prejudicialidade



Tendo em vista a aprovação, anteriormente, das Mensagens n<sup>o</sup>s 44, de 2014; e 6, de 2016, ficam prejudicadas e vão ao Arquivo as Mensagens n<sup>o</sup>s 24 e 32, de 2014; e 50 e 77, de 2015.



# Recurso



### RECURSO Nº 10 DE 2017

Senhor Presidente,

Nos termos dos parágrafos 3º e 4º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, solicitamos que o Projeto de Lei do Senado nº 354, de 2014, que “Institui procedimento para recomposição de débitos de crédito rural, e dá outras providências”, seja submetido ao Plenário desta Casa.

Sala das Sessões em 02 de agosto de 2017.

SENADOR

*[Handwritten signature]*

DAVI ALCANTARA

2

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]* *[Handwritten signature]*

3

Simone

*[Handwritten signature]*

4

Pedro Chaves (PSC)

*[Handwritten signature]*

5

MEDeiros

*[Large handwritten signature]*

6

FOMENTO JON

7

Wilson Moreira

8

Antonio Landwehr

*[Handwritten signature]*

9

Roberto Rocha

*[Handwritten signature]*

10

Elmano Freire

*[Handwritten signature]*

11

VALDIR RAUPP

*[Handwritten signature]*

12

EDISON LOBÃO

*[Handwritten signature]*



Página: 1/1 02/08/2017 12:44:44

be138896ca100569cbad20038e85a7418d55c902



Marcelo Gomes de Souza  
Fica/Sessões: 256540 SLSF/SGM

Recebido em 02/08/17  
Hora: 16:35



Recebido o Recurso nº 10, de 2017, interposto no prazo regimental, no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 354, de 2014.

A matéria ficará sobre a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "c", do Regimento Interno.



# Requerimentos





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 607, DE 2017

Requer, nos termos dos artigos 74 e 75 do Regimento Interno a constituição de Comissão Externa do Senado Federal com a finalidade de verificar "in loco" a situação na Venezuela e estabelecer diálogo com todas as forças políticas daquele país, na tentativa de contribuir para mediar o grave conflito que acomete aquela nação.

**AUTORIA:** Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**DESPACHO:** Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador JORGE VIANA

Requerimento nº 607, de 2017  
Requerimento nº 24, de 2017

RQS  
00607/2017  
Recebido em  
03/08/2017.  
Koller

INCLUA-SE EM ORDEM DO  
DIA OPORTUNAMENTE.  
Em 03/08/17



SF/17432.06097-70

Requeiro, nos termos dos artigos 74 e 75 do Regimento Interno a constituição de Comissão Externa do Senado Federal com a finalidade de verificar *in loco* a situação na Venezuela e estabelecer diálogo com todas as forças políticas daquele país, na tentativa de contribuir para mediar o grave conflito que acomete aquela nação irmã e amiga.

### Justificação

A sociedade brasileira vem acompanhando com grande preocupação o processo de agravamento da crise que se abate sobre a Venezuela, com graves repercussões no plano social, político e econômico naquele país. Como país vizinho a que nos ligam profundos vínculos de amizade e solidariedade e com o qual partilhamos mais de dois mil km de fronteira, o Brasil não pode silenciar diante da escalada de tensões que podem resultar em graves prejuízos, alguns, quiçá, irreversíveis para aquela nação amiga.

O fato concreto é que a Venezuela está ao borde de uma guerra civil, de consequências imprevisíveis não apenas para aquele país, mas também para todo o subcontinente. Não é de interesse do Brasil, nem das demais nações da América do Sul, ter um país um tão importante como a Venezuela em situação de crise grave e permanente. Recordamos que a Venezuela é membro, ainda que suspenso, do Mercosul e membro ativo da Unasul, da CELAC e da OEA. Trata-se, portanto, de um país chave para a integração regional e a estabilidade geopolítica do subcontinente.

O quadro político da Venezuela agravou-se sobremaneira nas últimas semanas com a questionável convocação de uma Assembleia Constituinte rejeitada pela oposição. Já morreram cerca

Página: 1/2 03/08/2017 10:13:34

664843b1cdfb22cf1026c0ab1a4e181a8fdb4f0

Recebido em 03/08/17

Mora

Página 2 de 4

Parte integrante do Avulso do RQS nº 607 de 2017.

Câmara Wiliana Brito Venturi  
Estagiária-SLSF

Escritório no Acre: Rua Rui Barbosa, 435 – Sala 204 – Centro – CEP: 69900-084 – Rio Branco – AC – Fone: +55 (68) 3223-3434





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador **JORGE VIANA**

de 100 pessoas no conflito. Apenas na votação para a Assembleia teriam morrido cerca de 16 pessoas.

Não há diálogo, tolerância ou entendimento atualmente na Venezuela, o que agrava o impasse político.

A ideia desta Comissão é a de que o Senado Federal, em elevada missão de diplomacia parlamentar possa ofertar o seus prestamos, no sentido de contribuir para a estabelecer um diálogo com todas as forças políticas venezuelanas, sem nenhuma distinção ideológica.

Trata-se da constituição de uma missão suprapartidária dirigida pelo próprio presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Senador Fernando Collor de Melo, a qual, sem nenhum tipo de preconceito político ou ideológico e sem desejar interferir nos assuntos internos da Venezuela, procurará, dentro dos seus limites, contribuir para a urgente pacificação daquele país.

Assim sendo, instamos os nobres pares a apoiar a constituição dessa nobre Comissão Externa.

  
Senador **JORGE VIANA**  
(PT/AC)

*Sala da Comissão, 03 de agosto de 2017.*



SF17432.06097-70

Página: 2/2 03/08/2017 10:13:34

664843b1cdfb22cf1026c0ab1a4e181a8fdb4f0





## Senado Federal

## Relatório de Registro de Presença

CRE, 03/08/2017 às 09h - 26ª, Extraordinária

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

| PMDB               |                          |
|--------------------|--------------------------|
| TITULARES          | SUPLENTES                |
| EDISON LOBÃO       | 1. RENAN CALHEIROS       |
| JOÃO ALBERTO SOUZA | 2. VALDIR RAUPP PRESENTE |
| ROBERTO REQUIÃO    | 3. HÉLIO JOSÉ            |
| ROMERO JUCÁ        | 4. VAGO                  |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) |                           |
|--|---------------------------|
| TITULARES  | SUPLENTES                 |
| GLEISI HOFFMANN  | 1. FÁTIMA BEZERRA         |
| ACIR GURGACZ   | 2. JOSÉ PIMENTEL PRESENTE |
| JORGE VIANA PRESENTE                                   | 3. PAULO PAIM PRESENTE    |
| LINDBERGH FARIAS                                       | 4. HUMBERTO COSTA         |

| Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM) |                           |
|--|---------------------------|
| TITULARES                              | SUPLENTES                 |
| ANTONIO ANASTASIA                      | 1. CÁSSIO CUNHA LIMA      |
| PAULO BAUER                            | 2. RONALDO CAIADO         |
| RICARDO FERRAÇO                        | 3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE |
| JOSÉ AGRIPINO                          | 4. TASSO JEREISSATI       |

| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) |                           |
|---|---------------------------|
| TITULARES   | SUPLENTES                 |
| LASIER MARTINS PRESENTE                             | 1. JOSÉ MEDEIROS PRESENTE |
| ANA AMÉLIA PRESENTE                                 | 2. GLADSON CAMELI         |

| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE) |                                |
|---|--------------------------------|
| TITULARES   | SUPLENTES                      |
| CRISTOVAM BUARQUE PRESENTE  | 1. VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE |
| FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE                                  | 2. RANDOLFE RODRIGUES          |

| Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC) |                     |
|--|---------------------|
| TITULARES                                | SUPLENTES           |
| FERNANDO COLLOR PRESENTE                 | 1. VAGO             |
| PEDRO CHAVES PRESENTE                    | 2. ARMANDO MONTEIRO |





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 608, DE 2017

Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do médico sanitarista e professor universitário Luiz Cordoni Júnior ocorrido ontem, dia 2 de agosto em Londrina, no Estado do Paraná.

**AUTORIA:** Senador Alvaro Dias

**DESPACHO:** Encaminhe-se



[Página da matéria](#)



**REQUERIMENTO Nº , DE 2017**

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do médico sanitarista e professor universitário Luiz Cordoni Júnior ocorrido ontem, dia 2 de agosto em Londrina, no Estado do Paraná.

**JUSTIFICAÇÃO**

A saúde pública do Paraná, o ensino de medicina em Londrina e o restrito universo das pessoas éticas, de alma generosa e preocupadas com o bem comum ficaram mais pobres ontem, com a morte, naquela cidade paranaense, aos 69 anos de idade, do médico sanitarista e professor universitário Luiz Cordoni Júnior.

Natural de Botucatu, Cordoni, como todos o conheciam, chegou a Londrina para estudar medicina, apaixonou-se pela cidade e a elegeu como seu lar. Integrante da primeira turma formada pelo Curso de Medicina da Universidade Estadual de Londrina, em 1972, já nos bancos universitários se destacava como uma liderança.

Seus colegas o elegeram presidente do diretório acadêmico do Centro de Ciências da Saúde. Naquela função, Cordoni teve uma atuação firme, porém



sempre equilibrada, em defesa dos interesses dos estudantes e principalmente da causa que então empolgava a juventude do nosso país - a resistência aos desmandos dos governos discricionários impostos pelos militares.

Formado médico, com especialização em Pediatria, até por suas preocupações sociais Cordoni voltou-se para saúde coletiva e empenhou-se em aprimorar seus conhecimentos naquela área: na USP, Universidade de São Paulo, fez especialização em Saúde Pública, mestrado em Medicina Preventiva e depois doutorado em Saúde Pública.

Sua formação o levou naturalmente ao magistério médico, que foi exercer na mesma UEL onde conquistara seu diploma. Em 1983, suspendeu temporariamente suas atividades docentes para aceitar um desafio maior: a convite do então recém eleito governador José Richa, assumiu, e desempenhou com raro brilhantismo, eficiência e visão social, a Secretaria de Estado da Saúde Pública. Sua gestão foi marcada pela descentralização dos serviços e pela ampliação e intensificação das Ações Integradas de Saúde.

Encerrada sua missão no governo, de volta ao magistério exerceu a docência até se aposentar, mas nem por isso deixou de continuar compartilhando seus conhecimentos e contribuindo para o aprimoramento da saúde pública: tornou-se, na mesma instituição, professor-sênior do programa de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Saúde Coletiva.

Apaixonado pelo campo da medicina que escolhera, Cordoni nunca deixou de participar, sempre em posição de liderança, de iniciativas voltadas ao desenvolvimento e aprimoramento da atividade: atuou na fundação do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde e da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, integrando várias vezes suas diretorias e conselhos; foi



igualmente um dos fundadores e primeiro presidente do Nesco/Inesco (Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva); durante anos, foi também editor científico da revista “Espaço para a Saúde”.

Por essa vida dedicada a causa tão nobre, bem como pelo exemplo de cidadão ético, íntegro e sempre voltado ao bem comum, Luiz Cordoni Júnior com certeza deixou seu nome escrito nas páginas da história da medicina e da saúde pública no Paraná. Que a certeza do reconhecimento por todos que com ele conviveram ou acompanharam seu trabalho, do papel relevante que desempenhou e da alma generosa que sempre foi, ajude ao menos a atenuar um pouco a dor que certamente estão sentindo os filhos que ele deixou – Mariana, Lia e Daniel – e a jornalista e artista plástica Regina Menezes, sua esposa e leal companheira por longas décadas.

Por tudo isso, estou certo de que esta Casa aprovará o Voto de Pesar que sinto-me honrado em propor, pelo falecimento do inesquecível médico sanitarista, professor universitário e cidadão exemplar que foi Luiz Cordoni Júnior.

Sala das Sessões, 03 de agosto de 2017

Senador **ALVARO DIAS**  
Líder do PODE - PR



# Término de prazo



Encerrou-se no dia 2 de agosto o prazo sem interposição de recurso no sentido da apreciação pelo Plenário dos Projetos de Lei do Senado n<sup>o</sup>s 632, de 2015; 18 e 150, de 2016.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos de Lei do Senado n<sup>o</sup>s 18 e 150, de 2016, vão à Câmara dos Deputados; e o Projeto de Lei do Senado n<sup>o</sup> 632, de 2015, retorna à Secretaria-Geral da Mesa para adequações no texto final.



# ATA DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-ARGENTINA





SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

*À Publicação*  
*Com 12/7/2017*  
*[Assinatura]*

Of. nº *01* /2017 – Grupo Parlamentar Brasil - Argentina

Brasília, 6 de julho de 2017

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**  
Presidente do Senado Federal  
Presidente de Honra do Grupo Parlamentar Brasil – Argentina

Senhor Presidente, *Eunício Oliveira*,

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a satisfação de comunicar a Vossa Excelência que fui escolhido por meus Pares do Congresso Nacional para presidir o **Grupo Parlamentar Brasil – Argentina**, nas 3ª e 4ª Sessões Legislativas da 55ª Legislatura, em reunião realizada em 07.06.2017, destinada à reativação, votação do Estatuto e eleição da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo. O Grupo Parlamentar foi criado pela Resolução do Senado nº 4, de 2016.

Informo a Vossa Excelência que o Presidente do Senado Federal faz parte dos grupos parlamentares como Presidente de Honra, juntamente com o Presidente da Câmara dos Deputados.

Os Senadores que quiserem aderir ao Grupo, podem procurar a Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP.

Na certeza de que Vossa Excelência dará o necessário apoio às ações a serem desenvolvidas para aprimorar o relacionamento entre nossos Parlamentos, antecipo os meus agradecimentos.

Respeitosamente,

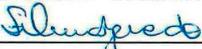
Senador **Fernando Collor**  
Presidente do Grupo Parlamentar Brasil – Argentina





SENADO FEDERAL  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

**ATA DA 1ª REUNIÃO DE 2017 DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - ARGENTINA, REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2017, ÀS 15h00, NO PLENÁRIO Nº 07, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DESTINADA À REATIVAÇÃO DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-ARGENTINA.**

Às quinze horas do dia sete de junho de dois mil e dezessete, na sede do Senado Federal, no plenário nº 07, Ala Senador Alexandre Costa, reúnem-se as Senhoras e os Senhores Parlamentares membros do **GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - ARGENTINA**, de acordo com a lista de presença no ANEXOS I e II, contando também com a presença do Embaixador da Argentina, Sr. Carlos Alfredo Magariños. Os trabalhos foram abertos pelo Senador Fernando Collor, com o objetivo de reativar o Grupo Parlamentar e demais itens da pauta. Este Grupo Parlamentar foi criado pela Resolução do Senado Federal nº 04, de 2016, com o objetivo de intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e da Argentina. Passou-se ao ITEM 1 - Reativação do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina. Declarou-se reativado o Grupo Parlamentar. ITEM 2 - Deliberação do Estatuto do Grupo. Apresentado na forma de Minuta, que após examinado e discutido, é aprovado, por unanimidade, o Estatuto do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina. ITEM 3 - Eleição da Comissão Executiva do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina. Foi comunicada a existência de Chapa Única referente à composição da Comissão Executiva e submetida aos membros desse Grupo, que elegeram a chapa por aclamação. É eleita por aclamação a Chapa Única para o biênio 2017/2018, conforme anexo. ITEM 4 - Eleição do Conselho Consultivo deste Grupo Parlamentar, também conforme ANEXO III, com escolha realizada por aclamação. Em seguida, o Presidente determinou à Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP) que adotasse as providências necessárias no sentido de comunicar às autoridades a reativação do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, bem como da aprovação do Estatuto e eleição da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo, dando a necessária publicação. Nada mais havendo a tratar, a presente reunião foi encerrada às 16h08; e eu, Silvânia Alves de Azevedo, , Diretora da Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP), lavrei a presente Ata que, aprovada, vai assinada pelo Presidente, conforme lista de presença da reunião, que passa a fazer parte integrante desta Ata, encaminhada à publicação no Diário do Senado Federal.

Brasília, 07 de junho de 2017.

  
Senador **Fernando Collor**  
Presidente do Grupo Parlamentar Brasil – Argentina





SENADO FEDERAL  
 SECRETARIA-GERAL DA MESA  
 Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

## ANEXO I

### LISTA DE PRESENÇA DOS SENADORES

#### MEMBROS DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-ARGENTINA

| SENADORES             | PART. | EST. | ASSINATURA |
|-----------------------|-------|------|------------|
| Aureo Augusto Proença | STB   | PE   |            |
| Ana Amélia            | PPRS  | RS   |            |
| Fernando Costa        | PSB   | PE   |            |
| Jorge Lima            | PT    | AL   |            |
| WASIERA               | PSD   | RS   |            |
| Eduardo Faria         | PMDB  | SP   |            |
| F. Collet             | PTC   | AL   |            |





SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

## ANEXO II

### LISTA DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS FEDERAIS

#### MEMBROS DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-ARGENTINA

| DEPUTADOS          | PART. | EST. | ASSINATURA |
|--------------------|-------|------|------------|
| PAESLANDIA         | PTB   | PI   |            |
| MILTON MONTI       | PR    | SP   |            |
| FRACLI TO          | PTB   | PI   |            |
| Benito Gama        | PTB   | BA   |            |
| JOAQUIM ASSUNÇÃO   | PSD   | PA   |            |
| Helson Marqueselli | PTB   | SP   |            |
| Zé Carlos          | PT    | MA   |            |





SENADO FEDERAL  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

## ANEXO III

### COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA DO GRUPO PARLAMENTAR

**PRESIDENTES DE HONRA:**     **Senador Eunício Oliveira** – PMDB/CE  
Presidente do Senado Federal  
  **Deputado Federal Rodrigo Maia** – DEM/RJ  
Presidente da Câmara dos Deputados

**COMISSÃO EXECUTIVA:**  
Presidente:                             Senador Fernando Collor (PTC-AL)  
Primeira Vice-Presidente:         Deputada Bruna Furlan (PSDB-SP)  
Segunda Vice-Presidente:         Senadora Ana Amélia (PP-RS)  
Primeiro-Secretário:                Deputado Renato Mölling (PP-RS)  
Segundo-Secretário:                 Senador Jorge Viana (PT-AC)  
Terceiro-Secretário:                 Deputado Milton Monti (PR-PE)  
Quarto-Secretário:                  Senador Armando Monteiro (PTB-PE)

**CONSELHO CONSULTIVO:**  
Presidente:                             Senador Lasier Martins (PDT-RS)  
Vice-Presidente:                     Deputado Rômulo Gouveia (PSD -PB)  
Presidente da Comissão de         Senador Fernando Collor (PTC-AL)  
Relações Exteriores e Defesa  
Nacional do Senado Federal  
(CRE)  
Presidente da Comissão de         Deputada Bruna Furlan (PSDB-SP)  
Relações Exteriores e Defesa  
Nacional da Câmara dos  
Deputados (CREDN)





SENADO FEDERAL  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

## ESTATUTO DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - ARGENTINA

### CAPÍTULO I

#### DA CONSTITUIÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

**Art. 1º** O Grupo Parlamentar Brasil – Argentina, criado pela Resolução do Senado Federal nº 04 de 2016, de 24 de fevereiro de 2016, é reconhecido como serviço de cooperação interparlamentar e reger-se-á pelo presente Estatuto.

Parágrafo Único. O grupo parlamentar internacional referido no caput, de caráter permanente e sem objetivos político-partidários, destina-se a exercer a diplomacia parlamentar.

**Art. 2º** O Grupo Parlamentar será composto por membros do Congresso Nacional no exercício do mandato que a ele aderirem.

**Art. 3º** O Grupo Parlamentar, com sede e foro em Brasília – DF, é constituído por prazo indeterminado e funcionará em dependências do Congresso Nacional.

§ 1º O fim da Legislatura não desativa o Grupo Parlamentar.

§ 2º No início de cada Legislatura, o grupo parlamentar referido no caput realizará reunião de reativação para proceder à eleição da diretoria e ratificar ou modificar o estatuto, mediante solicitação de qualquer parlamentar ao próprio grupo.

**Art. 4º** O Grupo Parlamentar tem por objetivo intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas da República Federativa do Brasil e da República Argentina, sobretudo nos aspectos político, econômico, comercial, cultural,

*Ren*





SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

técnico-científico e do desenvolvimento sustentável, de forma abrangente e interdisciplinar.

**Art. 5º** A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I – visitas parlamentares;

II – realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas de interesse para o desenvolvimento das relações entre o Brasil e a Argentina;

III – permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV – intercâmbio de experiências parlamentares;

V – outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica, sob qualquer forma de auxílio e reciprocidade.

## CAPÍTULO II

### DAS REUNIÕES DO GRUPO PARLAMENTAR

**Art. 6º** O Grupo Parlamentar reunir-se-á, no mínimo, duas vezes por ano, por convocação da Comissão Executiva ou a requerimento de, no mínimo, dez por cento de seus membros.

§ 1º As atas das reuniões e os demais atos relativos às atividades do Grupo Parlamentar deverão ser publicados no Diário do Congresso Nacional.

*Fur*





SENADO FEDERAL  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

§2º. As reuniões do Grupo serão sempre anunciadas, com designação de local e hora, por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 02 (dois) dias.

**CAPÍTULO III**  
**DA ORGANIZAÇÃO**  
**SEÇÃO I**  
**DOS MEMBROS**

**Art. 7º** O Grupo Parlamentar será integrado pelos parlamentares do Congresso Nacional que o fundaram e pelos que a ele aderirem livremente, subscrevendo o Termo de Adesão, com direitos iguais de palavra, voto e mandato eletivo.

§ 1º Ao filiar-se, o Parlamentar compromete-se a observar este Estatuto.

§ 2º Qualquer membro pode desligar-se do Grupo Parlamentar mediante requerimento a ser protocolado junto à Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP).

**Art. 8º** São direitos e deveres dos membros plenos:

I – Dos direitos:

- a) votar e ser votado na composição da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo, na forma prevista neste Estatuto;
- b) intervir e votar nas reuniões do Grupo;
- c) propor a criação e participar de subgrupos e missões do Grupo Parlamentar;

II – Dos deveres:

- a) cumprir e fazer cumprir este Estatuto;
- b) acatar e cumprir as decisões plenárias e da Comissão Executiva;





SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

- c) comparecer e votar nas reuniões do Grupo e dos órgãos de que for integrante.

## SEÇÃO II

### DOS ÓRGÃOS

**Art. 9º** O Grupo Parlamentar terá os seguintes órgãos:

I – Comissão Executiva;

II – Conselho Consultivo.

§ 1º O Grupo Parlamentar poderá ser constituído por Senadores e Deputados, tanto da Comissão Executiva como do Conselho Consultivo, obedecendo, sempre que possível, a paridade de representantes de cada Casa Parlamentar.

§ 2º Após o início da Primeira e da Terceira Sessões Legislativas Ordinárias de cada Legislatura, os Membros do Grupo Parlamentar reunir-se-ão para eleger os membros da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo, sendo exigida a maioria de votos, com a presença da maioria dos membros em primeira chamada, ou com qualquer número, em segunda chamada.

§ 3º O mandato dos membros da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo será de dois anos, sendo permitida uma reeleição consecutiva.

§ 4º Se qualquer membro da Comissão Executiva ou do Conselho Consultivo deixar de fazer parte do respectivo órgão ou renunciar a sua permanência nele, proceder-se-á a escolha de seu sucessor, dentro de 5 (cinco) dias úteis, pela forma estabelecida no § 2º deste artigo, salvo se faltarem menos de cento e vinte dias para o término do mandato da Comissão ou do Conselho, caso em que os cargos serão preenchidos pelos Membros do Grupo Parlamentar, segundo o critério do parlamentar mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

*Plum*





SENADO FEDERAL  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

### SEÇÃO III

#### DA COMISSÃO EXECUTIVA

**Art. 10** A Comissão Executiva é o órgão dirigente do Grupo Parlamentar e será composta por:

- a) dois Presidentes de Honra;
- b) um Presidente;
- c) dois Vice-Presidentes;
- d) quatro secretários.

§ 1º A Comissão Executiva reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente, pela maioria absoluta de seus membros ou por, no mínimo, um terço dos membros do Grupo Parlamentar.

§ 2º A Comissão Executiva será instalada, em primeira convocação, com a maioria simples dos seus membros, ou, em segunda convocação, 20 (vinte) minutos após a primeira, com qualquer número de membros, sendo suas deliberações aprovadas por maioria dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos de empate.

§ 3º Os Presidentes de Honra são os Presidentes do Senado Federal e o da Câmara dos Deputados e a duração de seus mandatos coincidirá com a duração de seu tempo na presidência da respectiva Casa.

**Art. 11** Compete à Comissão Executiva:

- I – organizar o programa de atividades do Grupo Parlamentar;
- II – notificar ao Grupo Parlamentar fatos recentes da política externa bilateral;
- III – coligir trabalhos, estudos, pareceres e teses a serem apresentados às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a outras Comissões

*Plm*





SENADO FEDERAL  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

do Senado Federal e da Câmara dos Deputados ou em eventos nacionais ou internacionais;

IV – constituir delegação em missões diplomáticas ou autônomas do Congresso Nacional;

V – indicar observadores parlamentares, em missões nacionais ou internacionais;

VI – comunicar à Presidência das respectivas Casas do Congresso Nacional, para fins regimentais, os nomes dos integrantes de delegações ou dos observadores parlamentares;

VII – propor e homologar a admissão de novos membros;

VIII – propor e homologar a alteração do Estatuto;

IX – delegar ao Presidente, total ou parcialmente, suas competências;

X – divulgar os trabalhos do Grupo Parlamentar;

XI – resolver os casos omissos neste Estatuto.

**Art. 12** O Presidente da Comissão Executiva representa o Grupo Parlamentar, regula e fiscaliza os seus trabalhos.

§ 1º O Presidente, em suas ausências ou impedimentos, será substituído pelo Primeiro Vice-Presidente e, na ausência deste, pelo Segundo Vice-Presidente.

§ 2º Ausentes todos os membros da Comissão Executiva, a Presidência será exercida pelo parlamentar mais idoso do Grupo Parlamentar, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 3º O Presidente poderá delegar aos Vice-Presidentes competência que lhe seja própria.

**Art. 13** São atribuições do Presidente da Comissão Executiva:

*F. Silva*





## SENADO FEDERAL

## SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

- I – representar o Grupo em suas atividades;
- II – convocar e presidir as reuniões da Comissão Executiva;
- III – fazer cumprir as resoluções da Comissão Executiva;
- IV – manter a ordem e a solenidade necessárias nas reuniões do Grupo Parlamentar ou da Comissão Executiva;
- V – conceder a palavra aos membros que a solicitarem;
- VI – submeter à aprovação do Grupo Parlamentar a ata da reunião anterior;
- VII – submeter à discussão matérias de interesse do Grupo Parlamentar;
- VIII – dar conhecimento ao Grupo Parlamentar de todo expediente recebido e despachá-lo;
- IX – decidir as questões de ordem e as reclamações;
- X – votar, em caso de empate, nas reuniões da Comissão Executiva;
- XI – distribuir aos membros do Grupo Parlamentar e às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ambas as Casas Legislativas todas as informações recebidas sobre as relações bilaterais, de caráter oficial e não oficial, bem como os trabalhos apresentados pelos membros do Grupo Parlamentar ou de qualquer outra origem, recebidos a título de colaboração;
- XII – trabalhar em cooperação e coordenação com as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, apresentando-lhes as conclusões das discussões havidas no Grupo Parlamentar;
- XIII – acionar o Conselho Consultivo para procedimentos de sua competência;
- XIV – sugerir nomes para o Conselho Consultivo;

Assinatura manuscrita em azul, aparentemente do nome 'Raimundo'.





SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

XV – propor a indicação de parlamentares para participarem de viagens internacionais;

XVI – outras que decorrem da natureza de suas funções e prerrogativas.

Parágrafo único. Caso as informações de que trata o inciso XI do caput deste artigo sejam de caráter privado e sigiloso, deverão ser assim tratadas pelos membros do Grupo Parlamentar, bem como pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

**Art. 14** Os Secretários terão as designações de Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto, cabendo ao Primeiro superintender, com o auxílio dos demais, os serviços administrativos do Grupo Parlamentar.

Parágrafo único. Nas reuniões da Comissão Executiva, os Secretários substituir-se-ão conforme sua numeração ordinal, e assim substituirão o Presidente, na falta dos Vice-Presidentes.

**Art. 15** Compete à Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP) secretariar as reuniões e dar apoio administrativo ao grupo parlamentar, mantendo seu cadastro e o dos parlamentares que o integram.

## SEÇÃO IV

### DO CONSELHO CONSULTIVO

**Art. 16** O Conselho Consultivo é composto por um Presidente e um Vice-Presidente, escolhidos entre os membros do Grupo Parlamentar, pelos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ambas as Casas Parlamentares. Todos os conselheiros terão, igualmente, direito a voz e a voto no âmbito das decisões do Conselho Consultivo.

§ 1º O Conselho Consultivo não terá poder deliberativo.

Assinatura manuscrita em azul.





SENADO FEDERAL  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

§ 2º O Conselho Consultivo poderá levar à consideração do Grupo Parlamentar qualquer assunto de interesse bilateral, cabendo a seus membros avaliá-lo previamente à apreciação do Colegiado.

§ 3º O Conselho Consultivo será acionado pelo Presidente da Comissão Executiva, por sua iniciativa, ou por solicitação de qualquer membro do Grupo Parlamentar, a critério do Presidente, para fornecer opiniões, estudos, bem como outras informações de interesse do Grupo.

**Art. 17** Compete ao Conselho Consultivo:

I – auxiliar o Presidente na formulação de ações e políticas a serem executadas pelo Grupo ou sugeridas a órgãos públicos ou privados;

II – participar da promoção de programas, pesquisas, conferências, seminários e outras atividades de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, economia e financeira, indispensáveis à análise, encaminhamento e solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III – discutir as questões fundamentais relacionadas com o desenvolvimento sustentável, de forma abrangente e interdisciplinar;

IV – difundir novas ideias, resultantes do convívio, do confronto e da interação entre as diversas áreas de atividades;

V – exercer competências e cumprir as atribuições que lhe forem delegadas pela Comissão Executiva.

**CAPÍTULO IV**  
**DAS VIAGENS E MISSÕES INTERNACIONAIS**





SENADO FEDERAL  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Art. 18** As viagens e missões internacionais dos membros do Grupo Parlamentar deverão ser custeadas pelos parlamentares designados para integrar as respectivas missões no exterior, salvo missões oficiais autorizadas, ou por convites oficiais de governos ou entidades, na forma prevista no Regimento Interno de cada Casa.

Parágrafo único. Fica proibida a promessa de reciprocidade de custeamento de despesas e gastos a missões estrangeiras que visitem o Brasil.

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 19** Em caso de lacuna neste Estatuto, aplicam-se as disposições do Regimento Interno Comum do Congresso Nacional, do Regimento Interno do Senado Federal e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, nessa ordem.

**Art. 20** Serão eleitos para novo mandato os membros integrantes da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo na data da aprovação deste Estatuto.

**Art. 21** No fim de cada gestão, a documentação pertinente ao Grupo Parlamentar deverá ser repassada para o novo Presidente.

**Art. 22** Esse Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação.

Brasília-DF, 7 de junho de 2017.

Assinatura manuscrita em azul do Senador Fernando Collor.

**Senador FERNANDO COLLOR**  
Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

### Bahia

**Bloco-PSB** - Lídice da Mata\*  
**Bloco-PP** - Roberto Muniz\* (S)  
**Bloco-PSD** - Otto Alencar\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Eduardo Lopes\* (S)  
**Bloco-PT** - Lindbergh Farias\*  
**PODE** - Romário\*\*

### Maranhão

**PMDB** - Edison Lobão\*  
**PMDB** - João Alberto Souza\*  
**Bloco-PSB** - Roberto Rocha\*\*

### Pará

**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro\*  
**PMDB** - Jader Barbalho\*  
**Bloco-PT** - Paulo Rocha\*\*

### Pernambuco

**Bloco-PTB** - Armando Monteiro\*  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*  
**Bloco-PSB** - Fernando Bezerra Coelho\*\*

### São Paulo

**PMDB** - Airton Sandoval\* (S)  
**PMDB** - Marta Suplicy\*  
**Bloco-PSDB** - José Serra\*\*

### Minas Gerais

**Bloco-PSDB** - Aécio Neves\*  
**PMDB** - Zeze Perrella\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Antonio Anastasia\*\*

### Goiás

**Bloco-PSB** - Lúcia Vânia\*  
**Bloco-PP** - Wilder Morais\* (S)  
**Bloco-DEM** - Ronaldo Caiado\*\*

### Mato Grosso

**Bloco-PR** - Cidinho Santos\* (S)  
**Bloco-PSD** - José Medeiros\* (S)  
**Bloco-PR** - Wellington Fagundes\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PP** - Ana Amélia\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**Bloco-PSD** - Lasier Martins\*\*

### Ceará

**PMDB** - Eunício Oliveira\*  
**Bloco-PT** - José Pimentel\*  
**Bloco-PSDB** - Tasso Jereissati\*\*

### Paraíba

**Bloco-PSDB** - Cássio Cunha Lima\*  
**PMDB** - Raimundo Lira\* (S)  
**PMDB** - José Maranhão\*\*

### Espírito Santo

**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSDB** - Ricardo Ferraço\*  
**PMDB** - Rose de Freitas\*\*

### Piauí

**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*  
**Bloco-PT** - Regina Sousa\* (S)  
**PMDB** - Elmano Férrer\*\*

### Rio Grande do Norte

**PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Bloco-DEM** - José Agripino\*  
**Bloco-PT** - Fátima Bezerra\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-PSDB** - Dalirio Beber\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Paulo Bauer\*  
**PMDB** - Dário Berger\*\*

### Alagoas

**Bloco-PP** - Benedito de Lira\*  
**PMDB** - Renan Calheiros\*  
**Bloco-PTC** - Fernando Collor\*\*

### Sergipe

**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**Bloco-PSDB** - Eduardo Amorim\*  
**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*\*

### Mandatos

\*: Período 2011/2019    \*\*: Período 2015/2023

### Amazonas

**PMDB** - Eduardo Braga\*  
**Bloco-PCdoB** - Vanessa Grazziotin\*  
**Bloco-PSD** - Omar Aziz\*\*

### Paraná

**Bloco-PT** - Gleisi Hoffmann\*  
**PMDB** - Roberto Requião\*  
**PODE** - Alvaro Dias\*\*

### Acre

**Bloco-PT** - Jorge Viana\*  
**Bloco-PSD** - Sérgio Petecão\*  
**Bloco-PP** - Gladson Cameli\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PSC** - Pedro Chaves\* (S)  
**PMDB** - Waldemir Moka\*  
**PMDB** - Simone Tebet\*\*

### Distrito Federal

**Bloco-PPS** - Cristovam Buarque\*  
**PMDB** - Hélio José\* (S)  
**S/Partido** - Reguffe\*\*

### Rondônia

**Bloco-PP** - Ivo Cassol\*  
**PMDB** - Valdir Raupp\*  
**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*\*

### Tocantins

**Bloco-PSDB** - Ataídes Oliveira\* (S)  
**Bloco-PR** - Vicentinho Alves\*  
**PMDB** - Kátia Abreu\*\*

### Amapá

**Bloco-PSB** - João Capiberibe\*  
**Bloco-REDE** - Randolfe Rodrigues\*  
**Bloco-DEM** - Davi Alcolumbre\*\*

### Roraima

**Bloco-PDT** - Ângela Portela\*  
**PMDB** - Romero Jucá\*  
**Bloco-PTB** - Telmário Mota\*\*



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

### (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

#### PMDB - 22

|                       |    |
|-----------------------|----|
| Airton Sandoval       | SP |
| Dário Berger          | SC |
| Edison Lobão          | MA |
| Eduardo Braga         | AM |
| Elmano Férrer         | PI |
| Eunício Oliveira      | CE |
| Garibaldi Alves Filho | RN |
| Hélio José            | DF |
| Jader Barbalho        | PA |
| José Maranhão         | PB |
| João Alberto Souza    | MA |
| Kátia Abreu           | TO |
| Marta Suplicy         | SP |
| Raimundo Lira         | PB |
| Renan Calheiros       | AL |
| Roberto Requião       | PR |
| Romero Jucá           | RR |
| Rose de Freitas       | ES |
| Simone Tebet          | MS |
| Valdir Raupp          | RO |
| Waldemir Moka         | MS |
| Zeze Perrella         | MG |

#### Bloco Social Democrata - 15 PSDB-11 / DEM-4

|                      |           |
|----------------------|-----------|
| Aécio Neves          | PSDB / MG |
| Antonio Anastasia    | PSDB / MG |
| Ataídes Oliveira     | PSDB / TO |
| Cássio Cunha Lima    | PSDB / PB |
| Dalirio Beber        | PSDB / SC |
| Davi Alcolumbre      | DEM / AP  |
| Eduardo Amorim       | PSDB / SE |
| Flexa Ribeiro        | PSDB / PA |
| José Agripino        | DEM / RN  |
| José Serra           | PSDB / SP |
| Maria do Carmo Alves | DEM / SE  |
| Paulo Bauer          | PSDB / SC |
| Ricardo Ferraço      | PSDB / ES |
| Ronaldo Caiado       | DEM / GO  |
| Tasso Jereissati     | PSDB / CE |

#### Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 12 PP-7 / PSD-5

|                  |          |
|------------------|----------|
| Ana Amélia       | PP / RS  |
| Benedito de Lira | PP / AL  |
| Ciro Nogueira    | PP / PI  |
| Gladson Cameli   | PP / AC  |
| Ivo Cassol       | PP / RO  |
| José Medeiros    | PSD / MT |
| Lasier Martins   | PSD / RS |
| Omar Aziz        | PSD / AM |
| Otto Alencar     | PSD / BA |
| Roberto Muniz    | PP / BA  |
| Sérgio Petecão   | PSD / AC |
| Wilder Morais    | PP / GO  |

#### Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11 PT-9 / PDT-2

|                  |          |
|------------------|----------|
| Acir Gurgacz     | PDT / RO |
| Ângela Portela   | PDT / RR |
| Fátima Bezerra   | PT / RN  |
| Gleisi Hoffmann  | PT / PR  |
| Humberto Costa   | PT / PE  |
| Jorge Viana      | PT / AC  |
| José Pimentel    | PT / CE  |
| Lindbergh Farias | PT / RJ  |
| Paulo Paim       | PT / RS  |
| Paulo Rocha      | PT / PA  |
| Regina Sousa     | PT / PI  |

#### Bloco Moderador - 9 PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1 PTC-1

|                     |          |
|---------------------|----------|
| Armando Monteiro    | PTB / PE |
| Cidinho Santos      | PR / MT  |
| Eduardo Lopes       | PRB / RJ |
| Fernando Collor     | PTC / AL |
| Magno Malta         | PR / ES  |
| Pedro Chaves        | PSC / MS |
| Telmário Mota       | PTB / RR |
| Vicentinho Alves    | PR / TO  |
| Wellington Fagundes | PR / MT  |

#### Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9 PSB-6 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

|                          |            |
|--------------------------|------------|
| Antonio Carlos Valadares | PSB / SE   |
| Cristovam Buarque        | PPS / DF   |
| Fernando Bezerra Coelho  | PSB / PE   |
| João Capiberibe          | PSB / AP   |
| Lídice da Mata           | PSB / BA   |
| Lúcia Vânia              | PSB / GO   |
| Randolfê Rodrigues       | REDE / AP  |
| Roberto Rocha            | PSB / MA   |
| Vanessa Grazziotin       | PCdoB / AM |

#### PODE - 2

|             |    |
|-------------|----|
| Alvaro Dias | PR |
| Romário     | RJ |

#### S/Partido - 1

|         |    |
|---------|----|
| Reguffe | DF |
|---------|----|

|  |           |
|--|-----------|
| PMDB   | 22        |
| Bloco Social Democrata                       | 15        |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista    | 12        |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática | 11        |
| Bloco Moderador                              | 9         |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia    | 9         |
| PODE   | 2         |
| S/Partido                                    | 1         |
| <b>TOTAL</b>                                 | <b>81</b> |



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

|  |                                       |                                      |
|--|---------------------------------------|--------------------------------------|
| Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)            | Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)        | Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)            |
| Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)             | Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)      | Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)          |
| Airton Sandoval* (PMDB-SP)               | Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)        | Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)         |
| Alvaro Dias** (PODE-PR)                  | Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)        | Raimundo Lira* (PMDB-PB)             |
| Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)                | Hélio José* (PMDB-DF)                 | Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)  |
| Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)           | Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)         | Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)          |
| Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)      | Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)             | Reguffe** (S/Partido-DF)             |
| Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE) | Jader Barbalho* (PMDB-PA)             | Renan Calheiros* (PMDB-AL)           |
| Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)         | João Alberto Souza* (PMDB-MA)         | Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)     |
| Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)        | João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)       | Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)         |
| Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)          | Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)            | Roberto Requião* (PMDB-PR)           |
| Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)       | José Agripino* (Bloco-DEM-RN)         | Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)       |
| Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)            | José Maranhão** (PMDB-PB)             | Romário** (PODE-RJ)                  |
| Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)             | José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)         | Romero Jucá* (PMDB-RR)               |
| Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)        | José Pimentel* (Bloco-PT-CE)          | Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)      |
| Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)           | José Serra** (Bloco-PSDB-SP)          | Rose de Freitas** (PMDB-ES)          |
| Dário Berger** (PMDB-SC)                 | Kátia Abreu** (PMDB-TO)               | Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)       |
| Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)         | Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)       | Simone Tebet** (PMDB-MS)             |
| Edison Lobão* (PMDB-MA)                  | Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)        | Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)   |
| Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)          | Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)       | Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)       |
| Eduardo Braga* (PMDB-AM)                 | Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)           | Valdir Raupp* (PMDB-RO)              |
| Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)            | Magno Malta* (Bloco-PR-ES)            | Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM) |
| Elmano Férrer** (PMDB-PI)                | Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE) | Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)      |
| Eunício Oliveira* (PMDB-CE)              | Marta Suplicy* (PMDB-SP)              | Waldemir Moka* (PMDB-MS)             |
| Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)           | Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)            | Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)  |
| Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE) | Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)         | Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)         |
| Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)         | Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)          | Zeze Perrella* (PMDB-MG)             |

### Mandatos

\*: Período 2011/2019    \*\*: Período 2015/2023



**COMPOSIÇÃO**  
**COMISSÃO DIRETORA**

**PRESIDENTE**

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

**1º VICE-PRESIDENTE**

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

**2º VICE-PRESIDENTE**

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

**1º SECRETÁRIO**

José Pimentel - (PT-CE)

**2º SECRETÁRIO**

Gladson Cameli - (PP-AC)

**3º SECRETÁRIO**

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

**4º SECRETÁRIO**

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

**SUPLENTE DE SECRETÁRIO**

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



## COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

|  |  |  |
|--|--|--|
| <b>PMDB - 22</b><br><b>Líder</b><br><b>Raimundo Lira - PMDB</b>  | <b>Bloco Social Democrata<br/>(PSDB/DEM) - 15</b><br><b>Líder</b><br><b>Eduardo Amorim - PSDB</b> (69,105,140)<br>Vice-Líderes<br>Ricardo Ferraço (78,86,112)<br>Davi Alcolumbre (75,85,132)<br>Ataídes Oliveira (74)<br>.....<br><b>Líder do PSDB - 11</b><br><b>Paulo Bauer</b> (107)<br>Vice-Líder do PSDB<br>Ricardo Ferraço (78,86,112)<br><br><b>Líder do DEM - 4</b><br><b>Ronaldo Caiado</b> (106)<br>Vice-Líder do DEM<br>José Agripino (32,52)   | <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista<br/>(PP/PSD) - 12</b><br><b>Líder</b><br><b>Wilder Moraes - PP</b> (39,122,131)<br>Vice-Líderes<br>Benedito de Lira (99)<br>Otto Alencar (49)<br>.....<br><b>Líder do PP - 7</b><br><b>Benedito de Lira</b> (99)<br><br><b>Líder do PSD - 5</b><br><b>Omar Aziz</b> (45,100)<br>Vice-Líder do PSD<br>Lasier Martins (94,96,117)   |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência<br/>Democrática<br/>(PT/PDT) - 11</b><br><b>Líder</b><br><b>Lindbergh Farias - PT</b> (27,59,63,89,126,135,136)<br>Vice-Líderes<br>Acir Gurgacz (3,25,116)<br>Regina Sousa (35)<br>.....<br><b>Líder do PT - 9</b><br><b>Lindbergh Farias</b> (27,59,63,89,126,135,136)<br>Vice-Líder do PT<br>Paulo Rocha (31,41,55,60,127)<br><br><b>Líder do PDT - 2</b><br><b>Acir Gurgacz</b> (3,25,116)<br><b>Ângela Portela</b> (139) | <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia<br/>(PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 9</b><br><b>Líder</b><br><b>João Capiberibe - PSB</b> (1,11,114)<br>Vice-Líderes<br>Antonio Carlos Valadares (51,70)<br>Vanessa Grazziotin (17,21)<br>.....<br><b>Líder do PSB - 6</b><br><b>Fernando Bezerra Coelho</b> (102,134)<br>Vice-Líder do PSB<br>Roberto Rocha (37,54,111)<br><br><b>Líder do PPS - 1</b><br><b>Cristovam Buarque</b> (64)<br><br><b>Líder do PCdoB - 1</b><br><b>Vanessa Grazziotin</b> (17,21)<br><br><b>Líder do REDE - 1</b><br><b>Randolfe Rodrigues</b> (20,23,91) | <b>Bloco Moderador<br/>(PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9</b><br><b>Líder</b><br><b>Wellington Fagundes - PR</b> (42,46,108)<br>Vice-Líder<br>Telmário Mota (4,29,34,44,56,84,104,128)<br>.....<br><b>Líder do PTB - 2</b><br><b>Armando Monteiro</b> (97)<br><br><b>Líder do PR - 4</b><br><b>Vicentinho Alves</b> (103)<br>Vice-Líder do PR<br>Magno Malta (109)<br><br><b>Líder do PSC - 1</b><br><b>Pedro Chaves</b> (110)<br><br><b>Líder do PRB - 1</b><br><b>Eduardo Lopes</b> (81,95)<br><br><b>Líder do PTC - 1</b><br><b>Fernando Collor</b> (5,8,67,72) |
| <b>Governo</b><br><b>Líder</b><br><b>Romero Jucá - PMDB</b> (119)<br>Vice-Líderes<br>Fernando Bezerra Coelho (102,134)<br>José Medeiros (9,14,22,88,133)<br>Davi Alcolumbre (75,85,132)<br>Wilder Moraes (39,122,131)<br>Flexa Ribeiro (130)<br>Sérgio Petecão (10,129)  | <b>PODE - 2</b><br><b>Líder</b><br><b>Alvaro Dias - PODE</b> (16,66,138)<br>Vice-Líder<br>Romário (137)  | <b>Majoria</b><br><b>Líder</b><br><b>Raimundo Lira - PMDB</b>  |
| <b>Minoria</b><br><b>Líder</b><br><b>Humberto Costa - PT</b> (15,18,50,53,79,90,115)   |  |  |

**Notas:**

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEL).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
22. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
25. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
26. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
52. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
58. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
60. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
62. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



65. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
66. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
69. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
71. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
72. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
100. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
101. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 11/2017)
102. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
103. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
104. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
105. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
106. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
107. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
108. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
109. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
114. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
115. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
120. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 74/2017)
125. Em 24.03.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 2º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 74/2017)



126. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
128. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
129. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
134. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
135. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
136. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
137. Em 04.07.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).



## COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

**Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

**Número de membros:** 11

**PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO)  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PSC-MS)  
**RELATOR:** Senador José Maranhão (PMDB-PB)

**Designação:** 22/06/2016

**Leitura:** 13/07/2016

**Instalação:** 12/07/2016

### MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfê Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(1)</sup>

### CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

#### PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 ( Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 ( Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 ( Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 ( Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

**Notas:**

\*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

\*\* Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

\*\*\*. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes

**Telefone(s):** 61 - 3303 3514

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## 2) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA

**Finalidade:** Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

| TITULARES | SUPLENTEs |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|



### 3) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

**Finalidade:** Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO

**Instalação:** 08/11/2016

**Prazo final:** 22/12/2016

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2017

| TITULARES  | SUPLENTES |
|--|-----------|
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)</b>            |           |
| VAGO   | 1.        |
| VAGO   | 2. VAGO   |
| <b>Maioria (PMDB)</b>  |           |
| VAGO   | 1. VAGO   |
| VAGO   | 2. VAGO   |
| <b>Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)</b>                                |           |
| VAGO   | 1. VAGO   |
|  | 2.        |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b> |           |
| VAGO   | 1.        |
| <b>Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)</b>                          |           |
| VAGO   | 1. VAGO   |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>               |           |
| VAGO   | 1. VAGO   |

**Secretário(a):** Felipe Geraldês e Guilherme Brandão (Adjunto)

**Telefone(s):** 33034854

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



#### 4) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

**Finalidade:** Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

**Número de membros:** 4 titulares e 4 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Prazo final prorrogado:** 15/08/2017

| TITULARES   | SUPLENTES |
|---|-----------|
| Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) <sup>(1)</sup>         | 1.        |
| Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(1)</sup>          | 2.        |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(1)</sup> | 3.        |
| Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(1)</sup>     | 4.        |

**Notas:**

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



## 5) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

**Finalidade:** Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

**Número de membros:** 23

**PRESIDENTE:** José Antonio Dias Toffoli

**Instalação:** 07/07/2010

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2017

### MEMBROS

|                                       |
|---------------------------------------|
| Admar Gonzaga Neto                    |
| Arnaldo Versiani Leite Soares         |
| Carlos Caputo Bastos                  |
| Carlos Mário da Silva Velloso         |
| Edson de Resende Castro               |
| Fernando Neves da Silva               |
| Hamilton Carvalhido                   |
| Joelson Costa Dias                    |
| José Antonio Dias Toffoli             |
| José Eliton de Figuerêdo Júnior       |
| Luciana Müller Chaves                 |
| Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho |
| Márcio Silva                          |
| Marcus Vinicius Furtado Coelho        |
| Roberto Monteiro Gurgel Santos        |
| Raimundo Cezar Britto                 |
| Torquato Lorena Jardim                |
| Geraldo Agosti Filho                  |
| José Rollemberg Leite Neto            |
| Walter de Almeida Guilherme           |
| Roberto Carvalho Velloso              |
| Henrique Neves da Silva               |
| Ezikelly Silva Barros                 |

**Notas:**

\*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

\*\* Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

\*\*\*. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

\*\*\*\*. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

\*\*\*\*\*. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

\*\*\*\*\*. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

\*\*\*\*\*. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



\*\*\*\*\*. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.  
\*\*\*\*\*. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.  
\*\*\*\*\*. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.  
\*\*\*\*\*. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.  
\*\*\*\*\*. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.  
\*\*\*\*\*. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.  
\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

**Secretário(a):** Reinilson Prado

**Telefone(s):** 61 33033492

**Fax:** 61 33021176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## 6) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojatos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

**Número de membros:** 20

**PRESIDENTE:** Mauro Campbell Marques

**VICE-PRESIDENTE:** João Geraldo Piquet Carneiro

**RELATOR:** José Antonio Dias Toffoli

**Leitura:** 19/08/2015

**Instalação:** 02/09/2015

**Prazo final:** 11/04/2016

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2017

### MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

#### Notas:

\*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

\*\* O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

\*\*\* O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

\*\*\*\* O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

\*\*\*\*\* O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

\*\*\*\*\* O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

**Secretário(a):** Donaldo Portela Rodrigues

**Telefone(s):** 33033501

**E-mail:** coceti@senado.gov.br



## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 1)CPI DA PREVIDÊNCIA

**Finalidade:** Destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos.

Requerimento nº 161, de 2017

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(6)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(6)</sup>

**RELATOR:** Senador Hélio José (PMDB-DF) <sup>(6)</sup>

**Leitura:** 21/03/2017

**Instalação:** 26/04/2017

**Prazo final:** 08/09/2017

| TITULARES  | SUPLENTE  |
|--|---|
| <b>PMDB</b>  |   |
| Senadora Rose de Freitas (ES) <sup>(5)</sup>                             | 1. Senador Dário Berger (SC) <sup>(5)</sup>                 |
| Senador Hélio José (DF) <sup>(5)</sup>                                   |   |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)</b>            |   |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3)</sup>                                | 1. Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(3)</sup>             |
| <b>Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)</b>                                |   |
| VAGO <sup>(2,7)</sup>  | 1.  |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>               |   |
| Senador Lasier Martins (PSD-RS)  | 1. Senador José Medeiros (PSD-MT)                           |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b> |   |
| Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(1)</sup>                          | 1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(1)</sup> |
| <b>Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)</b>                          |   |
| Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(4)</sup>                            |   |

**Notas:**

1. Em 19.04.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Antônio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 039/2017-BLSDEM).
2. Em 19.04.2017, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 112/2017-GLPSDB).
3. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular; e o Senador José Pimentel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 052/2017).
4. Em 25.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 056/2017-BLOMOD).
5. Em 25.04.2017, os Senadores Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 104/2017-GLPMDDB).
6. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Hélio José, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIPREV).
7. Em 2.05.2017, o Senador Ataídes de Oliveira deixou de integrar, como titular, o colegiado (Of. 127/2017-GLPSDB).

**Secretário(a):** Felipe Geraldês - Adjunto Marcelo Assaife

**Telefone(s):** 61 33034854

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## 2)CPI DOS MAUS-TRATOS

**Finalidade:** Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 25/04/2017

| TITULARES  | SUPLENTES                                 |
|--|---|
| <b>PMDB</b>  |   |
|  | 1.  |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)</b>            |   |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA)  | 1. Senador Humberto Costa (PT-PE)         |
| <b>Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)</b>                                |   |
| Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)   | 1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)        |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>               |   |
| Senadora Ana Amélia (PP-RS)  | 1. Senador José Medeiros (PSD-MT)         |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b> |   |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)   | 1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) |
| <b>Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)</b>                          |   |
| Senador Magno Malta (PR-ES)  |   |



### 3)CPI DO BNDES

**Finalidade:** Investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997.

(Requerimento nº 375, de 2017)

**Número de membros:** 13 titulares e 8 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(2)</sup>

**Leitura:** 25/05/2017

**Instalação:** 02/08/2017

**Prazo final:** 08/02/2018

| TITULARES  | SUPLENTES                                      |
|--|--|
| <b>PMDB</b>  |  |
| Senador Airton Sandoval (SP) <sup>(3)</sup>                              | 1. Senador Zeze Perrella (MG) <sup>(3,6)</sup> |
| Senador Elmano Férrer (PI) <sup>(3)</sup>                                | 2. Senador Romero Jucá (RR) <sup>(3)</sup>     |
| Senador João Alberto Souza (MA) <sup>(3)</sup>                           |  |
| <b>Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)</b>                                |  |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)  | 1. VAGO <sup>(5)</sup>                         |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)  | 2.   |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(1,5)</sup>                        |  |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>               |  |
| Senador Ivo Cassol (PP-RO)   | 1. Senador Gladson Cameli (PP-AC)              |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)  |  |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)</b>            |  |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(4)</sup>                             | 1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4)</sup>  |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(4)</sup>                          |  |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b> |  |
| Senador Roberto Rocha (PSB-MA)   | 1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)      |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)                                     |  |
| <b>Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)</b>                          |  |
| Senador Pedro Chaves (PSC-MS)  | 1. Senador Cidinho Santos (PR-MT)              |

**Notas:**

- Em 13.06.2017, o Senador Dalírio Beber deixa de compor o colegiado, como titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 160/2017-GLPSDB)
- Em 02.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão e Roberto Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIBNDES).
- Em 02.08.2017, são designados os Senadores Airton Sandoval, Elmano Férrer e João Alberto Souza, como titulares, e os Senadores Waldemir Moka e Romero Jucá, como suplentes, para compor o colegiado, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 133/2017-GLPMDB)
- Em 02.08.2017, são designados os Senadores Acir Gurgacz e Lindbergh Farias, como titulares, e o Senador Paulo Rocha, como suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 89/2017-GLBPRD)
- Em 02.08.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 27/2017-GLDEM).
- Em 02.08.2017, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Of. 156/2017-GLPMDB)

**Secretário(a):** Donaldo Portela / Leandro Bueno

**Telefone(s):** 3303-3511

**E-mail:** coceti@senado.gov.br



## COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) <sup>(7)</sup>

| TITULARES  | Suplentes   |
|--|---|
| <b>PMDB</b>  |   |
| Senadora Kátia Abreu <sup>(6)</sup>  | 1. Senador Eduardo Braga <sup>(6,9)</sup>                 |
| Senador Roberto Requião <sup>(6,9)</sup>                                   | 2. Senador Romero Jucá <sup>(6)</sup>                     |
| Senador Garibaldi Alves Filho <sup>(6)</sup>                               | 3. Senador Elmano Férrer <sup>(6)</sup>                   |
| Senador Raimundo Lira <sup>(6)</sup>                                       | 4. Senador Waldemir Moka <sup>(6)</sup>                   |
| Senadora Simone Tebet <sup>(6)</sup>                                       | 5.  |
| Senador Valdir Raupp <sup>(6)</sup>  | 6.  |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |   |
| Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>                            | 1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(1)</sup>        |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>                              | 2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>         |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(1)</sup>                                 | 3. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>              |
| Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(1)</sup>                               | 4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>           |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>                            | 5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>             |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1,14,16)</sup>                         | 6. Senador Randolfê Rodrigues (REDE-AP) <sup>(1,13)</sup> |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>                                |   |
| Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(3)</sup>                          | 1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(3)</sup>      |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(3)</sup>                           | 2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(3)</sup>         |
| Senador José Serra (PSDB-SP) <sup>(3)</sup>                                | 3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(3)</sup>         |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(6)</sup>                             | 4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(6)</sup>        |
| Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(6)</sup>                              | 5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(6)</sup>  |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>               |   |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>                               | 1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>         |
| Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>                                  | 2. Senador José Medeiros (PSD-MT) <sup>(2)</sup>          |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(2)</sup>                               | 3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(2)</sup>        |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |   |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) <sup>(4)</sup>                    | 1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(4)</sup>          |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(4,10)</sup>                         | 2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(4)</sup>      |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(4)</sup>                      | 3. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(8,10)</sup>        |
| <b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>                          |   |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>                         | 1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(5)</sup>           |
| Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(5)</sup>                           | 2. VAGO <sup>(5,11,12)</sup>                              |
| Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(5,15)</sup>                           | 3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(5)</sup>          |

**Notas:**

\*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).



2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores AtaiDES Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Cristovam Buarque, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 4/2017-BLSDEM).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
8. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
9. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDDB).
10. Em 24.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à senadora Lúcia Vânia, que passou a ocupar a vaga como suplente (Memo. nº 35/2017-BLSDEM).
11. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
12. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
13. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
14. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
15. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
16. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Reuniões:** Terças-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



### **1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva  
**Telefone(s):** 61 33033516  
**E-mail:** cae@senado.leg.br



## 1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Instalação:** 16/09/2015

| TITULARES  | SUPLENTES |
|--|-----------|
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |           |
| VAGO   | 1. VAGO   |
| <b>Maioria (PMDB)</b>  |           |
| VAGO   | 1. VAGO   |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>                                |           |
| VAGO   | 1.        |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |           |
| VAGO   | 1. VAGO   |
| <b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>                          |           |
| VAGO   | 1.        |

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Telefone(s):** 61 33033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



### **1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Telefone(s):** 61 33033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



#### **1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva  
**Telefone(s):** 61 33033516



## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(13)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(13)</sup>

| TITULARES  | Suplentes  |
|--|--|
| <b>PMDB</b>  |  |
| Senador Hélio José <sup>(8)</sup>  | 1. Senador Garibaldi Alves Filho <sup>(8)</sup>          |
| Senador Waldemir Moka <sup>(8,11)</sup>                                    | 2. Senador Valdir Raupp <sup>(8)</sup>                   |
| Senadora Marta Suplicy <sup>(8)</sup>                                      | 3. Senador Romero Jucá <sup>(8)</sup>                    |
| Senador Elmano Férrer <sup>(8,14)</sup>                                    | 4. Senador Edison Lobão <sup>(8)</sup>                   |
| Senador Aírton Sandoval <sup>(8,12)</sup>                                  | 5. Senadora Rose de Freitas <sup>(14)</sup>              |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |  |
| Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(1)</sup>                            | 1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>        |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>                              | 2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>       |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>                                  | 3. Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(1)</sup>          |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>                                 | 4. Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(1)</sup>            |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>                               | 5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(2)</sup>       |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>                                |  |
| Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(6)</sup>                             | 1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(6)</sup>        |
| Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) <sup>(6)</sup>                            | 2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(6)</sup>      |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(9)</sup>                             | 3. Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(9)</sup>         |
| Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(9)</sup>                      | 4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(9)</sup>       |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>               |  |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(3)</sup>                             | 1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(3)</sup>          |
| Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(3,15,16)</sup>                           | 2. Senador Wilder Morais (PP-GO) <sup>(10)</sup>         |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |  |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(4)</sup>                            | 1. Senador Romário (PODE-RJ) <sup>(4)</sup>              |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(5)</sup>                        | 2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(4)</sup> |
| <b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>                          |  |
| Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(7)</sup>                              | 1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(7)</sup>      |
| Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(7)</sup>                            | 2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(7)</sup>         |

### Notas:

\*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).

8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).

**Secretário(a):** Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33034608

**E-mail:** cas@senado.gov.br



### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Edison Lobão (PMDB-MA) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(8)</sup>

| TITULARES  | Suplentes   |
|--|---|
| <b>Maioria (PMDB)</b>  |   |
| Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) <sup>(1)</sup>                            | 1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) <sup>(1)</sup>         |
| Senador Edison Lobão (PMDB-MA) <sup>(1)</sup>                              | 2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) <sup>(1)</sup>             |
| Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) <sup>(1)</sup>                             | 3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) <sup>(1)</sup>         |
| Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) <sup>(1)</sup>                             | 4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) <sup>(1)</sup>   |
| Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(1)</sup>                              | 5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(1)</sup>           |
| Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(1)</sup>                            | 6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) <sup>(1)</sup>        |
| Senador José Maranhão (PMDB-PB) <sup>(1)</sup>                             | 7. Senador Hélio José (PMDB-DF) <sup>(1)</sup>              |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |   |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(6)</sup>                                 | 1. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(6,19)</sup>         |
| Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(6)</sup>                               | 2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(6,17,18)</sup>    |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(6)</sup>                             | 3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(6,11,13,19)</sup>    |
| Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(6,17)</sup>                         | 4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(6)</sup>               |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(6)</sup>                                  | 5. VAGO <sup>(6,19,22)</sup>                                |
| Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(6,22)</sup>                         | 6. VAGO <sup>(6)</sup>                                      |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>                                |   |
| Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(3,21)</sup>                            | 1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(3,12)</sup>      |
| Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(3)</sup>                         | 2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) <sup>(3)</sup>       |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(3,15,23,24,25,26)</sup>              | 3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) <sup>(3)</sup>          |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(9)</sup>                             | 4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(9)</sup>          |
| Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(9)</sup>                      | 5. Senador José Serra (PSDB-SP) <sup>(20,23,24,25,26)</sup> |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>               |   |
| Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(5)</sup>                             | 1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(5)</sup>                |
| Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(5)</sup>                            | 2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(5,14)</sup>            |
| Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(5)</sup>                               | 3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(5)</sup>           |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |   |
| Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(4)</sup>                   | 1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(4)</sup>          |
| Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(4)</sup>                              | 2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(4)</sup>          |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(4)</sup>                        | 3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(4)</sup>    |
| <b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>                          |   |
| Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(2)</sup>                           | 1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(2,16)</sup>         |
| Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(2,10)</sup>                           | 2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(2,10)</sup>       |
| Senador Magno Malta (PR-ES) <sup>(2)</sup>                                 | 3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) <sup>(2)</sup>          |

**Notas:**

\*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloisio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfê Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lidice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** ccj@senado.gov.br



### **3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 61-3303-3972

**Fax:** 61-3303-4315

**E-mail:** scomcej@senado.gov.br



### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br



#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

| TITULARES  | Suplentes                                   |
|--|---|
| <b>PMDB</b>  |   |
| Senadora Rose de Freitas (7,12)  | 1. Senador Valdir Raupp (7)                 |
| Senador Dário Berger (7)   | 2. Senador Hélio José (7)                   |
| Senadora Marta Suplicy (7)   | 3.  |
| Senador José Maranhão (7)  | 4.  |
| Senador Raimundo Lira (7)  | 5.  |
| Senador João Alberto Souza (7)   | 6.  |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |   |
| Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)                                       | 1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)     |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)  | 2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)       |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)                                       | 3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)          |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)   | 4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)        |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)  | 5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)          |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)  | 6.  |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>                                |   |
| Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)                                    | 1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)     |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)  | 2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)      |
| VAGO (1,9)   | 3.  |
| Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)                                 | 4.  |
| Senador José Agripino (DEM-RN) (6)   | 5.  |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>               |   |
| Senador José Medeiros (PSD-MT) (5)   | 1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)      |
| Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)  | 2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)          |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)  | 3.  |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |   |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)                                     | 1. Senador Romário (PODE-RJ) (2)            |
| Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)  | 2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2) |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)                                       | 3.  |
| <b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>                          |   |
| Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (3)  | 1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)          |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)                                  | 2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (3)     |
| Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)   | 3. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (8,10,11) |

**Notas:**

\*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura  
**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas -  
**Telefone(s):** 61 33033498  
**E-mail:** ce@senado.leg.br



#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)**

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Telefone(s):** 61 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Finalidade:** Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Willy da Cruz Souza

**Telefone(s):** 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS**

**Finalidade:** Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

**(Requerimento 811, de 2001)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Willy da Cruz Souza

**Telefone(s):** 61 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



## 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(13)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(19)</sup>

| TITULARES  | Suplentes  |
|--|--|
| <b>PMDB</b>  |  |
| Senador Hélio José <sup>(11)</sup>   | 1. Senador Aírton Sandoval <sup>(11,14)</sup>            |
| Senador Renan Calheiros <sup>(11)</sup>                                    | 2. Senador Dário Berger <sup>(11)</sup>                  |
| Senador João Alberto Souza <sup>(11)</sup>                                 | 3.   |
| Senador Valdir Raupp <sup>(11,14)</sup>                                    | 4.   |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |  |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(1)</sup>                                 | 1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(1)</sup>       |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>                            | 2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>       |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>                                 | 3. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>         |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>                               | 4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>          |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>                                |  |
| Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(5)</sup>                          | 1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(5)</sup>        |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(5)</sup>                             | 2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(7,9)</sup>      |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(7,9)</sup>                          | 3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(8)</sup>      |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>               |  |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>                             | 1. Senador José Medeiros (PSD-MT) <sup>(2)</sup>         |
| Senador Roberto Muniz (PP-BA) <sup>(2,10)</sup>                            | 2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(2)</sup>       |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |  |
| Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(3)</sup>                            | 1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(3)</sup> |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(4)</sup>                          | 2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(3)</sup>         |
| <b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>                          |  |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(6,15)</sup>                      | 1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(6,17,18)</sup>   |
| Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(6)</sup>                              | 2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(6,12,16)</sup>    |

### Notas:

\*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

- Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).
- Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).
- Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador(Of. nº 37/2017-BLOMOD).
13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:30min -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Regina Sousa (PT-PI)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

| TITULARES  | Suplentes                                    |
|--|--|
| <b>PMDB</b>  |  |
| VAGO (6,10)  | 1. Senador Valdir Raupp (6)                  |
| Senadora Marta Suplicy (6)   | 2.   |
| Senador Hélio José (6)   | 3.   |
| VAGO (6,9)   | 4.   |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |  |
| Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)                                       | 1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)      |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)  | 2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)      |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)   | 3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)           |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)  | 4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)         |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>                                |  |
| VAGO (1,8)   | 1.   |
| VAGO (1,11)  | 2.   |
| VAGO (1,12)  | 3.   |
| VAGO (7,14)  | 4.   |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>               |  |
| Senador José Medeiros (PSD-MT) (3)   | 1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)       |
|  | 2.   |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |  |
| Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)                                       | 1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (16) |
| Senador Romário (PODE-RJ) (2)  | 2.   |
| <b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>                          |  |
| Senador Magno Malta (PR-ES) (5)  | 1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)        |
| Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)                                   | 2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)   |

### Notas:

\* O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. n° 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. n° 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. n° 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. n° 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. n° 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. n° 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. n° 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. n° 103/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



### **6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



## **6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO**

**Finalidade:** Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



### 6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

**Finalidade:** Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES  | SUPLENTES |
|--|-----------|
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |           |
| VAGO   | 1. VAGO   |
| VAGO   | 2. VAGO   |
| <b>Maioria (PMDB)</b>  |           |
| VAGO   | 1. VAGO   |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>                                |           |
| VAGO   | 1. VAGO   |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |           |
| VAGO   | 1. VAGO   |

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL) <sup>(9)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(9)</sup>

| TITULARES  | Suplentes  |
|--|--|
| <b>PMDB</b>  |  |
| Senador Edison Lobão <sup>(7)</sup>  | 1. Senador Renan Calheiros <sup>(7,13)</sup>             |
| Senador João Alberto Souza <sup>(7)</sup>                                  | 2. Senador Valdir Raupp <sup>(7)</sup>                   |
| Senador Roberto Requião <sup>(7,13)</sup>                                  | 3. Senador Hélio José <sup>(7)</sup>                     |
| Senador Romero Jucá <sup>(7)</sup>   | 4.   |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |  |
| Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(5)</sup>                            | 1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(5)</sup>        |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(5,16)</sup>                            | 2. Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(5)</sup>          |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(5)</sup>                                 | 3. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(5)</sup>             |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(5)</sup>                            | 4. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(5,16)</sup>      |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>                                |  |
| Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(2)</sup>                         | 1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) <sup>(2)</sup>    |
| Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(2)</sup>                               | 2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(8)</sup>        |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(2,12)</sup>                        | 3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(11)</sup>       |
| Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(8)</sup>                              | 4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(12)</sup>    |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>               |  |
| Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(6)</sup>                             | 1. Senador José Medeiros (PSD-MT) <sup>(6)</sup>         |
| Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(6)</sup>                                 | 2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(6)</sup>         |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |  |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(4)</sup>                          | 1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(4)</sup> |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) <sup>(4)</sup>                    | 2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(1)</sup>   |
| <b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>                          |  |
| Senador Fernando Collor (PTC-AL) <sup>(3)</sup>                            | 1. VAGO <sup>(3,10,14,15)</sup>                          |
| Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(3)</sup>                               | 2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(3)</sup>      |

### Notas:

\*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. n° 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. n° 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. n° 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. n° 29/2017-BLOMOD).

11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. n° 106/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).

**Secretário(a):** Alvaro Araujo Souza  
**Reuniões:** Quintas-Feiras 9:00 horas -  
**Telefone(s):** 61 3303-3496  
**E-mail:** cre@senado.leg.br



## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

| TITULARES  | Suplentes   |
|--|---|
| <b>PMDB</b>  |   |
| Senador Renan Calheiros <sup>(7)</sup>                                     | 1. Senador Hélio José <sup>(7)</sup>                        |
| Senador Eduardo Braga <sup>(7)</sup>                                       | 2. Senadora Kátia Abreu <sup>(7,9,10)</sup>                 |
| Senador Romero Jucá <sup>(7)</sup>   | 3. Senadora Rose de Freitas <sup>(7)</sup>                  |
| Senador Elmano Férrer <sup>(7)</sup>                                       | 4. Senador Jader Barbalho <sup>(7)</sup>                    |
| Senador Raimundo Lira <sup>(7)</sup>                                       | 5. Senador Valdir Raupp <sup>(10)</sup>                     |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |   |
| Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(3)</sup>                            | 1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(3)</sup>           |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(3)</sup>                                 | 2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(3)</sup>          |
| Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(3)</sup>                               | 3. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(3)</sup>            |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(3)</sup>                                 | 4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(3)</sup>          |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(3)</sup>                               | 5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(3)</sup>             |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>                                |   |
| Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(2)</sup>                          | 1. Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(6)</sup>            |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(2,8,11)</sup>                      | 2.  |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(2)</sup>                             | 3.  |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(6)</sup>                             | 4.  |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>               |   |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(4)</sup>                               | 1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(4)</sup>           |
| Senador Wilder Morais (PP-GO) <sup>(4)</sup>                               | 2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(4)</sup>                |
| Senador Roberto Muniz (PP-BA) <sup>(4)</sup>                               | 3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(4)</sup>            |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |   |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(1)</sup>                      | 1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(1)</sup> |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) <sup>(1)</sup>                    | 2.  |
|  | 3.  |
| <b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>                          |   |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>                         | 1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(5)</sup>         |
| Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(5)</sup>                            | 2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(5,12,13)</sup>      |
| Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(5)</sup>                               | 3. Senador Magno Malta (PR-ES) <sup>(5)</sup>               |

### Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Morais e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Morais

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



## **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Morais

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



## **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286



### **8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Morais

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



## **8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Designação:** 20/05/2015

**Instalação:** 10/06/2015

**Notas:**

\* Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(9)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(13)</sup>

| TITULARES  | Suplentes   |
|--|---|
| <b>PMDB</b>  |   |
| Senador Hélio José <sup>(8,14)</sup>                                       | 1. Senador Romero Jucá <sup>(8)</sup>                 |
| Senador Elmano Férrer <sup>(8)</sup>                                       | 2. Senadora Simone Tebet <sup>(8,14)</sup>            |
| Senador Waldemir Moka <sup>(8,10)</sup>                                    | 3. Senador Valdir Raupp <sup>(8)</sup>                |
| Senador João Alberto Souza <sup>(8)</sup>                                  | 4. Senador Dário Berger <sup>(8)</sup>                |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |   |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4,12)</sup>                           | 1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(4,12)</sup> |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(4)</sup>                             | 2. Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(4)</sup>         |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4)</sup>                                 | 3. Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(4)</sup>       |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(4)</sup>                               | 4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(4)</sup>       |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>                                |   |
| Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(5)</sup>                          | 1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(5)</sup>     |
| VAGO <sup>(5,11)</sup>   | 2. VAGO <sup>(7,15)</sup>                             |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(7,15)</sup>                         | 3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(11)</sup> |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>               |   |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(3)</sup>                             | 1. Senador José Medeiros (PSD-MT) <sup>(3)</sup>      |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(3)</sup>                               | 2.  |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |   |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(1)</sup>                            | 1.  |
| Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(2)</sup>                   | 2.  |
| <b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>                          |   |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(6)</sup>                         | 1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(6)</sup>   |
| VAGO <sup>(6,16)</sup>   | 2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(6)</sup>      |

### Notas:

- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDDB).

15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).

16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 8:30min -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** cdr@senado.gov.br



## **9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627



## **9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho  
**Telefone(s):** 3303-4282  
**Fax:** 3303-1627



### **9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627



## 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(8)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(8)</sup>

| TITULARES  | Suplentes  |
|--|--|
| <b>PMDB</b>  |  |
| Senador Waldemir Moka <sup>(6)</sup>                                       | 1. Senadora Rose de Freitas <sup>(6)</sup>             |
| Senador Elmano Férrer <sup>(6)</sup>                                       | 2. Senador Romero Jucá <sup>(6)</sup>                  |
| Senador Valdir Raupp <sup>(6)</sup>  | 3.   |
| Senador Dário Berger <sup>(6)</sup>  | 4.   |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |  |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>                             | 1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(1)</sup>     |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>                                 | 2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>     |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>                               | 3. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>       |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>                               | 4. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>           |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>                                |  |
| Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(4)</sup>                             | 1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(4)</sup>      |
| Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) <sup>(4)</sup>                            | 2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(7)</sup>     |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(7)</sup>                             | 3.   |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>               |  |
| Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(3)</sup>                             | 1. Senador José Medeiros (PSD-MT) <sup>(3)</sup>       |
| Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(3)</sup>                                  | 2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(3)</sup>          |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |  |
| Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(2)</sup>                               | 1.   |
| VAGO <sup>(2,9)</sup>  | 2.   |
| <b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>                          |  |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>                         | 1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(5,10,11)</sup> |
| Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(5)</sup>                              | 2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(5)</sup>        |

### Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº 011/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº 018/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº 028/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
- Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).



**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -  
**Telefone(s):** 3303 3506  
**Fax:** 3303 1017  
**E-mail:** cra@senado.gov.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



### **10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**

**Finalidade:** REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3311-3506/3321

**Fax:** 3311-1017

**E-mail:** scomcra@senado.gov.br



## 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

| TITULARES  | Suplentes   |
|--|---|
| <b>PMDB</b>  |   |
| Senador Waldemir Moka <sup>(8)</sup>                                       | 1. Senador Airton Sandoval <sup>(10)</sup>            |
| VAGO <sup>(8,12)</sup>   | 2. Senador Hélio José <sup>(11)</sup>                 |
| Senador Valdir Raupp <sup>(8)</sup>  | 3. Senador Dário Berger <sup>(16)</sup>               |
| Senador João Alberto Souza <sup>(8)</sup>                                  | 4.  |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |   |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1,15)</sup>                              | 1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>    |
| VAGO <sup>(1,14)</sup>   | 2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>    |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(1)</sup>                                 | 3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(1,15)</sup> |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>                               | 4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>       |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>                                |   |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(4)</sup>                             | 1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(7)</sup>    |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(4)</sup>                           | 2.  |
| Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(7)</sup>                              | 3.  |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>               |   |
| Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>                                  | 1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(2)</sup>      |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>                               | 2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(2)</sup>          |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |   |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(9)</sup>                        | 1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(3)</sup>    |
|  | 2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(6)</sup>  |
| <b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>                          |   |
| VAGO <sup>(5,13)</sup>   | 1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(5)</sup>       |
| Senador Magno Malta (PR-ES) <sup>(5)</sup>                                 | 2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(5)</sup>      |

**Notas:**

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
7. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
9. Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
10. Em 15.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
11. Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
12. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).

15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).

16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).

**Secretário(a):** Mariana de Abreu Cobra Lima

**Reuniões:** Quartas-Feiras 8:30 min -

**Telefone(s):** 61 33031120

**E-mail:** cct@senado.gov.br



## **11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

**Finalidade:** Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Mariana de Abreu Cobra Lima

**Reuniões:** Quartas-Feiras 8:30 min -

**Telefone(s):** 61 33031120

**E-mail:** cct@senado.gov.br



**12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PMDB-DF) <sup>(8)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(8)</sup>**RELATOR:** VAGO

| TITULARES  | Suplentes  |
|--|--|
| <b>PMDB</b>  |  |
| Senador Valdir Raupp <sup>(3)</sup>  | 1. Senadora Kátia Abreu <sup>(6)</sup>                   |
| Senador Hélio José <sup>(3)</sup>  | 2.   |
| Senador João Alberto Souza <sup>(3,6,9)</sup>                              | 3.   |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |  |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>                             | 1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>       |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>                            | 2. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>         |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>                                  | 3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>            |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>                                |  |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(4)</sup>                            | 1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(4)</sup> |
| Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(7)</sup>                             | 2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(7)</sup>        |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>               |  |
| Senador Roberto Muniz (PP-BA) <sup>(11)</sup>                              | 1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(11)</sup>         |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |  |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(2)</sup>                          | 1.   |
| <b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>                          |  |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>                         | 1. VAGO <sup>(5,10)</sup>                                |

**Notas:**

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
- Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
- Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
- Em 04.04.2017, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
- Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
- Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

### 13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(12)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) <sup>(12)</sup>

| TITULARES  | Suplentes  |
|--|--|
| <b>PMDB</b>  |  |
| Senador Renan Calheiros <sup>(10)</sup>                                    | 1.   |
| Senador Airton Sandoval <sup>(10)</sup>                                    | 2.   |
| Senador Dário Berger <sup>(10)</sup>                                       | 3.   |
| Senador Romero Jucá <sup>(10)</sup>  | 4.   |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |  |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(4)</sup>                             | 1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(4)</sup>       |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>                                  | 2. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>         |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(4)</sup>                               | 3. Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(4)</sup>            |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(4)</sup>                               | 4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(11)</sup>      |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>                                |  |
| Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(5)</sup>                          | 1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(6)</sup> |
| Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(5)</sup>                             | 2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(7)</sup>        |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(6)</sup>                            | 3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(7)</sup>      |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>               |  |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(9)</sup>                             | 1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(17)</sup>           |
| Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(9)</sup>                              | 2. Senador Wilder Morais (PP-GO) <sup>(17)</sup>         |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |  |
| Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(1)</sup>                            | 1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3)</sup>   |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(2,13)</sup>                   | 2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(3)</sup>     |
| <b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>                          |  |
| Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(8,15,16)</sup>                        | 1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(16)</sup>        |
| Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(8,14)</sup>                        | 2.   |

**Notas:**

\*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Morais foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).

**Secretário(a):** Oscar Pener do Carmo Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 11:30min -

**Telefone(s):** 61 33033519

**E-mail:** [ctfc@senado.leg.br](mailto:ctfc@senado.leg.br)



|                           |
|---------------------------|
| <b>CONSELHOS e ÓRGÃOS</b> |
|---------------------------|

### 1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

| SENADORES                      | CARGO                 |
|--------------------------------|-----------------------|
| Senador Roberto Rocha (PSB-MA) | CORREGEDOR            |
|                                | CORREGEDOR SUBSTITUTO |
|                                | CORREGEDOR SUBSTITUTO |
|                                | CORREGEDOR SUBSTITUTO |

**Atualização:** 03/02/2017

**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

#### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br



## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(8)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(8)</sup>

1ª Eleição Geral: 19/04/1995      7ª Eleição Geral: 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999      8ª Eleição Geral: 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001      9ª Eleição Geral: 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003      10ª Eleição Geral: 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005      11ª Eleição Geral: 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

| TITULARES  | SUPLENTES   |
|--|---|
| <b>PMDB</b>  |   |
| Senador Airton Sandoval (SP)   | 1. Senador Jader Barbalho (PA)                            |
| Senador João Alberto Souza (MA)  | 2. Senador Eduardo Braga (AM)                             |
| Senador Romero Jucá (RR)   | 3. VAGO <sup>(17)</sup>                                   |
| Senador Hélio José (DF) <sup>(18)</sup>                                    | 4. (1)  |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>                                |   |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)   | 1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) <sup>(16)</sup>    |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)  | 2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)                     |
| Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)   | 3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)                          |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>               |   |
| Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(2,3,11,14)</sup>                      | 1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4,5,15)</sup>    |
| Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(2,3)</sup>                           | 2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(4,5)</sup>         |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |   |
| Senador José Pimentel (PT-CE)  | 1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)                          |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)  | 2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(6)</sup>        |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |   |
| Senador João Capiberibe (PSB-AP)   | 1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(9)</sup>    |
| Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)                                  | 2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(10)</sup> |
| <b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>                          |   |
| Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(12,13)</sup>                          | 1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(7,19)</sup>       |
| Senador Pedro Chaves (PSC-MS)  | 2.  |

Atualização: 07/06/2017

### Notas:

- O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
- O Senador Randolfe Rodrigues foi eleito membro suplente do Conselho, conforme MEMO nº 049/2017-BLSDEM, subscrito pelo Líder do Bloco Socialismo e Democracia, Senador João Capiberibe, datado de 07.06.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
- A Senadora Vanessa Grazziotin foi eleita membro suplente do Conselho, conforme MEMO nº 049/2017-BLSDEM, subscrito pelo Líder do Bloco Socialismo e Democracia, Senador João Capiberibe, datado de 07.06.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.



11. O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.
12. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
13. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
14. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
15. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
16. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
17. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
18. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
19. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme OF. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br



**3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ***(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**7ª Designação:** 26/11/2015

| <b>MEMBROS</b> |
|----------------|
| <b>PMDB</b>    |
| VAGO           |
| <b>PT</b>      |
| VAGO           |
| <b>PSDB</b>    |
| VAGO           |
| <b>PSB</b>     |
| VAGO           |
| <b>PDT</b>     |
| VAGO           |
| <b>PR</b>      |
| VAGO           |
| <b>PSD</b>     |
| VAGO           |
| <b>DEM</b>     |
| VAGO           |
| <b>PP</b>      |
| VAGO           |
| <b>PTB</b>     |
| VAGO           |
| <b>PPS</b>     |
| VAGO           |
| <b>PCdoB</b>   |
| VAGO           |
| <b>REDE</b>    |
| VAGO           |
| <b>PSC</b>     |
| VAGO           |
| <b>PRB</b>     |
| VAGO           |

**Atualização:** 08/02/2017**Notas:**

\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 02/2001).



#### 4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

---

#### MEMBROS

---

##### PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

---

##### PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

---

##### PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

---

**Notas:**

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



**5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES***(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

| <b>MEMBROS</b> |
|----------------|
| <b>PMDB</b>    |
| VAGO           |
| <b>PT</b>      |
| VAGO           |
| <b>PSDB</b>    |
| VAGO           |
| <b>PSB</b>     |
| VAGO           |
| <b>PDT</b>     |
| VAGO           |
| <b>PR</b>      |
| VAGO           |
| <b>PSD</b>     |
| VAGO           |
| <b>DEM</b>     |
| VAGO           |
| <b>PP</b>      |
| VAGO           |
| <b>PTB</b>     |
| VAGO           |
| <b>PPS</b>     |
| VAGO           |
| <b>PCdoB</b>   |
| VAGO           |
| <b>PSC</b>     |
| VAGO           |
| <b>PRB</b>     |
| VAGO           |
| <b>REDE</b>    |
| VAGO           |

**Atualização:** 01/06/2017**Notas:**

\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).



**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

## 6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 30/11/2010  
**2ª Designação:** 14/03/2011  
**3ª Designação:** 21/03/2012  
**4ª Designação:** 11/03/2013  
**5ª Designação:** 20/05/2014  
**6ª Designação:** 04/03/2015

| MEMBROS |              |
|---------|--------------|
|         | <b>PMDB</b>  |
|         | VAGO         |
|         | <b>PT</b>    |
|         | VAGO         |
|         | <b>PSDB</b>  |
|         | VAGO         |
|         | <b>PSB</b>   |
|         | VAGO         |
|         | <b>PDT</b>   |
|         | VAGO         |
|         | <b>PR</b>    |
|         | VAGO         |
|         | <b>PSD</b>   |
|         | VAGO         |
|         | <b>DEM</b>   |
|         | VAGO         |
|         | <b>PP</b>    |
|         | VAGO         |
|         | <b>PTB</b>   |
|         | VAGO         |
|         | <b>PPS</b>   |
|         | VAGO         |
|         | <b>PCdoB</b> |
|         | VAGO         |
|         | <b>PSC</b>   |
|         | VAGO         |
|         | <b>PRB</b>   |
|         | VAGO         |
|         | <b>REDE</b>  |
|         | VAGO         |

**Atualização:** 11/11/2015

**Notas:**

\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL***(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

| <b>MEMBROS</b>  |
|---|
| <b>PMDB</b>   |
| VAGO  |
| <b>PT</b>   |
| VAGO  |
| <b>PSDB</b>   |
| <b>PTB</b>  |
| VAGO  |
| <b>PP</b>   |
| VAGO  |
| <b>PDT</b>  |
| <b>PSB</b>  |
| VAGO  |
| <b>DEM</b>  |
| VAGO  |
| <b>PR</b>   |
| VAGO  |
| <b>PSD</b>  |
| VAGO  |
| <b>PCdoB</b>  |
| VAGO  |
| <b>PV</b>   |
| VAGO  |
| <b>PRB</b>  |
| VAGO  |
| <b>PSC</b>  |
| VAGO  |
| <b>PSOL</b>   |
| VAGO  |
| <b>Representante da sociedade civil organizada</b>                      |
| VAGO  |
| <b>Pesquisador com produção científica relevante</b>                    |
| VAGO  |
| <b>Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente</b> |
| VAGO  |

**Atualização:** 31/01/2015**Notas:**

\*. Vago (Art. 6º da Res. 15/2012).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL***(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

| <b>MEMBROS</b> |
|----------------|
| <b>PMDB</b>    |
| VAGO           |
| <b>PT</b>      |
| VAGO           |
| <b>PSDB</b>    |
| VAGO           |
| <b>PSB</b>     |
| VAGO           |
| <b>PDT</b>     |
| VAGO           |
| <b>PR</b>      |
| VAGO           |
| <b>PSD</b>     |
| VAGO           |
| <b>DEM</b>     |
| VAGO           |
| <b>PP</b>      |
| VAGO           |
| <b>PTB</b>     |
| VAGO           |
| <b>PPS</b>     |
| VAGO           |
| <b>PCdoB</b>   |
| VAGO           |
| <b>PSC</b>     |
| VAGO           |
| <b>PRB</b>     |
| VAGO           |
| <b>PSOL</b>    |
| VAGO           |

**Atualização:** 18/10/2016**Notas:**

\* Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 34/2013).

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

**9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO***(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

| <b>MEMBROS</b> |
|----------------|
| <b>PMDB</b>    |
| VAGO           |
| <b>PT</b>      |
| VAGO           |
| <b>PSDB</b>    |
| VAGO           |
| <b>PSB</b>     |
| VAGO           |
| <b>PDT</b>     |
| VAGO           |
| <b>PR</b>      |
| VAGO           |
| <b>PSD</b>     |
| VAGO           |
| <b>DEM</b>     |
| VAGO           |
| <b>PP</b>      |
| VAGO           |
| <b>PTB</b>     |
| VAGO           |
| <b>PPS</b>     |
| VAGO           |
| <b>PCdoB</b>   |
| VAGO           |
| <b>PSC</b>     |
| VAGO           |
| <b>PRB</b>     |
| VAGO           |
| <b>REDE</b>    |
| VAGO           |

**Atualização:** 11/11/2015**Notas:**

\* Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 47/2013).

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
 Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP  
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):** 3303-5255  
**Fax:** 3303-5260  
**E-mail:** saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



**10) PROCURADORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:****1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

| <b>SENADOR</b> | <b>BLOCO / PARTIDO</b> |
|----------------|------------------------|
| VAGO           | PMDB                   |
| VAGO           | PMDB                   |
| VAGO           | PT                     |
| VAGO           | PSDB                   |
| VAGO           | PSD                    |

**Atualização:** 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER***(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

| SENADOR | CARGO       |
|---------|-------------|
|         | PROCURADORA |

**Atualização:** 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

**12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)*

| SENADOR | CARGO          |
|---------|----------------|
|         | OUVIDORA-GERAL |

**Atualização:** 31/01/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.leg.br



### 13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 14/03/2011  
**2ª Designação:** 21/03/2012  
**3ª Designação:** 11/03/2013  
**4ª Designação:** 26/03/2014  
**5ª Designação:** 01/07/2015

| <b>MEMBROS</b> |              |
|----------------|--------------|
|                | <b>PMDB</b>  |
|                | VAGO         |
|                | <b>PT</b>    |
|                | VAGO         |
|                | <b>PSDB</b>  |
|                | VAGO         |
|                | <b>PSB</b>   |
|                | VAGO         |
|                | <b>PDT</b>   |
|                | VAGO         |
|                | <b>PR</b>    |
|                | VAGO         |
|                | <b>PSD</b>   |
|                | VAGO         |
|                | <b>DEM</b>   |
|                | VAGO         |
|                | <b>PP</b>    |
|                | VAGO         |
|                | <b>PTB</b>   |
|                | VAGO         |
|                | <b>PPS</b>   |
|                | VAGO         |
|                | <b>PCdoB</b> |
|                | VAGO         |
|                | <b>PSC</b>   |
|                | VAGO         |
|                | <b>PRB</b>   |
|                | VAGO         |
|                | <b>REDE</b>  |
|                | VAGO         |
|                | <b>PTC</b>   |
|                |              |
|                | <b>PV</b>    |



**Atualização:** 29/11/2016

**Notas:**

\*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** (61)3303-5255

**Fax:** (61)3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



**14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL**  
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Número de membros: 17 titulares

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

| <b>MEMBROS</b> |
|----------------|
| <b>PMDB</b>    |
| <b>PT</b>      |
| <b>PSDB</b>    |
| <b>PSB</b>     |
| <b>PDT</b>     |
| <b>PR</b>      |
| <b>PSD</b>     |
| <b>DEM</b>     |
| <b>PP</b>      |
| <b>PTB</b>     |
| <b>PPS</b>     |
| <b>PCdoB</b>   |
| <b>PSC</b>     |
| <b>PRB</b>     |
| <b>REDE</b>    |
| <b>PTC</b>     |
| <b>PV</b>      |



**15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO**

*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)*

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do**

**RISF):**

---



**16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR***(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

| <b>MEMBROS</b> |
|----------------|
| <b>PMDB</b>    |
| <b>PT</b>      |
| <b>PSDB</b>    |
| <b>PSB</b>     |
| <b>PDT</b>     |
| <b>PR</b>      |
| <b>PSD</b>     |
| <b>DEM</b>     |
| <b>PP</b>      |
| <b>PTB</b>     |
| <b>PPS</b>     |
| <b>PCdoB</b>   |
| <b>PSC</b>     |
| <b>PRB</b>     |
| <b>REDE</b>    |
| <b>PTC</b>     |
| <b>PV</b>      |

**Notas:**

\* Vago (Art. 6º, §1º, da Res. 31/2016).



**17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA  
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**

*(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)*

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 01/07/2015

| <b>MEMBROS</b> |
|----------------|
| <b>DEM</b>     |
| VAGO           |
| <b>PCdoB</b>   |
| VAGO           |
| <b>PDT</b>     |
| VAGO           |
| <b>PMDB</b>    |
| VAGO           |
| <b>PP</b>      |
| VAGO           |
| <b>PPS</b>     |
| VAGO           |
| <b>PR</b>      |
| VAGO           |
| <b>PRB</b>     |
| VAGO           |
| <b>PSB</b>     |
| VAGO           |
| <b>PSC</b>     |
| VAGO           |
| <b>PSD</b>     |
| VAGO           |
| <b>PSDB</b>    |
| VAGO           |
| <b>PT</b>      |
| VAGO           |
| <b>PTB</b>     |
| VAGO           |
| <b>REDE</b>    |
| VAGO           |

**Atualização:** 01/06/2016

**Notas:**

\*. Vago (Art. 2º, §1º, da Res. 08/2009).

**Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**

**Endereço:** Anexo II, térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



**18) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA***(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

| <b>MEMBROS</b> |
|----------------|
| <b>PMDB</b>    |
| <b>PT</b>      |
| <b>PSDB</b>    |
| <b>PDT</b>     |
| <b>PSB</b>     |
| <b>PR</b>      |
| <b>PSD</b>     |
| <b>DEM</b>     |
| <b>PP</b>      |
| <b>PTB</b>     |
| <b>PPS</b>     |
| <b>PCdoB</b>   |
| <b>PSC</b>     |
| <b>PRB</b>     |
| <b>REDE</b>    |
| <b>PV</b>      |
| <b>PTC</b>     |

**Notas:**

\* Vago (Art. 5º, §1º, da Res. 43/2016)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

Fale com o Senado  
0800 61 2211

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

SENADO  
FEDERAL

